

A presente apostila foi elaborada pelos professores José Aldo Camurça (Campus Serra Talhada), André Ricardo Dias Santos (Campus Petrolina), Cristiano Dias (Campus Ouricuri) e Gabriel Kafure (Campus Petrolina Zona Rural), uma iniciativa do Grupo de Pesquisa Sertão Filosófico, no intuito de fornecer as ferramentas conceituais chave para pensar filosoficamente as questões pertinentes a Filosofia Moderna. Assim, o aluno terá um material objetivo e direto para poder pensar por si os problemas filosóficos propostos pelos professores em sala de aula. Desejamos uma boa leitura!



**INSTITUTO
FEDERAL**
Sertão de
Pernambuco
APOSTILA



FILOSOFIA MODERNA

**JOSÉ ALDO CAMURÇA DE A. NETO
ANDRÉ RICARDO DIAS SANTOS
GABRIEL KAFURE DA ROCHA
CRISTIANO DIAS DA SILVA**



Sumário

Cap. I - Humanismo no Renascimento.....	4	Espinosa.....	18
Pico Della Mirandola	4	Exercícios Propostos.....	18
Giordano Bruno	5	Capítulo IV – Teorias Contratualistas: Hobbes, Locke e Rousseau	21
Erasmus de Rotterdã.....	5	Thomas Hobbes	21
Thomas Morus	5	John Locke (1632-1704)	22
Exercícios Propostos	6	Rousseau (1712-1778).....	23
Cap. II - A Política na Modernidade: O surgimento do Estado a partir de Maquiavel	7	Exercícios Propostos.....	24
1- Ideias Principais do autor.....	8	Capítulo V – Política na modernidade: Montesquieu e Kant .	26
2-A Obra <i>O Príncipe</i>	8	Kant (1724-1804)	27
3-Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio	9	Exercícios Propostos.....	28
Exercícios Propostos	9	Capítulo VI – Ética e moral	30
Cap. III: O Papel da Revolução Científica e o Debate Cognitivo entre Racionalismo x Empirismo	12	Exercícios Propostos.....	31
Galileu Galileu	12	Capítulo VII - A importância de Hegel para a filosofia alemã: O debate filosófico entre o filósofo idealista e o filósofo materialista (Karl Marx).	33
1 – Racionalismo X Empirismo	13	1 – O papel do Idealismo	33
René Descartes (1596-1650).....	15	2 – A questão do Estado	33
David Hume (1711-1776)	16	3-“O racional é real e o real é Racional”	34
Leibniz.....	17	3 – A dialética	34
Blaise Pascal.....	17	4 – Neo hegelianos	35
		5 – Hegel X Marx.....	35
		Exercícios Propostos.....	35

Cap. VIII - Teorias Socialistas (Socialismo Utópico, Anarquismo e Karl Marx).....	37
1. Tipos de Socialismo.....	38
1.2 Anarquismo.....	39
1.3 Socialismo Científico.....	39
1.4 Socialismo Cristão.....	40
2 – Críticas ao Socialismo.....	40
Exercícios Propostos.....	41
Exercícios de Revisão.....	43
Trechos de Textos Selecionados.....	51
Glossário.....	58
Referências.....	58

Cap. I - Humanismo no Renascimento

O movimento humanista foi um período de transição entre a Idade Média e a Modernidade, foi uma retomada dos valores gregos com a herança cristã medieval. Assim, uma nova forma de pensar a visão do homem e da natureza dará o impulso necessário para a retomada científica da modernidade. Contudo, o dogmatismo da Igreja Católica foi um forte obstáculo para essa ruptura, tanto que muitos dos filósofos humanistas foram perseguidos, condenados e morreram por suas ideias. De toda forma, é por essa luta que o valor da dignidade humana é o foco central desse movimento que ocorreu principalmente na Itália com grandes artistas, como o célebre Leonardo Da Vinci e pensadores como Pico della Mirandola, Giordano Bruno, além de Erasmo de Roterdã e Thomas Morus que mesmo vivendo em outras regiões da Europa foram até a Itália estudar.

Pico Della Mirandola



Apesar de ter tido uma vida curta, entre 1463 e 1496, foi profundamente dedicado à filosofia, mesmo tendo sido influenciado pelo platonismo, ele desenvolve o tema da dignidade humana a partir de Tomás de Aquino, e da

definição de pessoa formulada por Boécio - a substancialidade individual da racionalidade. Logo, é por essa via que deriva a dignidade: a razão. Pico se vale então de uma formulação discursiva antropocêntrica, na qual a determinação da natureza humana é uma consideração individual da liberdade e capacidade de escolher e decidir pela sua felicidade, que é, entre outras palavras, ser aquilo que se quer ser. Pico também tinha certo apreço pela magia, como capacidade de conhecer e transformar a natureza, contudo, essa já é uma atitude pré-científica, no sentido de que Pico já descartava artes divinatórias como a astrologia.

Giordano Bruno



Filósofo, padre, místico, astrônomo e cientista, Giordano viveu entre 1548-1600, morreu executado pela Inquisição acusado por heresia. Seu pensamento revolucionário foi basicamente questionar a natureza anímica e o fluxo do movimento planetário num sentido rigoroso de um monismo materialista. Logo, ele supera a divisão dualista entre corpo e espírito, tal concepção pode ser considerada uma forma de materialismo, pois ao conceber o universo como infinito, equipara justamente Deus e universo como uma coisa só. Giordano Bruno também acreditava em outros mundos infinitos como o nosso, contudo, o universo é constituído por partes finitas. Logo, o universo é um reflexo dele mesmo, e tal reflexo reside no todo e não nas partes.

Erasmus de Roterdã



Viveu entre 1466 e 1536, sua grande obra foi "O Elogio da Loucura", um escrito satírico e bem humorado sobre os absurdos do comportamento humano. Estudou na Itália, depois com uma sólida formação cultural abandonou o sacerdócio, nesse tempo onde conviveu com Thomas Morus, a quem dizem que sua grande obra é um elogio ao seu amigo, já que *Moria* significa loucura em latim. O texto fala basicamente da transição do período medieval para o renascimento, elogiando aos excluídos, entre estes, as mulheres. Com humor voltado para a insanidade como impulso que move o mundo, ele identifica as fragilidades da natureza humana. No livro, a loucura se personifica como uma entidade viva e denuncia a ingratidão, a hipocrisia e a intolerância da religião católica, bem como da protestante.

Thomas Morus



Viveu entre 1478 e 1535, nasceu na Inglaterra e idealizou uma sociedade perfeita em seu livro "A utopia", inspirado na obra "A república" de Platão, a utopia seria o "não-lugar", ele propõe uma crítica a sociedade inglesa de seu tempo e propõe uma sociedade alternativa, narrando uma viagem à Utopia, uma terra de tolerância e paz, onde o povo pode escolher livremente suas crenças, o parlamento

zela pelo povo, ou seja, tudo ao contrário do que a realidade. A importância da idealização de uma sociedade ideal é justamente a base das primeiras teorias políticas modernas, prezando pelos valores da felicidade humana, solidariedade, cooperação, igualdade, liberdade, justiça e respeito.

Exercícios Propostos

1. O trecho acima reflete as novas ideias introduzidas no ocidente europeu, a partir do século XV, que permitiram o desabrochar de um pensamento mais original em relação às artes, às ciências e ao conhecimento.

Estas ideias podem ser relacionadas ao seguinte processo histórico:

- a) Iluminismo
- b) Renascimento
- c) Reforma Religiosa
- d) Revolução Científica

2. (Uerj 2004) Eu te coloquei no centro do mundo, a fim de poderes inspecionar, daí, de todos os lados, da maneira mais cômoda, tudo que existe. Não te fizemos nem celeste, nem terreno, mortal ou imortal, de modo que assim, tu, por ti mesmo, qual modelador e escultor da própria imagem,

segundo tua preferência e, por conseguinte, para tua glória, possas retratar a forma que gostarias de ostentar. (Fala de Deus a Adão. Pico della Mirandola, 1486.) PICO DELLA MIRANDOLA, Giovanni. A dignidade do homem. São Paulo: GRD, 1988.

3. (Uece 1996) A atividade crítica foi uma das características mais notáveis do humanismo do Renascimento. Nesse sentido, podemos afirmar que os humanistas:

- a) estavam mais atentos aos aspectos de continuidade e permanência do que aos de modificação e variação da natureza e da sociedade
- b) defendiam os valores da Igreja e da cultura medieval à semelhança dos teólogos tradicionais
- c) dedicavam-se à crítica da cultura tradicional e à elaboração de um novo código de valores e de comportamentos
- d) formavam um grupo de eruditos voltados, exclusivamente, para a renovação dos estudos universitários

4. Entre os principais nomes do Humanismo encontra-se o de Giordano Bruno. Sendo sua teoria semelhante à de Nicolau de Cusa e a de Copérnico, qual a razão de ter incomodado tanto a Igreja, fazendo esta oposição radical ao filósofo, a ponto de ser julgado pela inquisição e sumariamente condenado à morte?

- a) Acreditar em Deus como um Ser não transcendente;
- b) Ter apenas afirmado ser o sol o centro do universo;
- c) Duvidar do mistério da Santíssima Trindade como dogma de fé;
- d) Inaugurar as possibilidades da construção de um novo conhecimento científico para o mundo.

5. Considere o excerto abaixo sobre o livro Utopia, do escritor inglês Thomas Morus (1478-1535), lançado entre 1516 e 1518:

[...] Em sua obra Utopia, Morus descreve a vida numa ilha em formato de lua crescente, na qual tudo é dividido de maneira equânime entre as pessoas, onde não existe injustiça e violência e se vive confortavelmente. [...] na ilha de Utopia, o problema da exclusão social, tema candente de seu tempo, [...] seria resolvido de uma vez por todas. E de que maneira? Pela aplicação de todos ao trabalho [...].”

(LOPES, M. A. Uma História da ideia de utopia: o real e o imaginário no pensamento político de Thomas Morus. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 40, 2004, p. 141-142.)

A partir do trecho acima e dos conhecimentos sobre o início da Idade Moderna (1453-1789), é correto afirmar que a obra de Morus pertenceu ao:

A) Iluminismo europeu e foi publicada no contexto do absolutismo inglês, em que o clero católico possuía privilégios, terras e metais preciosos, ao contrário da maioria da população.

B) Renascimento europeu e foi publicada no contexto do republicanismo inglês, em que os parlamentares possuíam terras, títulos de nobreza e isenção de impostos, ao contrário da maioria da população.

C) Arcadismo europeu e foi publicada no contexto do protecionismo inglês, em que o clero protestante possuía terras, privilégios e perdão de dívidas, ao contrário da maioria da população.

D) Humanismo europeu e foi publicada no contexto do absolutismo inglês, em que a aristocracia possuía privilégios, terras e rendas, ao contrário da maioria da população.

E) Romantismo europeu e foi publicada no contexto de expansionismo inglês, em que a monarquia possuía manufaturas, terras e ouro, ao contrário da maioria da população.

6. (FGV-SP 1995) Erasmo de Rotterdam (1467-1536) foi um dos pensadores mais influentes de sua época, sobretudo porque em sua obra ELOGIO DA LOUCURA defendeu, entre outros aspectos,

a. a tolerância, a liberdade de pensamento e uma teologia baseada exclusivamente nos Evangelhos.

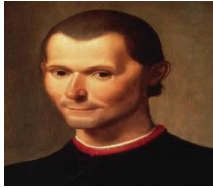
b. a restauração da teologia nos termos da ortodoxia escolástica, na linha de Tomás de Aquino.

c. a reforma eclesiástica da Igreja segundo a proposta de Savonarola, conforme sua pregação em Florença.

d. o comunismo dos bens, teoria que influenciaria o pensamento de Rousseau no século XVIII.

e. a supremacia da razão do Estado sobre as regras definidas nos princípios da moral cristã.

Cap. II - A Política na Modernidade: O surgimento do Estado a partir de Maquiavel



A modernidade possui algumas palavras chaves na sua constituição. Dentre elas, a questão do surgimento da ciência moderna, o absolutismo, a formação dos Estados nacionais dentre outros. Alguns autores ajudaram na criação e expansão destes conceitos. Dentre eles, o autor italiano Nicolau Maquiavel (1469-1527). Nascido no conturbado fim do Quatrocentos (XV), o florentino Nicolau Maquiavel teve, assim como os outros renascentistas, uma formação humanista. Formado na Universidade de Florença, ele atuou como uma espécie de diplomata de sua cidade: foi a diversas cortes estabelecer tratados, alianças e relatórios, conhecendo o contexto de cada país e, como ótimo observador, enxergando defeitos e qualidades nas artes de governar. Preso e torturado sob a acusação de conspiração, Maquiavel viveu em reclusão, o que trouxe à mente do diplomata um agudo senso de realismo, e uma obsessão pela garantia da estabilidade dos Estados. Em reclusão, visando a retornar à administração do principado florentino, Maquiavel escreveu um livro a Lourenço de Médici intitulado *O Príncipe*. Assim, o principado de Médici concedeu o perdão a Maquiavel, dando a ele o título de historiador. Em 21 de junho de 1527, Maquiavel morre, doente.

1- Ideias Principais do autor

O termo “maquiavélico” sempre esteve associado à astúcia, falsidade e má-fé. Foi empregado, por exemplo, para caracterizar governos despóticos e políticos corruptos. Os dicionários apontam esse termo como “astuto”, “ardiloso”. De fato, o nome de Maquiavel foi considerado uma ameaça às bases morais da vida política. Mas isso, de maneira alguma,

expressa o pensamento desse humanista: Maquiavel nunca foi maquiavélico.

Foi em meio a uma Itália fragmentada, permeada por guerras e jogos de poder, que Maquiavel escreveu sua mais famosa obra: *O Príncipe*. A questão central do livro são o papel da ética e sua relação com a política. Em *O Príncipe*, pela primeira vez na história do pensamento político, a ação política despiu-se de preceitos morais cristãos, ou, como diria Benedetto Croce, percebeu-se que “a política não se faz com água-benta”. Maquiavel mostrou existirem duas éticas distintas: uma ética cristã, útil para salvar a alma (ser bom sempre, nunca mentir, não usar máscaras), e uma ética política, útil para salvar o Estado (ser mau quando necessário, mentir quando a situação exigir, parecer bom e piedoso). Em Maquiavel, a ética política é utilitária, ou seja, são morais todos os atos úteis à comunidade, ao passo que são imorais os atos que tiverem em vista a satisfação de interesses egoístas, que entrem em conflito com os interesses da coletividade. Rompeu-se, aqui, com a ideia dominante de que o príncipe deve ser sempre bondoso (no sentido cristão da palavra). Haveria, portanto, uma *ragione di stato* (razão de estado). Isso não significa que Maquiavel era um defensor da maldade e da corrupção – sua filosofia tem uma profundidade muito maior que essa –, mas defende a ideia de que o príncipe deve saber “não ser bom”, existindo, portanto, “crueldades mal usadas ou bem usadas”. É nesse sentido que Maquiavel diz: “Se bem considerar tudo, encontrar-se-á alguma coisa que parecerá virtude, e segui-la seria a ruína, e alguma coisa que parecerá vício, e seguindo-a obtém a segurança e o bem-estar”.

Maquiavel está mais interessado no Estado como ele é de fato, e suas possibilidades reais (o mundo como ele é), do que no que ele deveria ser – Maquiavel é realista e, profundamente renascentista, está interessado nas questões de sua época. Segundo Isaiah Berlin, ao admitir a pluralidade de éticas, Maquiavel foi um precursor do liberalismo.

2-A Obra *O Príncipe*

O Príncipe é provavelmente o livro mais conhecido de Maquiavel e foi completamente escrito em 1513, apesar de publicado postumamente, em 1532. Teve origem com a união de [Juliano de Médici](#) e do papa [Leão X](#), com a qual Maquiavel viu a possibilidade de um príncipe finalmente unificar a [Itália](#) e defendê-la contra os estrangeiros, apesar de dedicar a obra a [Lourenço II de Médici](#), mais jovem, de forma a estimulá-lo a realizar esta empreitada. Outra

versão sobre a origem do livro, diz que ele o teria escrito em uma tentativa de obter favores dos Médici, contudo ambas as versões não são excludentes.

Está dividido em 26 capítulos. No início ele apresenta os tipos de principado existentes e expõe as características de cada um deles. A partir daí, defende a necessidade do príncipe de basear suas forças em exércitos próprios, não em mercenários e, após tratar do governo propriamente dito e dos motivos por trás da fraqueza dos Estados italianos, conclui a obra fazendo uma exortação a que um novo príncipe conquiste e liberte a Itália.

3-Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio

Os *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio* opõem-se ao escrito *O Príncipe* pelo tema, apesar de ambos compartilharem alguns conceitos. Foram pensados como análise e comentário a toda a obra de Tito Lívio, mas permaneceram incompletos, não passando da primeira década.

Esta obra surgiu da vontade do autor de comparar as instituições da antiguidade, em especial as da Roma clássica, com as de Florença no período. Assim, seguindo a obra de Tito Lívio, analisa como surgem, se mantêm e se extinguem os Estados. Ficou assim dividido em três partes, estudando na primeira a fundação e a organização, em seguida o enriquecimento e a expansão e, por fim, sua decadência.

Exercícios Propostos

01-(UEL_2004) “O maquiavelismo é uma interpretação de *O Príncipe* de Maquiavel, em particular a interpretação segundo a qual a ação política, ou seja, a ação voltada para a conquista e conservação do Estado, é uma ação que não possui um fim próprio de utilidade e não deve ser julgada por meio de critérios diferentes dos de conveniência e oportunidade.”

BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant*. Trad. de Alfredo Fait. 3.ed. Brasília: Editora da UNB, 1984. p. 14.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o tema, para Maquiavel o poder político é:

- A) Independente da moral e da religião, devendo ser conduzido por critérios restritos ao âmbito político.
- B) Independente da conveniência e oportunidade, pois estas dizem respeito à esfera privada da vida em sociedade.
- C) Dependente da religião, devendo ser conduzido por parâmetros ditados pela Igreja.
- D) Dependente da ética, devendo ser orientado por princípios morais válidos universal e necessariamente.
- E) Independente das pretensões dos governantes de realizar os interesses do Estado.

02- (UEL-2005) “A escolha dos ministros por parte de um príncipe não é coisa de pouca importância: os ministros serão bons ou maus, de acordo com a prudência que o príncipe demonstrar. A primeira impressão que se tem de um governante e da sua inteligência, é dada pelos homens que o cercam. Quando estes são eficientes e fiéis, pode-se sempre considerar o príncipe sábio, pois foi capaz de reconhecer a capacidade e manter fidelidade. Mas quando a situação é oposta, pode-se sempre dele fazer mau juízo, porque seu primeiro erro terá sido cometido ao escolher os assessores”.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Trad. de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2004. p. 136.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre Maquiavel, é correto afirmar:

- A) As atitudes do príncipe são livres da influência dos ministros que ele escolhe para governar.
- B) Basta que o príncipe seja bom e virtuoso para que seu governo obtenha pleno êxito e seja reconhecido pelo povo.
- C) O povo distingue e julga, separadamente, as atitudes do príncipe daquelas de seus ministros.
- D) A escolha dos ministros é irrelevante para garantir um bom governo, desde que o príncipe tenha um projeto político perfeito.
- E) Um príncipe e seu governo são avaliados também pela escolha dos ministros.

03-(ENEM-2012) Não ignoro a opinião antiga e muito difundida de que o que acontece no mundo é decidido por Deus e pelo acaso. Essa opinião é muito aceita

em nossos dias, devido às grandes transformações ocorridas, e que ocorrem diariamente, as quais escapam à conjectura humana. Não obstante, para não ignorar inteiramente o nosso livre-arbítrio, creio que se pode aceitar que a sorte decida metade dos nossos atos, mas [o livre-arbítrio] nos permite o controle sobre a outra metade.

MAQUIAVEL, N. O *Príncipe*. Brasília: EdUnB, 1979 (adaptado).

Em O Príncipe, Maquiavel refletiu sobre o exercício do poder em seu tempo. No trecho citado, o autor demonstra o vínculo entre o seu pensamento político e o humanismo renascentista ao

- A) valorizar a interferência divina nos acontecimentos definidores do seu tempo.
- B) rejeitar a intervenção do acaso nos processos políticos.
- C) afirmar a confiança na razão autônoma como fundamento da ação humana.
- D) romper com a tradição que valorizava o passado como fonte de aprendizagem.
- E) redefinir a ação política com base na unidade entre fé e razão.

04-(UEMG 2013) O Absolutismo como forma de governo esteve presente na península Ibérica, na França e na Inglaterra, tendo impactado e influenciado as maiores economias de seu tempo. Seus pensadores mais conhecidos e suas teorias foram:

- A) Nicolau Maquiavel e sua teoria de que o indivíduo estava subordinado ao Estado; Thomas Hobbes, criador da teoria do Contrato; Jacques Bossuet e Jean Bodin, que defenderam que o Rei era um representante divino.
- B) Nicolau Maquiavel e a teoria do Contrato; Thomas Hobbes e a teoria da supremacia do Rei como representante divino; Jacques Bossuet e Jean Bodin, que defenderam a subordinação do indivíduo ao Estado.
- C) Maquiavel, Jacques Bossuet e Jean Bodin, cujas teorias só se diferenciaram na aplicabilidade teológica, bem como Thomas Hobbes, que preconizou o indivíduo como senhor de seus direitos.
- D) Maquiavel e Thomas Hobbes, que conceberam o Contrato Social, Jacques Bossuet, que estabeleceu o conceito de individualismo primordial, e Jean Bodin, que defendeu a primazia da esfera governamental.

05- (MOD.ENEM) Outro remédio eficiente a organizar colônias, em alguns lugares, as quais virão a ser como grilhões impostos a província, porque isto a necessário que se faça ou deve-se lá ter muita força de armas. Não a muito que se gasta com as colônias, e, sem despesa excessiva, podem ser organizadas e mantidas. Os Único que terão prejuízos com elas serão os de quem se tomam os campos e as moradias para se darem aos novos habitantes. Entretanto, os prejudicados serão a minoria da população do Estado, e dispersos e reduzidos a penúria, nenhum dano trarão ao príncipe, e os que não foram prejudicados terão, por isso, que se aquietarem, temerosos de que o mesmo lhes suceda.

MAQUIAVEL, N. O *príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Em O príncipe, Maquiavel apresenta conselhos para a manutenção do poder político, como o deste trecho, que tem como objeto a

- A) transferência dos inimigos da metrópole para a colônia.
- B) substituição de leis, costumes e impostos da região dominada.
- C) implantação de um exército armado, constituído pela população subjugada.
- D) expansão do principado, com migração populacional para o território conquistado.
- E) distribuição de terras para a parcela do povo dominado, que possui maior poder político.

06-(IFMG-2014) Em termos filosóficos, Nicolau Maquiavel é apresentado como o descobridor da política como categoria independente da moral teológica. A ruptura de Maquiavel com a moralidade do cristianismo significa que:

- A) A virtude (*virtù*) política está associada à maldade e ao uso indiscriminado da força bruta.
- B) A ética ou a moral da política moderna deve ser a do mundo pagão, que se destina à realização do bem público, antes de tudo.
- C) A ação política deve estar pautada nos preceitos da razão humana, que determinam a priori o que é bom ou mal, justo ou injusto.
- D) As virtudes cristãs – a humildade, a misericórdia, a fé em Deus, o amor ao próximo - são, em si mesmas, ruins e sem importância.
- E) O elemento decisório da política não é Deus, mas sim a força incontrolável do acaso, a eventualidade da “fortuna”.

07-(IFMG-2014) Os conceitos de *virtù* e fortuna são desenvolvidos por Maquiavel na obra O Príncipe. A "*virtù*" e a "fortuna" são atributos indispensáveis para o

governante na constituição e manutenção dos principados. Sobre o pensamento político de Maquiavel no Príncipe, é correto afirmar.

A) Ao propor uma espécie de diretriz para os futuros príncipes, Maquiavel se nega a retomar os exemplos de boas organizações políticas do passado. Somente a partir do domínio da contingência, analisando cada situação particular, é possível saber qual é a melhor decisão a ser tomada.

B) Maquiavel defende que o príncipe deve governar com a finalidade de manter a ordem e a harmonia interna dos principados. Nesse sentido, a criação de novas leis é bem recebida pelos indivíduos, que percebem e aceitam a necessidade da constituição de um melhor arranjo político.

C) O príncipe deve agir de maneira prudente e conscienciosa a fim de manter seus súditos sob o seu controle. Entre ser amado e temido, é preferível que o príncipe seja temido, pois os homens são covardes e inclinados à traição e somente o amor, que também é necessário, mas não suficiente, não garante a estabilidade do principado e a segurança do governante.

D) O governante muitas vezes é odiado pelos seus súditos e a causa do desafeto está na prática covarde e violenta na usurpação dos bens particulares. Embora o príncipe deva ser prudente, não é necessário que tenha grandes preocupações sobre a sua reputação, pois a força e a coerção das leis devem necessariamente garantir o cumprimento das leis do estado em qualquer circunstância.

E) O príncipe não deve tomar partido de terceiros, nem mesmo defender vigorosamente seus súditos. A gratidão daqueles que estão sob o poder do Estado não é garantia de manutenção do poder. O que garante a coesão interna do Estado é conjunto de leis forjadas pelo príncipe a despeito da vontade dos governados.

08- (IJA) Sobre o pensamento político de Maquiavel pode-se afirmar:

A) Maquiavel reconhece, nem sempre claramente, os limites do conceito de bem e, por isso, não tenta reduzir o conhecimento político ao escopo de uma metafísica.

B) A harmonia ou a vida social sem conflito deve ser o fim da política, sob pena de condená-la ao âmbito do improficuo.

C) A *virtù* designa o elemento central para a manutenção da ordem civil, pois ela transcreve a ação arbitrária do Estado contra os indivíduos.

D) Para Maquiavel, o Estado republicano, por ser o Estado ideal, poderia prescindir da coação.

E) Para Maquiavel, a legitimidade do príncipe é irrestrita pelo fato do seu poder emanar de Deus.

09- (IJA) Principalmente a partir do século XVI vários autores passam a desenvolver teorias, justificando o poder real. São os legistas que, através de doutrinas leigas ou religiosas, tentam legalizar o Absolutismo. Um deles é Maquiavel: afirma que a obrigação suprema do governante é manter o poder e a segurança do país que governa. Para isso deve usar de todos os meios disponíveis, pois que "os fins justificam os meios." Professou suas ideias na famosa obra:

A) "Leviatã"

B) "Do Direito da Paz e da Guerra"

C) "República"

D) "O Príncipe"

E) "Política Segundo as Sagradas Escrituras"

10- (UFU 2013) Em seus estudos sobre o Estado, Maquiavel busca decifrar o que diz ser uma *verità effettuale*, a "verdade efetiva" das coisas que permeiam os movimentos da multifacetada história humana/política através dos tempos. Segundo ele, há certos traços humanos comuns e imutáveis no decorrer daquela história. Afirma, por exemplo, que os homens são "ingratos, volúveis, simuladores, covardes ante os perigos, ávidos de lucro". (O Príncipe, cap. XVII). Para Maquiavel:

A) A "verdade efetiva" das coisas encontra-se em plano especulativo e, portanto, no "dever-ser".

B) Fazer política só é possível por meio de um moralismo piedoso, que redime o homem em âmbito estatal.

C) Fortuna é poder cego, inabalável, fechado a qualquer influência, que distribui bens de forma indiscriminada.

D) A *Virtù* possibilita o domínio sobre a Fortuna. Esta é atraída pela coragem do homem que possui *Virtù*.

11-(IFRN-2012) Nicolau Maquiavel apresenta em O Príncipe uma síntese das relações de poder exercidas pelos soberanos nos séculos XV e XVI. A crítica de Maquiavel inaugura a discussão da política sob a ótica da perspectiva do Estado moderno. Antes dele, Platão já havia discutido as intencionalidades do poder, focando em A República os ideais necessários para o exercício do poder na pólis.

Mesmo levando-se em consideração os anacronismos entre ambos, é correto admitir que eles:

- A) convergiram para a construção de uma prática política fundada nas controvérsias do poder.
- B) simularam, em suas obras políticas, concepções e práticas que não correspondem à realidade.
- C) associaram a imagem dos que exercem o poder a características negativas e a um modo de agir desprovido de virtude.
- D) perceberam a necessidade de vincular o exercício da política ao exercício das virtudes

Cap. III: O Papel da Revolução Científica e o Debate Cognitivo entre Racionalismo x Empirismo

Introdução ao Assunto

Chamamos de **revolução científica** o período entre os anos de 1550 e 1770, aproximadamente. Este período foi marcado por mudanças na forma do pensamento e da fé aceitos na Europa. A ciência, até essa época, estava interligada com a filosofia separou-se para tornar-se um conhecimento mais prático, estruturado e fundamentado.

Seu início, pode-se dizer, se deu com a proposta do modelo heliocêntrico de Nicolau Copérnico, ou seja, com a proposta de que a Terra não está no centro do universo, e se que ela se move. O pensamento da população a respeito da composição da matéria baseava-se somente na terra, no fogo, no ar e na água, mas algum tempo depois, tudo passou a ser diferente: sabia-se da existência das pequenas partículas e de seu papel na formação das coisas. Com o início dessa revolução, passou-se a ir contra muitos pensamentos da igreja e novos estudos foram realizados para que essa visão de Copérnico fosse aceita. Surgiram então novas propostas de Galileu Galilei, René Descartes, Christian Huygens e Isaac Newton. O termo Revolução Científica, no entanto, somente passou a ser usado a partir de 1939, quando Alexandre Koyré, historiador francês, começou a usar o termo para designar o período de mudanças intelectuais radicais.

Entre as principais causas, podemos citar o renascimento cultural, a imprensa, a reforma protestante e o hermetismo que nada mais é que o

estudo e a prática da filosofia oculta e da magia. Com o surgimento do renascimento, vieram correntes de pensamento que pregavam o uso do senso crítico mais aprofundado, assim como uma atenção maior às necessidades humanas. Com esse senso crítico, o homem passou a ver mais os fenômenos naturais ao invés de levar tudo pelo que a Igreja Católica dizia.

Entre muitas mudanças que essa revolução trouxe para a ciência, está a percepção de que quando estudamos a natureza da Terra, também estamos conhecendo como ela é no Universo. A observação das manchas solares feita por Galileu em torno do ano de 1610 foi o que mais determinou a mudança de pensamento quanto ao movimento da Lua em torno da Terra, assim como dos planetas ao redor do Sol. Ele descobriu que as manchas não pareciam estar estacionadas, movendo-se pelo disco solar com aparência irregular variando, diariamente, na opacidade e em número. Passou ainda a lançar-se contra tudo que se acreditava até então, contra a crença tradicional e argumentando sobre a doutrina ortodoxa, afirmando que esta deveria também ser testada por meio de observações confiáveis e deduções matemáticas.

Além disso, a ciência passou a ser mais aceita e ganhou muitas outras ferramentas, ganhando espaço e removendo as influências místicas da Idade Média nos pensamentos. A imprensa foi inventada por Johannes Gutenberg e, com isso, as releituras foram eliminadas, mantendo cópias dos originais a todos que a quisessem, sem interpretações equivocadas.

A matemática descreveu verdades, a física explicou os fenômenos da natureza que antes eram explicados como fenômenos divinos pela igreja, e provou-se que a Terra é que se movia em torno do Sol.

No campo da filosofia abriu-se o leque de vertentes filosóficas que passaram a debater como se dá, como se efetiva a origem do conhecimento. Dito de outro modo, de que modo o saber, ou o ato de conhecer, interage com o homem e como este articula tal apreensão no campo da realidade. Assim, a área da epistemologia avançou consideravelmente; da mesma forma, as implicações desse debate propiciou um dos debates mais citados na filosofia moderna: racionalismo x empirismo.

Galileu Galileio

A filosofia está escrita neste imenso livro que continuamente está aberto diante de nossos olhos (estou falando do universo), mas que não se pode entender se primeiro não se

aprende a entender sua língua e conhecer os caracteres em que está escrito. Ele está escrito em linguagem matemática e seus caracteres são círculos, triângulos e outras figuras geométricas, meios sem os quais é impossível entender humanamente suas palavras: sem tais meios, vagamos inutilmente por um escuro labirinto. (GALILEI, G. Il saggiatore. Apud REALE, G. & ANTISERI, D. História da filosofia. São Paulo: Paulinas, 1990, v. 2, p. 281.)

VIDA E OBRAS

Galileu Galilei nasceu em Pisa em 15 de fevereiro de 1564, estudou lógica e literatura em Florença para onde se transferiu ainda jovem. Já em seu período de estudante começou a interessar-se pela mecânica desenvolvendo teoremas geométricos e experimentos científico. Mais tarde torna-se professor da cátedra de matemática da Universidade de Pisa. Em 1609 publicou a *Nova Astronomia* que contém as primeiras duas leis dos movimentos planetários. Depois em 1632 foi publicado o *Diálogo sobre os dois máximos sistemas do mundo* no qual as teorias copernicanas e ptolomaicas vinham dialeticamente colocadas em conflito para demonstrar a superioridade das novas descobertas científicas. Por causa desta obra Galileu foi perseguido e condenado pelo vaticano que o obrigou a abjurar seus descobertos e o condenou à prisão domiciliar. Morreu em Florença em 8 de maio de 1642.

AUTONOMIA DA CIÊNCIA

Galileu defende a autonomia da ciência em relação a fé e a separação da lei divina expressa nas escrituras e a lei natural fundamentada na física e na matemática. Os conhecimentos científicos devem ser provados por experimentos e com auxílio de instrumentos que potencializam a observação e precisão dos sentidos; por outro lado os conhecimentos da crença dependem da fé e do dogma. Apesar de todas as leis terem origem em um criador Galileu enfatiza a separação e autonomia entre fé e ciência, uma se ocupa da vida espiritual do homem a outra guia o homem na interpretação das regras da natureza.

INSTRUMENTOS CIENTÍFICOS

Galileu aproveitou os conhecimentos desenvolvidos em óptica realizados por Grossatesta e Roger Bacon para aperfeiçoar o uso de lentos e melhorar o telescópio para uso de suas pesquisas. Graças a seus estudos astronômicos descobriu as crateras e montanhas lunares evidenciando que os corpos celestes não são incorruptíveis e perfeitos como pensava Aristóteles, mas são corruptíveis como a terra; descobriu os quatro satélites de Júpiter; descobriu ainda as manchas na superfície solar. Afirmava que todos os planetas e não apenas a terra são privados de luz própria. Através de suas pesquisas demonstra a validade da teoria copernicana e o fim da cosmologia ptolomaica.

GALILEU E O MÉTODO CIENTÍFICO

Para Galileu “o livro da natureza é escrito em linguagem matemática”, por isso a base do método científico deve ter a aritmética e a geometria como instrumentos de análise. Galileu publicou ainda a obra *O ensaiador* (1623) onde sustenta que os corpos possuem qualidades objetivas e subjetivas, estas últimas em relação do objeto com o sujeito. Por isso, os objetos de análise são as propriedades dos objetos medidas matematicamente. Sua metodologia parte da análise das composições dos fenômenos, e depois uma experimentação de cada indivíduo quando possível. Isso dá a possibilidade de formular várias hipóteses que serão verificadas experimentalmente em ambiente artificial (laboratório), as hipóteses que não superam o experimento serão descartadas. Por fim, através de suas análise no campo da física Galileu formulou o *princípio de inércia* e o *segundo princípio da dinâmica*.

1 – Racionalismo X Empirismo

A parte da filosofia que se dedica à investigação do conhecimento é chamada de Gnosologia, Teoria do Conhecimento ou Epistemologia. Esta área investiga o conhecimento e suas relações gerais, seus tipos, possibilidades, origem e essência, além das possíveis relações teológicas que o envolvam. Um dos principais fundamentos da Gnosologia é a correlação “sujeito-objeto”, na qual o sujeito pode conseguir total ou parcialmente o conhecimento, sendo que este, por sua vez, pode ser real ou ilusório.

O conhecimento é material de estudo filosófico desde a Grécia Antiga, embora nesta época o termo não existisse. O assunto, no referido período histórico, foi alvo de estudos de pensadores como Sócrates, Platão a Aristóteles. No que diz respeito a sua

origem, duas teorias são básicas e servem de suporte para todas as teorias posteriores. Trata-se do racionalismo e do empirismo, temas deste texto.

O racionalismo atribui o conhecimento à razão, aos pensamentos, e para esta linha teórica, toda a realidade é construída através do pensamento lógico. Conforme define Hassen (1987, p.60): “A posição epistemológica que vê no pensamento, na razão, a fonte principal do conhecimento humano, chama-se racionalismo (de ratio=razão)”. Nosso intelecto, através do uso da razão, alinha logicamente os fatos levando-nos a uma conclusão sobre determinado assunto, e nos fazem chegar assim, à validação do conhecimento. Se nossa razão julga um conhecimento como verdadeiro, é porque deve ser exclusivamente assim e não pode ser de nenhuma outra maneira, sendo esse conhecimento autêntico e cuja validade é universal. Para melhor compreensão, pensemos nas seguintes sentenças: “Um conhecimento desse tipo apresenta-se-nos, por exemplo, quando formulamos juízo ‘o todo é maior do que a parte’, ou o juízo ‘todos os corpos são extensos’. (HASSEN, 1987, p.61). Esse exemplo demonstra muito bem a essência dessa corrente filosófica, uma vez que as duas afirmações apresentadas carregam em si validade lógica, necessária e universal, já que seus contrários seriam inválidos e incoerentes.

Para o racionalismo, mesmo que um pensamento não possa ser provado empiricamente (isto é, através de experiências e do uso dos sentidos), ainda assim ele existe, pois tudo tem uma *causa inteligível* e, dessa forma, somente a razão pode proporcionar uma verdade absoluta, enquanto que os sentidos são tidos como ilusórios e plausíveis de enganos.

O racionalismo se divide em várias vertentes: *transcendente*, *epistemológico*, *metafísico*, etc. Essas formas de racionalismo surgiram em diferentes épocas e contextos e divergem sobre a questão do conhecimento ser ou não inato, sobre o processo de “iluminação” dos conhecimentos em nossa mente e sobre a validade e a participação dos sentidos na construção do conhecimento através da razão. Seu método de validação é a dedução, sempre através da lógica. Os principais filósofos racionalistas são **Descartes, Leibniz e Espinoza**.

A teoria contrária ao racionalismo é o empirismo. Este atribui o conhecimento à experiência, e neste caso, considera-se que a realidade é construída pela via dos sentidos, não havendo conhecimentos inatos e tampouco verdades a priori, e mesmo os conceitos abstratos e universais partem de fatos concretos. Assim sendo: “A consciência cognoscente não tira os seus conteúdos da razão; tira-os exclusivamente da experiência. O espírito humano está por natureza vazio; é uma tábua rasa, uma folha em branco onde a experiência escreve”. (HASSEM 1987, p.68).

Note-se que alguns teóricos empiristas existiram antes desta teoria ser postulada e nomeada pela filosofia. Os estoicos, por exemplo, já refletiam sobre o conhecimento comparando o ser humano a uma tábua em branco, na qual não há nada escrito, sendo que esta mesma ideia foi base para teoria empirista de Locke na Idade Moderna. Para explicar os conhecimentos abstratos, alguns empiristas dividiam as sensações em internas e externas, sendo as externas obtidas através dos sentidos conferem uma sensação, enquanto que as internas conferem uma reflexão. As reflexões podem ser memórias, cópias ou fantasias e jamais são idênticas às sensações, sendo que para a maioria dos teóricos empiristas somente as sensações são válidas. Além disso, nesta vertente, a indução substitui o raciocínio e a dedução. Os principais autores relacionados ao empirismo são **Francis Bacon, Locke, Berkeley e Hume**.

O Empirismo é conhecido como a oposição ao racionalismo e considera a experiência como a única fonte conhecimento válido. Só o conhecimento sensível nos coloca em contato com a realidade. Dada esta característica, os empiristas tomam as ciências naturais como o tipo ideal da ciência, uma vez que é baseado em fatos observáveis. Para o empirismo **a experiência é a sustentação de todo o conhecimento, no entanto possui seu limite**. Os empiristas recusam a existência de ideias inatas, como defendia Platão e Descartes. A mente está vazia antes de receber qualquer tipo de informação proveniente dos sentidos. Todo o conhecimento sobre as coisas, mesmo aquele em que se elaboram leis universais, provém da experiência, por isso mesmo, só é válido dentro dos limites do observável. Empirismo é uma crítica do racionalismo sob a suposição de que a razão tem natureza ilimitada, e até mesmo o próprio processo irracional pode produzir qualquer tipo de conclusão. A razão em si não tem base e opera a partir de suposições. Conhecimento válido, portanto, só considerada adquirida através da experiência.

A tabela a seguir resume de forma sucinta as principais ideias das duas escolas filosóficas que surgiram na modernidade:

Características	Racionalismo	Empirismo
O que é	O racionalismo é uma teoria baseada na afirmação de que a razão é a fonte do conhecimento humano.	O empirismo é uma teoria baseada na alegação de que a experiência é a fonte do conhecimento.

Características	Racionalismo	Empirismo
Intuição	Acreditam em intuição.	Não acreditam.
Ideias inatas	Indivíduos têm conhecimentos inatos.	Indivíduos não possuem conhecimentos inatos.
De onde vem o conhecimento	O conhecimento é baseado no uso da razão e da lógica.	O conhecimento é baseado na experiência e experimentação.
Princípios-chave	Dedução, conhecimento inato e razão.	Indução e experiências sensoriais.
Teóricos	Platão, Descartes, Leibniz, Spinoza e Malebranche	Locke, Berkeley e Hume.

René Descartes (1596-1650)



O filósofo francês é responsável pelo desenvolvimento do racionalismo cartesiano, segundo o qual o homem não pode alcançar a verdade pura através de seus sentidos: as verdades residem nas abstrações e em nossa consciência, na qual habitam as ideias inatas. Diante do forte ceticismo na época do Renascimento, muitas pessoas acreditavam que os métodos científicos eram falhos, incompletos e sujeitos ao erro, de forma que seria impossível para o homem conhecer o mundo real e fazer ciência

de maneira verdadeira. A missão de Descartes era justamente legitimar a ciência, demonstrando que o homem poderia conhecer o mundo real. Para encontrar uma certeza inquestionável, Descartes duvidou de tudo.

A dúvida cartesiana é justificada por três argumentos. Primeiramente, a ilusão dos sentidos, ou seja, não poderíamos confiar nos nossos sentidos, os quais são limitados e enganosos. Em segundo lugar, não sabemos distinguir o mundo externo daquilo que é produto de nossa mente (argumento dos sonhos). Em terceiro lugar, há o gênio maligno: quem diz que não há um deus ou um demônio malévolo poderoso e astuto que dedicasse todas suas energias para enganar os homens?

Nesse momento, portanto, criou-se um impasse: como Descartes poderia encontrar certezas irrefutáveis se, ao mesmo tempo, acreditava que deveria duvidar sistematicamente de tudo que se apresentasse para ele? Se, por um lado, Descartes acreditava que o ato de duvidar punha em dúvida até nossos sentidos, por outro, é impossível duvidar do pensamento: afinal, duvidar do pensamento é pensar. Mesmo a possibilidade de um deus enganador pressupõe a existência de um ser pensante que esteja nas garras desse gênio. Dessa forma, nosso pensamento e nossa existência seriam um ponto de partida inquestionável, uma certeza a partir da qual Descartes poderia edificar seu método filosófico. Nasceu então a famosa máxima cartesiana, o argumento do cogito: “Penso, logo existo” (*Ego cogito ergo sum*).

Porém, o problema de Descartes ainda não estaria resolvido: se a única certeza do homem é o “eu”, ou seja, seu pensamento e sua existência, como Descartes iria fazer a ponte que ligasse a certeza que residia no indivíduo à incerteza do mundo externo? Como não cair no solipsismo? Solipsismo é a doutrina segundo a qual só existem, efetivamente, o eu e suas sensações, sendo os outros entes (seres humanos e objetos) partícipes da única mente pensante, meras impressões sem existência própria.

Descartes, então, cria uma ponte entre o pensamento subjetivo e a realidade objetiva. Dessa forma, o filósofo afirmou que o pensamento, sua única certeza, seria composto por ideias. Uma ideia seria válida na medida em que fosse clara e distinta o suficiente para diferenciá-la das outras. Haveria, para ele, três tipos de ideias: as ideias inatas (naturais, que se encontram no indivíduo desde o nascimento, de modo que não adquirimos pela nossa experiência), as ideias adventícias (ou seja, empíricas, que formamos ao longo de nossa vida, a partir da experiência, estando sujeitas à dúvida) e as ideias factícias ou da imaginação (que formamos na nossa mente a partir das outras ideias).

É a partir das ideias inatas que Descartes fundamentou sua prova da existência de Deus. A ideia de Deus, presente em nossa mente, é a ideia de uma entidade perfeita. O homem por si só seria incapaz de chegar à clara e distinta ideia de perfeição, já que não haveria nenhuma correspondência desse ideal no mundo

concreto. Assim, a ideia de perfeição seria inata, colocada no homem por Deus, a grande marca do criador em sua obra.

Se Deus existe, fica provado que o mundo por ele criado também existe. Assim, note que Descartes provou que o “eu” existe e, por meio do raciocínio dedutivo, provou também, a partir das premissas anteriores, que Deus e o mundo existem. Eis a ponte entre o pensamento subjetivo e a realidade objetiva, isto é, a prova de que “o eu e o mundo” existem.

David Hume (1711-1776)



O autor empirista é, sem dúvida, um dos mais influentes filósofos do período moderno. Nascido em Edimburgo, Escócia, suas obras filosóficas incluem:

- *Tratado da Natureza Humana* (1739),
- *Ensaios Morais Políticos e Literários* (2 vols., 1741-1742),
- *Investigação sobre o Entendimento Humano* (1748) e
- *Investigação sobre os Princípios da moral* (1751).

O empirismo de Hume pertence à tradição do empirismo britânico que inclui Francis Bacon (1561-1626), John Locke (1632-1704) e George Berkeley (1685-1753). Comum a esta tradição é a opinião que **o conhecimento é fundado na percepção sensorial**, que a mente humana recebe passivamente.

Mas enquanto Locke e Berkeley acreditam que o conhecimento humano pode ir além da experiência dos sentidos, Hume afirma na Introdução de seu Tratado que nosso conhecimento se limita à experiência sensorial e, portanto, oferece um empirismo que ele argumenta ser mais consistente do que os de seus críticos britânicos antecessores.

A análise de Hume dos conteúdos da experiência dos sentidos começa com a **distinção entre impressões e ideias**.

Impressões, que incluem todas as nossas sensações e paixões, são mais enérgicas e animadas do que as ideias, que são “as imagens fracas destas em pensamento e raciocínio”.

As **ideias** são epistemologicamente inferiores às impressões e o status secundário que Hume lhes dá está em marcado contraste com uma longa tradição da filosofia ocidental que afirma que as ideias universais – não impressões de sentido singular – são os objetos próprios do intelecto humano.

Segundo Locke, Hume também distingue entre o simples e o complexo. Impressões e ideias simples, como ver ou imaginar uma certa tonalidade de vermelho, não admitem distinção ou separação. Impressões e ideias complexas, como ver ou imaginar uma maçã, podem ser analisadas em suas partes componentes. Considerando que todas as ideias simples são derivadas de e representam exatamente impressões simples, muitas ideias complexas não são, e assim sua veracidade deve ser posta em questão.

Hume observa: “Quando nos entretemos, portanto, de qualquer suspeita de que um termo filosófico seja empregado sem qualquer significado ou ideia (como é muito frequente), precisamos apenas perguntar, de que impressão é essa ideia suposta? E, se for impossível atribuir qualquer uma, isso vai servir para confirmar nossa suspeita”.

Hume passa a mostrar que um número de ideias complexas em filosofia, como a ideia de um eu imaterial como o núcleo da identidade pessoal, deixa de cumprir o seu critério empirista (veja *Tratado da Natureza Humana*, Livro I, Parte IV, sec. VI). Mas o tema mais famoso de sua crítica é **a relação de causa e efeito**.

Tradicionalmente, os filósofos e cientistas ocidentais acreditavam que, para conhecer algo plenamente, é preciso conhecer a causa da qual ela necessariamente depende. Hume argumenta que tal conhecimento é impossível. Ele observa que a relação causal fornece a base para todos os raciocínios relativos a questões de fato; Entretanto, ao contrário das relações de ideias exploradas pela matemática, nenhum julgamento que diz respeito a questões de fato é necessariamente verdadeiro. Isto é porque sempre podemos imaginar, sem contradição, o contrário de qualquer questão de fato (por exemplo, “o sol não nascerá amanhã” nem é nem implica uma contradição).

Hume acrescenta que **a relação causal entre quaisquer dois objetos é baseada na experiência**, e não se sabe a priori (por exemplo, se Adão foi criado com faculdades racionais perfeitas, antes de experimentar ele ainda não poderia dizer a partir das propriedades da água que ela sufocaria ele.)

No entanto, tudo o que a experiência estabelece sobre as relações causais é que a causa é anterior no tempo e contígua com o seu efeito. A experiência não

pode estabelecer uma conexão necessária entre causa e efeito, porque podemos imaginar sem contradição um caso em que a causa não produz seu efeito usual (por exemplo, podemos imaginar que uma bola branca golpeia violentamente outra bola de bilhar e então, em vez de causar o movimento da bola de bilhar, a bola branca se distancia dela em alguma direção aleatória).

Leibniz

Viveu entre 1646 e 1716, foi um gênio em diversos conhecimentos, aperfeiçoou a máquina de calcular de Pascal, habilitando os cálculos de multiplicação e divisão, ao elaborar o cálculo infinitesimal contribuiu para tecnologias futuras como o computador, por exemplo, seu sistema metafísico é baseado na ideia da mônada. Suas duas grandes obras "Monadologia" e "Teodicéia" falam acerca de uma teoria pela qual as mônadas carregam em si a representação de todo universo, ligando o objeto e o sujeito como uma unidade pela qual tudo está interligado também. As mônadas se diferenciam pelas percepções, posições e expressões, elas podem ser simples ou puras, que só contém percepções e apetições, há as almas, que são mônadas de percepções como sensações e memórias, e os espíritos que são mônadas dotadas da razão, refletindo a substância do eu e de Deus. Assim, ao que tudo indica, todas as formas de vida ou mônadas têm uma consciência, que é o fato de todas serem espelhos vivos do universo.

Blaise Pascal

"O homem não passa de um caniço, o mais fraco da natureza, mas é um caniço pensante. Não é preciso que o universo inteiro se arme para esmagá-lo: um vapor, uma gota de água bastam para matá-lo. Mas, mesmo que o universo o esmagasse, o homem seria ainda mais nobre do que quem o mata, porque sabe que morre e a vantagem que o universo tem sobre ele; o universo desconhece tudo isso. Toda a nossa

dignidade consiste, pois, no pensamento. Daí que é preciso nos elevarmos, e não do espaço e da duração, que não podemos preencher. Trabalhem, pois, para bem pensar; eis o princípio da moral". (Pensamentos, Coleção Os Pensadores, Abril Cultural, 1988, Artigo VI; 347)

Blaise Pascal (1623-1662) construiu boa parte de suas ideias filosóficas em defesa da presença religiosa na vida das pessoas. Para ele Descartes tinha exagerado em atribuir grande poder a razão, principalmente quando a razão invade ambientes que são propriamente da fé. Para o jansenista a razão não é capaz de explicar por completo todos os âmbitos da vida humana, pois alguns aspectos são melhor compreendidos pela religião e a mística. Ele defende o progresso das ciências e a autonomia da razão nos diversos âmbitos do conhecimento científico, no entanto, a fé é um caminho privilegiado para indagar o sentido último da vida.

Jansenismo

Por volta de 1640 surge na França mais precisamente na abadia de Port-Royal um grupo de fiéis que fundam o movimento conhecido como jansenismo, pascal passa a participar deste movimento a partir de 1654. O movimento tinha como principais características um afastamento da vida mundana e um comportamento ético severo baseado em preceitos religiosos, enfatizavam ainda os limites da liberdade humana. Pascal achava que o catolicismo tinha afrouxado suas regras principalmente pela ação dos jesuítas considerados muito abertos ao mundo e tolerantes com os pecadores.

Esprit de géomètre e esprit de finesse (espírito de geometria e espírito de requinte)

Pascal chama de *espírito de geometria* os posicionamentos de Descartes baseados unicamente na razão, esta forma de interpretar o mundo é válida para conhecer vários aspectos da realidade, mas limitada para interpretar os fenômenos mais exteriores (metafísicos) e superficiais. Por isso, Pascal elabora a teoria do *espírito de requinte* que vai se ocupar dos sentimentos mais profundos da humanidade; mais precisamente este é um tipo de intuição que vai além do meramente racional e abre caminho para verdades mais complexas como, por exemplo, as condições da existência humana no universo.

Antropologia e existência de Deus

Para Pascoal apesar de ser um indivíduo muito fraco como vimos no texto inicial, a força do homem estar na sua capacidade racional de pensar. A capacidade racional do homem ocupa o ponto central da filosofia de Pascal, por isso ele fez estudos também sobre matemáticas e ciências demonstrando que apesar das grandes descobertas das ciências, estas apresentam grandes limites que só poderão ser esclarecidos pela fé. Ao que se refere a existência de Deus Pascoal elaborou o famoso *argumento das apostas*: se o homem aposta na existência de Deus ganha um *bem infinito* que seria a vida eterna e perde bens finitos, aqueles que precisam ser renunciados durante a vida pelas regras da religião; por outro lado, se aposta em não acreditar em Deus ganha todos os *bens finitos* e perde o bem infinito que seria a vida eterna. Pascoal acha que vale a pena apostar na existência de Deus porque o bem infinito é superior ao finito.

Espinosa

Filósofo judeu holandês, viveu entre 1632-1677, acreditava numa ordem geométrica da natureza que representaria a própria ideia de deus, por isso foi excomungado. A natureza divina se divide em dois modos de uma única substância, a natureza naturante ou a essência infinita de deus e a natureza naturata, o mundo. Esses modos se multiplicam em infinitos atributos ou expressões, todos eles são necessários, todas as partes ou frações do todo são unidas. Por esse motivo, Espinosa é considerado um filósofo imanente, pois deus não está separado do mundo, o infinito é a sua essência e a naturalidade da existência é a sua afirmação, tanto que Espinosa chama essa expressão da natureza como *Conatus*, uma força interior de potência de ser ou a capacidade de preservação de permanência do seu ser enquanto pode, ou seja, a conexão entre corpo e mente pelos afetos da alegria e da tristeza. A alegria é a própria beatitude, impulsionando o ser para a sua maior perfeição. Diferentemente das paixões e apetites, o *conatus* é o desejo da realidade humana, e por isso não pode ser negado, pois é a própria manifestação do todo. Assim também o *conatus* pode ser entendido como a autoconsciência, e nisso, há o problema dos afetos maus e bons. Para Espinosa, o sujeito escolhe o bem e evita o mal controlando suas paixões

através da razão e entendendo que a liberdade é nada mais do que um autodeterminismo, ou seja, a questão não é renegar as paixões, mas partir delas para racionalmente encontrar a felicidade. Assim, conhecimento e afetividade estão intimamente ligados, entrando aí o *conatus* como causa adequada de autodeterminar nossas ações.

A Política em Espinosa

Espinosa busca pensar o direito natural através do seu *Tratado Teológico-Político*, no qual o pensador inaugura a crítica do consenso na formação de um Estado político. De maneira geral, o filósofo diz que os homens, ao abdicarem um poder inato em prol da aliança com o Estado, perdem alguma espécie de poder natural. Há algo a ser perdido que faz pensar a relação mesma entre o interno e o externo, entre o homem e o coletivo. O filósofo holandês, no trato do conceito de liberdade e livre-arbítrio chama esta concessão de um poder natural de “violenta”, uma violência *per se* desde o início, ou seja, uma violência que os homens permitem que aconteça sobre si mesmos, resvalando a crítica desta violência para a origem deste poder que concentra a força em nome de todos, o Estado.

Segundo CHAUI, em Espinosa, “o Estado pode ser destruído internamente por uma revolução ou externamente por uma guerra ou invasão. É por causa deste segundo perigo que se tende a aceitar a militarização do Estado como forma de sua preservação. Ocorre que: ou o exército disputa o poder com a autoridade civil e aniquila o estado com uma guerra interna; ou, então, o exército toma o poder, mas o despotismo leva a uma revolução dos súditos. Espinosa considera que o Estado só pode se preservar e se defender externamente se o povo puder estar armado, em vez de entregar as armas aos mercenários ou a uma casta militar. (...) O Estado não é resultado da ação racional dos homens, mas do choque de suas paixões. (...) Se o Estado nasce e vive da paixão, sua essência é a violência. Escrever uma ciência política, desejando que a violência saia de cena, é escrever ou uma utopia ou uma sátira, nunca uma teoria.” (CHAUI, 1980, p. 22-23)

Exercícios Propostos.

01-(Unicamp 2015) A maneira pela qual adquirimos qualquer conhecimento constitui suficiente prova de que não é inato.

LOCKE, John. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p.13.

O empirismo, corrente filosófica da qual Locke fazia parte,

- a) afirma que o conhecimento não é inato, pois sua aquisição deriva da experiência.
- b) é uma forma de ceticismo, pois nega que os conhecimentos possam ser obtidos.
- c) aproxima-se do modelo científico cartesiano, ao negar a existência de ideias inatas.
- d) defende que as ideias estão presentes na razão desde o nascimento.

02- (Uel 2015) Leia o texto a seguir.

As ideias produzem as imagens de si mesmas em novas ideias, mas, como se supõe que as primeiras ideias derivam de impressões, continua ainda a ser verdade que todas as nossas ideias simples procedem, mediata ou imediatamente, das impressões que lhes correspondem.

HUME, D. *Tratado da Natureza Humana*. Trad. De Serafim da Silva Fontes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. p.35.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a questão da sensibilidade, razão e verdade em David Hume, considere as afirmativas a seguir.

- I. Geralmente as ideias simples, no seu primeiro aparecimento, derivam das impressões simples que lhes correspondem.
- II. A conexão entre as ideias e as impressões provém do acaso, de modo que há uma independência das ideias com relação às impressões.
- III. As ideias são sempre as causas de nossas impressões.
- IV. Assim como as ideias são as imagens das impressões, é também possível formar ideias secundárias, que são imagens das ideias primárias.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- B) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- C) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- D) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.

E) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

03-(ENEM 2012)

TEXTO I

Experimentei algumas vezes que os sentidos eram enganosos, e é de prudência nunca se fiar inteiramente em quem já nos enganou uma vez.

DESCARTES, R. *Meditações Metafísicas*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

TEXTO II

Sempre que alimentarmos alguma suspeita de que uma ideia esteja sendo empregada sem nenhum significado, precisaremos apenas indagar: de que impressão deriva esta suposta ideia? E se for impossível atribuir-lhe qualquer impressão sensorial, isso servirá para confirmar nossa suspeita.

HUME, D. *Uma investigação sobre o entendimento*. São Paulo: Unesp, 2004 (adaptado).

Nos textos, ambos os autores se posicionam sobre a natureza do conhecimento humano. A comparação dos excertos permite assumir que Descartes e Hume:

- A) defendem os sentidos como critério originário para considerar um conhecimento legítimo.
- B) entendem que é desnecessário suspeitar do significado de uma ideia na reflexão filosófica e crítica.
- C) são legítimos representantes do criticismo quanto à gênese do conhecimento.
- D) concordam que conhecimento humano é impossível em relação às ideias e aos sentidos.
- E) atribuem diferentes lugares ao papel dos sentidos no processo de obtenção do conhecimento.

04- (Unicamp 2014) A dúvida é uma atitude que contribui para o surgimento do pensamento filosófico moderno. Neste comportamento, a verdade é atingida através da supressão provisória de todo conhecimento, que passa a ser considerado como mera opinião. A dúvida metódica aguça o espírito crítico próprio da Filosofia.

Adaptado de Gerd A. Bornheim, *Introdução ao filosofar*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970, p. 11.

A partir do texto, é correto afirmar que:

- A) A Filosofia estabelece que opinião, conhecimento e verdade são conceitos equivalentes.
- B) A dúvida é necessária para o pensamento filosófico, por ser espontânea e dispensar o rigor metodológico.
- C) O espírito crítico é uma característica da Filosofia e surge quando opiniões e verdades são coincidentes.
- D) A dúvida, o questionamento rigoroso e o espírito crítico são fundamentos do pensamento filosófico moderno.

05-(Ufsj 2012) Ao analisar o *cogito ergo sum* – penso, logo existo, de René Descartes, conclui-se que:

- A) o pensamento é algo mais certo que a própria matéria corporal.
- B) a subjetividade científica só pode ser pensada a partir da aceitação de uma relação empírica fundada em valores concretos.
- C) o eu cartesiano é uma ideia emblemática e representativa da ética que insurgia já no século XVI.
- D) Descartes consegue infirmar todos os sistemas científicos e filosóficos ao lançar a dúvida sistemático-indutiva respaldada pelas ideias iluministas e métodos incipientes da revolução científica.

06- (UFU-2010) Em O Discurso sobre o método, Descartes afirma:

Não se deve acatar nunca como verdadeiro aquilo que não se reconhece ser tal pela evidência, ou seja, evitar acuradamente a precipitação e a prevenção, assim como nunca se deve abranger entre nossos juízos aquilo que não se apresente tão clara e distintamente à nossa inteligência a ponto de excluir qualquer possibilidade de dúvida.

REALE, G.; ANTISERI, D. *História da filosofia: Do humanismo a Descartes*. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2004. p. 289.

Após a leitura do texto acima, assinale a alternativa correta.

- A) A evidência, apesar de apreciada por Descartes, permanece uma noção indefinível.
- B) A evidência é a primeira regra do método cartesiano, mas não é o princípio metódico fundamental.
- C) Ideias claras e distintas são o mesmo que ideias evidentes.
- D) A evidência não é um princípio do método cartesiano.

07- (Ufpa 2010) Segundo a tradição racionalista, a verdade não reside nas próprias coisas, mas somente no juízo. De acordo com essa concepção de verdade, é lícito afirmar:

- A) As ideias são verdadeiras por coincidirem naturalmente com as coisas.
- B) A verdade reside na atribuição do predicado inerente ao sujeito do juízo.
- C) A verdade reside no ato de julgar, porque é isento de qualquer valor cognitivo.
- D) A apreensão do objeto é produto de um julgamento exclusivamente ético.
- E) O sujeito do juízo não deve pertencer ao predicado, para se evitar um julgamento preconceituoso.

08-(Uff 2012) O filósofo francês René Descartes escreveu o seguinte em seu *Discurso do Método*:

“Logo que adquiri algumas noções gerais relativas à Física, julguei que não podia mantê-las ocultas, sem pecar grandemente contra a lei que nos obriga a procurar o bem geral de todos os homens. Pois elas me fizeram ver que é possível chegar a conhecimentos que sejam úteis à vida e assim nos tornar como que senhores e possuidores da natureza. O que é de desejar, não só para a invenção de uma infinidade de utensílios, que permitiriam gozar, sem qualquer custo, os frutos da terra e de todas as comodidades que nela se acham, mas principalmente também para a conservação da saúde, que é sem dúvida o primeiro bem e o fundamento de todos os outros bens desta vida.”

Assinale a alternativa que resume o pensamento de Descartes.

- A) O conhecimento deve ser mantido oculto para evitar que seja empregado para dominar a natureza.
- B) O conhecimento da natureza satisfaz apenas ao intelecto e não é capaz de alterar as condições da vida humana.
- C) Nosso intelecto é incapaz de conhecer a natureza.
- D) Devemos buscar o conhecimento exclusivamente pelo prazer de conhecer.
- E) O conhecimento e o domínio da natureza devem ser empregados para satisfazer as necessidades humanas e aperfeiçoar nossa existência.

09-(Ufsj 2012) David Hume afirma que “a razão, em sentido estrito e filosófico, só pode influenciar nossa conduta de duas maneiras”, a saber:

- A) “a razão por si só funda a moral humana e como tal nela encontra respaldo para instaurar influências, além disso, reduz o campo de influência dogmática sobre a conduta humana”.
- B) “ao reconhecer o estatuto racional que fundamenta e legitima a paixão, a moral se estabelece como consequência dessa razão em si mesma, além de determinar o sujeito que age”.
- C) “despertando uma paixão ao nos informar sobre a existência de alguma coisa que é um objeto próprio dessa paixão ou descobrindo a conexão de causas e efeitos de modo a nos dar meios de exercer uma paixão qualquer”.
- D) “razão e ação prática são princípios ativos fundamentais que conferem poderes aos corpos externos ou às ações racionais ou se fundam, exclusivamente, na intenção que é peculiar ao indivíduo”.

10-(Ueg 2012) David Hume nasceu na cidade de Edimburgo, em pleno Século das Luzes, denominação pela qual ficou conhecido o século XVIII. Para investigar a origem das ideias e como elas se formam, Hume parte, como a maioria dos filósofos empiristas, do cotidiano das pessoas. Do ponto de vista de um empirista,

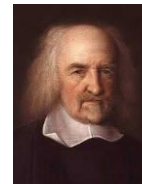
- A) não existem ideias inatas.
- B) não existem ideias abstratas.
- C) não existem ideias a posteriori.
- D) não existem ideias formadas pela experiência.

Capítulo IV – Teorias Contratualistas: Hobbes, Locke e Rousseau

Três grandes pensadores modernos marcaram a reflexão sobre a questão política: Hobbes, Locke e Rousseau. Um ponto comum perpassa o pensamento desses três filósofos a respeito da política: a ideia de que a origem do Estado está no contrato social. Parte-se do princípio de que o Estado foi constituído a partir de um contrato firmado entre as pessoas. Aqui entende-se o contrato como um acordo, consenso, não como um documento registrado em cartório. Além disso, a preocupação não é estabelecer um momento histórico (data) sobre a origem do Estado. A ideia é defender que

o Estado se originou de um consenso das pessoas em torno de alguns elementos essenciais para garantir a existência social. Porém, existem algumas divergências entre eles, que veremos a seguir:

Thomas Hobbes



Para Hobbes, o homem, no seu estado de natureza, vivia num verdadeiro *estado de guerra*. Na falta de um Estado controlador e absolutista, o homem tende a atacar o próprio homem. Tentando subjugar-lo na luta pelos interesses comuns, o homem torna-se lobo do próprio homem.

O estado de tensão era constante e os conflitos iminentes, pois os homens, disputando seus interesses, desejavam as mesmas coisas. Ele definiu direito natural como sendo a liberdade que cada homem possui para usar seu próprio poder de acordo à sua vontade.

Uma consequência desse estado de natureza hobbesiniano é a dificuldade do homem em gerar riquezas: ocupa-se primordialmente em atacar os outros ou proteger-se contra ataques alheios. Em sua obra *Leviatã* (*Leviatã* é um bíblico monstro gigantesco que representa o Estado), Hobbes inaugurou um novo modo de pensar a política, refletindo não apenas sobre os paradigmas já existentes, mas questionando-se sobre a origem do Estado, sua função etc. Se, em Maquiavel, o problema era a conservação do poder, em Hobbes, o problema é a conservação do homem. A obra é escrita no bojo da Revolução Puritana Inglesa e sua guerra civil: o texto é uma defesa do absolutismo, justamente, quando ele vivia uma profunda decadência na Inglaterra.

O ponto de partida de Hobbes é a construção de um hipotético estado de natureza. O estado de natureza é um estado de violência, de guerra: *Bellum omnium contra omnes* (a guerra de todos contra todos). Assim, para Hobbes, o homem é, desde a mais tenra infância, egoísta, parcial, competitivo, orgulhoso, vingativo, vaidoso e ambicioso: *homo homini lupus* (o homem é o lobo do homem).

O homem não é um animal político ou social, como dizia Aristóteles, mas um lobo egoísta e interesseiro, que sempre quer saciar seu apetite. O desejo de se preservar é a fonte mais abundante dessa guerra, que nos instiga a ver o próximo como um inimigo. Para alcançar nosso insaciável desejo de poder, estaríamos sempre matando, subjugando e repelindo o próximo. Afinal, o homem só encontra a felicidade por comparação com os outros homens, ou seja, sua felicidade depende da miséria do próximo: “Todo o prazer intelectual e toda a felicidade se baseiam no fato de ter uma pessoa com quem se comparar e em relação a quem se sentir superior”. Portanto, a vida anterior ao Estado e à sociedade – no hipotético estado de natureza – seria brutal, violenta, miserável, infeliz e solitária, a guerra de todos contra todos, marcada pelo mais intenso sentimento do homem: o medo da morte.

Dessa forma, qual seria a maneira de conter essa natureza humana e solucionar o problema do medo e da guerra de todos contra todos? Por meio de um contrato, de um pacto, as pessoas atribuem ao Estado poderes absolutos. O ser humano, calculista e que teme a morte, aceita sacrificar sua liberdade em nome de sua segurança. O Estado e a sociedade teriam nascido juntos, representando o fim do estado de natureza, quando o homem renunciou todos os direitos e as liberdades individuais para um soberano, que, em troca, governando com poderes absolutos, conteria o lobo do homem, ou seja, protegeria o homem dos seus semelhantes, evitando o medo e a guerra entre os homens. O medo da morte, característica humana, é utilizado aqui em favor da paz. O Estado absoluto é a melhor maneira de garantir a liberdade individual. Enquanto os republicanos diziam que o homem só é livre se viver num Estado livre, Hobbes lembra que, ao abdicarmos de nossa liberdade de fazer leis ou escolher representantes periodicamente, ganhamos inúmeras outras liberdades, como a tranquilidade, a busca por enriquecimento sem incômodos, o exercício dos nossos talentos, o aprimoramento individual, a busca da felicidade, entre outros. Perceba, entretanto, que Hobbes legitima o Estado a partir da função que ele tem de proteger seus súditos; por isso, a maioria dos defensores do absolutismo, na época de Hobbes, não o apoiou, pois, para eles, o soberano legitimava-se pelas Escrituras ou pela Tradição.

John Locke (1632-1704)



Em seu 2º *Tratado sobre o Governo Civil*, Locke contraria Hobbes ao defender que o estado de natureza não poderia ser uma guerra de todos contra todos, mas um estado de perfeita liberdade, sem nenhuma forma de subordinação ou sujeição, sendo todos os homens iguais em poder. Nesse estado, os homens gozariam dos chamados *direitos naturais*: *vida, liberdade, igualdade e propriedade* privada – essa última seria derivada do trabalho e, portanto, natural.

No estado de natureza, não havendo polícia ou leis para impedir que os indivíduos se molestem, põe-se nas mãos de todos os homens o poder de preservar sua propriedade contra os danos de outros homens. É claro que, numa situação em que todos têm o direito de castigar um infrator, surgem inconvenientes: sendo os homens juízes de seus próprios casos, o amor-próprio, a paixão e a vingança os levariam longe demais na punição de outrem, daí seguindo a confusão e a desordem. Além disso, caso um homem não tenha força para punir seu ofensor, ou defender-se dele, não há apelo a fazer senão aos céus.

Por causa desses inconvenientes, os homens, por “necessidade e conveniência”, decidiram reunir-se fazendo um pacto para a mútua conservação da vida, da liberdade e dos bens. Assim, a sociedade política nasce quando os indivíduos renunciam ao seu poder natural de justiça, passando-o às mãos do governo, com o objetivo único de conservar a si próprio, sua liberdade e sua propriedade – o chamado “Contrato Social”. Em outras palavras, para Locke, o governo não surge para restringir liberdades individuais, mas para preservá-las. Todo governo que não preservar esses direitos pode ser derrubado pelos indivíduos, uma vez que todo o poder político tem origem no consentimento da maioria. A revolução armada é, dessa forma, legitimada e justificada por Locke. Eis aqui o nascimento do chamado liberalismo político, em oposição ao absolutismo da época.

O apreço por Locke às liberdades individuais também dá o tom em *Carta sobre a Tolerância*, o principal texto moderno acerca da tolerância religiosa. Quando Locke afirma que a religião deve permanecer na esfera individual – o que é, aliás, um dos baluartes do pensamento liberal –, ele cria a fórmula do Ocidente para evitar as guerras religiosas.

Empirista, Locke também defendia a ideia de que o conhecimento não é inato, mas resulta do modo como elaboramos as informações que recebemos da experiência. A mente é como uma folha em branco ou, para usar a expressão de Locke, uma tábula rasa, na qual as percepções sensíveis deixam sua marca. Desse modo, as ideias em nossa mente correspondem às coisas reais. Claro que há reflexão, mas ela trabalha a partir das informações advindas da experiência. Existem dois tipos de impressões que chegam à mente. As impressões de qualidade primária são aquelas próprias do objeto, como a forma, a extensão e o volume. As qualidades secundárias são consequência da maneira pela qual percebemos o objeto, qual seja, a cor, a textura ou o odor. As qualidades primárias do ferro, por exemplo, seriam sua extensão, solidez e maleabilidade, ao passo que suas qualidades secundárias seriam sua cor, se ele estivesse quebrado ou enferrujado.

Rousseau (1712-1778)



No *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, Rousseau pensa como seria o hipotético Estado de Natureza. A natureza humana pode ser definida como os traços fundamentais que todo homem é portador, independentemente do tipo de cultura ou de sociedade em que esteja inserido. Na natureza, o homem seria

livre, virtuoso, piedoso, amoral, sem sociedade, sem Estado, sem tecnologia, sem dinheiro e sem propriedade. A liberdade é a capacidade de dispor de sua vida de conformidade com seus instintos, sem nenhuma limitação além daquela imposta pela própria natureza. Na natureza, não haveria bem ou mal, pois a moral é uma convenção criada socialmente. Segundo Rousseau, não se pode “confundir o homem selvagem com os homens que temos diante dos olhos”. Logo, a abordagem de Hobbes, para quem o homem é egoísta por natureza, estaria equivocada por imputar ao homem natural algo que é, na verdade, característica da civilização.

Quando o homem passou do Estado de Natureza para o Estado de Sociedade ou Estado de Civilização? Em certo momento na história, alguém passou a escravizar outros homens, utilizando a força, criando a propriedade privada, o Estado e suprimindo a sua liberdade natural. A desigualdade – opondo ricos e pobres, governantes e governados – seria a fonte primeira de todos os males sociais, a origem primordial de todas as outras desigualdades, da qual surgiram a exploração e a escravidão. A passagem do Estado de Natureza para a sociedade é uma ruptura na qual o homem acaba por distanciar-se de sua essência. A sociedade, então, condenou o homem a todos os tipos de crime, inveja, cobiça, guerras, mortes, horrores, sede de poder e vaidade. A alma do homem foi se deturpando de forma que, hoje, ele está irreconhecível.

Para existir harmonia e bem-estar, deveria haver uma nova sociedade, na qual cada um, em vez de submeter-se à vontade de outrem, obedeceria apenas a uma chamada “vontade geral”, que o homem reconheceria como sua própria vontade. Como isso ocorreria? A partir de um acordo racional entre os homens, o famoso Contrato Social.

O Contrato Social é um acordo com a finalidade de criar a sociedade civil e do Estado. Nele, os homens abdicam de todos os seus direitos naturais em favor da comunidade, recebendo em troca a garantia de sua liberdade no limite estabelecido pela lei: “O que o homem perde pelo Contrato Social são a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo o que tenta e pode alcançar; o que ganha são a liberdade civil e a garantia da propriedade de tudo o que possui”.

Quando esse acordo não é feito em liberdade (*pacto de submissão*), entre partes desiguais, constrói-se um Estado autoritário. Quando é feito em liberdade (*pacto de liberdade*), por livre vontade, entre partes que estejam em pé de igualdade, tem-se a democracia. Nessa democracia, a soberania, portanto, não residiria no rei, como dizia Hobbes, mas nos cidadãos, os quais escolheriam seu governante segundo as próprias necessidades. É a chamada soberania popular, ou seja, a vontade suprema seria a Vontade Geral dos cidadãos. Esse Estado garantiria a liberdade dos homens e a obediência, já que todos reconhecem as autoridades

como legítimas e percebem que o propósito do Estado é garantir o bem comum. Como todos aceitam a legitimidade desse Estado, obedecê-lo é como obedecer a si mesmo. Nessa sociedade domina a lei, e não a vontade política dos que governam.

Exercícios Propostos

01- (IJA-2018) Leia o enunciado abaixo:

[...] esforçar-me-ei por mostrar de que maneira os homens podem vir a ter uma **propriedade** em diversas partes daquilo que Deus deu em comum à humanidade, e isso sem nenhum pacto expresso por parte de todos os membros da comunidade.

LOCKE, J. *Dois tratados sobre o governo*. Tradução de Julio Fisher. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 406.– grifo do autor.

Assinale a alternativa que apresenta o fundamento natural da propriedade privada segundo Locke.

- A) propriedade privada surgiu com o pacto de consentimento em que alguns abdicam da posse do que é comum, dando-o como bem de um indivíduo pelo seu mérito.
- B) A propriedade privada é antes de tudo uma dádiva divina que alguns obtêm e outros não, por isso não resulta do trabalho do indivíduo e sim da bondade de Deus.
- C) O fundamento da propriedade privada é o poder estatal que, em última instância, é o verdadeiro proprietário, e que no uso de seu poder redistribui o bem público.
- D) O fundamento da propriedade privada consiste essencialmente na propriedade de si mesmo; cada pessoa tem como direito inalienável a propriedade de si mesma.

02-(IJA) Tudo aquilo que se infere de um tempo de guerra, em que todo homem é inimigo de todo homem, infere-se também do tempo durante o qual os homens vivem sem outra segurança senão a que lhes pode ser oferecida pela sua própria força e pela sua própria invenção. Numa tal

condição (...) não há sociedade; e o que é pior do que tudo, um medo contínuo e perigo de morte violenta. E a vida do homem é solitária, miserável, sórdida, brutal e curta.

HOBBS, *Leviatã*, I, XIII. In: MARÇAL, Jairo (org.). *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba: SEED, 2009.

De acordo com o texto e o pensamento de Hobbes, é correto afirmar que:

- A) a única saída para defesa da sociedade é a guerra de todos contra todos, embora a vida se torne com isso insustentável e curta.
- B) faz-se necessário o estado político, com o que a sociedade se preserva e garante a justiça, isso estabelecido por contrato.
- C) o homem tem de ser por natureza um animal político, pois no Estado Civil a política é um erro, o contrato insuficiente para inibir a guerra de todos contra todos
- D) o homem está fadado irreversivelmente ao extermínio, mesmo delegando poder de representação da garantia de seu direito à vida a um soberano estabelecendo o contrato.

03- (Pucpr 2015) Leia o fragmento a seguir, extraído do Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, de Rousseau:

“É do homem que devo falar, e a questão que examino me indica que vou falar a homens, pois não se propõem questões semelhantes quando se teme honrar a verdade. Defenderei, pois, com confiança a causa da humanidade perante os sábios que a isso me convidam e não ficarei descontente comigo mesmo se me tornar digno de meu assunto e de meus juízes”.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.159.

A partir da teoria contratualista de Rousseau, assinale a alternativa que representa aquilo que o filósofo de Genebra pretende defender na obra.

- a) Que a desigualdade social é permitida pela lei natural e, portanto, o Estado não é responsável pelo conflito social.
- b) Que a desigualdade social é autorizada pela lei natural, ou seja, que a natureza não se encontra submetida à lei.
- c) Que no estado natural existe apenas o direito de propriedade.

- d) Que a desigualdade moral ou política é uma continuidade daquilo que já está presente no estado natural.
- e) Que há, na espécie humana, duas espécies de desigualdade: a primeira, natural, e a segunda, moral ou política.

04-(IJA) A teoria do Estado Contratualista foi uma das grandes contribuições do pensamento ilustrado para a contemporaneidade, definindo aspectos da democracia ocidental. Esta teoria tem fundamento na obra de:

- A) Voltaire.
 B) Adam Smith.
 C) Jean-Jacques Rousseau.
 D) Montesquieu
 E) Diderot

05- (ENEM – 2014 – 2ª aplicação) Sendo os homens, por natureza, todos livres, iguais e independentes, ninguém pode ser expulso de sua propriedade e submetido ao poder político de outrem sem dar consentimento. A maneira única em virtude da qual uma pessoa qualquer renuncia à liberdade natural e se reveste dos laços da sociedade civil consiste em concordar com outras pessoas em juntar-se e unir-se em comunidade para viverem com segurança, conforto e paz umas com as outras, gozando garantidamente das propriedades que tiverem e desfrutando de maior proteção contra quem quer que não faça parte dela.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1978.

Segundo a Teoria da Formação do Estado, de John Locke, para viver em sociedade, cada cidadão deve

- A) manter a liberdade do estado de natureza, direito inalienável.
 B) abrir mão de seus direitos individuais em prol do bem comum.
 C) abdicar de sua propriedade e submeter-se aos poder do mais forte.
 D) concordar com as normas estabelecidas para a vida em sociedade.
 E) renunciar à posse jurídica de seus bens, mas não a sua independência.

06-(IFPE-2009) Considerando a constituição da sociedade de contrato, é correto afirmar, sobre as filosofias de Hobbes, Locke e Rousseau, qual das ideias abaixo ?

A) Os pensamentos de Hobbes e Locke têm como elemento em comum a defesa irrestrita ao direito à propriedade. O contrato seria a celebração desse direito por meio da redistribuição das propriedades.

B) A liberdade é tomada por Rousseau como a própria essência do homem, o que torna impossível sua negociação, sob pena de deixarmos de ser humanos.

C) Segundo Rousseau, o Estado reúne os indivíduos sob a égide do pacto. Contudo, o pacto é celebrado, no seu início, por meio de uma unanimidade, ou seja, vontade geral.

D) Para Locke, a negação do postulado aristotélico de que os homens são naturalmente sociáveis implica a assimilação de um egoísmo nato e, por conseguinte, a necessidade do Estado.

E) O direito à propriedade aparece em Locke como epicentro da constituição do Estado e único ponto que explica sua fundação.

07- (UEL 2010) Leia o seguinte texto de Rousseau e responda.

[...] só a vontade geral pode dirigir as forças do Estado de acordo com a finalidade de sua instituição, que é o bem comum, porque, se a oposição dos interesses particulares tornou necessário o estabelecimento das sociedades, foi o acordo desses mesmos interesses que o possibilitou. O que existe de comum nesses vários interesses forma o liame social e, se não houvesse um ponto em que todos os interesses concordassem, nenhuma sociedade poderia existir. Ora, somente com base nesse interesse comum é que a sociedade deve ser governada.

ROUSSEAU, J. J. *Do contrato social*. 5. edição. São Paulo: Nova Cultural, 1991, p.43).

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a relação entre contrato social e vontade geral no pensamento de Rousseau, é correto afirmar:

A) A vontade geral, fundamento da ordem social e política, consiste na soma e, por sua vez, na concordância de todas as vontades individuais, as quais por natureza tendem para a igualdade.

B) Pelo contrato social, a multidão promete obedecer a um senhor, a quem transmite a vontade coletiva e, por este ato de doação, torna-se povo e institui-se o corpo político.

C) Pelo direito natural, a vontade geral se realiza na concordância manifesta pela maioria das vontades particulares, reunidas em assembleia, que reivindicam para si o poder soberano da comunidade.

D) Por força do contrato social, a lei se torna ato da vontade geral e, como tal, expressão da soberania do povo e vontade do corpo político, que deve partir de todos para aplicar-se a todos.

E) O contrato social, pelo qual o povo adquire sua soberania, decorre da predisposição natural de cada associado, permitindo-lhe manter o seu poder, de seus bens e da própria liberdade.

08- (UFPA 2010) Em O Contrato Social, após reconhecer as vantagens da instituição do estado civil, Rousseau afirma a necessidade de se acrescentar à aquisição deste estado a liberdade moral, pois só assim o homem torna-se senhor de si mesmo.

Com base nessa concepção, é correto afirmar:

- A) O estado civil é o único em que o homem pode viver em liberdade.
- B) No estado de natureza, todos os homens viviam em situação de escravidão moral.
- C) Na vida civil, os impulsos imorais do homem se acomodam incondicionalmente às regras do Estado de Direito.
- D) Não devemos situar em um mesmo plano civilidade e moralidade.
- E) Estado, lei e liberdade são uma só e mesma coisa.

09- (UFU 2012) [...] a condição dos homens fora da sociedade civil (condição esta que podemos adequadamente chamar de estado de natureza) nada mais é do que uma simples guerra de todos contra todos na qual todos os homens têm igual direito a todas as coisas; [...].

HOBBS, Thomas. *Do Cidadão*. Campinas: Martins Fontes, 1992.

De acordo com o trecho acima e com o pensamento de Hobbes, assinale a alternativa correta.

- A) Segundo Hobbes, o estado de natureza se confunde com o estado de guerra, pois ambos são uma condição original da existência humana.
- B) Para Hobbes, o direito dos homens a todas as coisas está desvinculado da guerra de todos contra todos.

C) Segundo Hobbes, é necessário que a condição humana seja analisada sempre como se os homens vivessem em sociedade.

D) Segundo Hobbes, não há vínculo entre o estado de natureza e a sociedade civil.

10-(UFU 2012) Para bem compreender o poder político e derivá-lo de sua origem, devemos considerar em que estado todos os homens se acham naturalmente, sendo este um estado de perfeita liberdade para ordenar-lhes as ações e regular-lhes as posses e as pessoas conforme acharem conveniente, dentro dos limites da lei de natureza, sem pedir permissão ou depender da vontade de qualquer outro homem. LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

A partir da leitura do texto acima e de acordo com o pensamento político do autor, assinale a alternativa correta.

- A) Segundo Locke, o estado de natureza se confunde com o estado de servidão.
- B) Para Locke, o direito dos homens a todas as coisas independe da conveniência de cada um.
- C) Segundo Locke, a origem do poder político depende do estado de natureza.
- D) Segundo Locke, a existência de permissão para agir é compatível com o estado de natureza.

Capítulo V – Política na modernidade: Montesquieu e Kant

Montesquieu

Para Montesquieu (1689-1755), existem dois tipos de leis. As leis naturais, feitas por Deus, regem a natureza, são perfeitas e indiscutíveis. As leis instituídas pelo homem, chamadas “leis positivas”, seriam apenas uma modalidade da Lei. Ao contrário das leis naturais, as leis positivas são feitas por homens imperfeitos, sujeitos à ignorância e ao erro. Dessa forma, assim como as leis de Deus, as leis dos homens deveriam buscar expressar as necessidades dos povos, relacionando-se às formas de governo, clima e condições geográficas.

Tal como Newton extraiu a lei da gravidade da observação da relação entre os corpos, Montesquieu buscava extrair as leis humanas da observação das relações entre os homens. Assim, a ideia central do pensamento de Montesquieu, portanto, era conferir as leis não como fruto do arbítrio de quem as escreve, mas

da decorrência da realidade social e histórica de um povo, mantendo relações íntimas com essa realidade, possuindo, assim, um sentido, um “espírito”. No mais famoso capítulo de *O Espírito das Leis*, Montesquieu mostrou sua simpatia para com a Constituição Inglesa e a monarquia constitucional moderada. Nele,

Montesquieu formulou a célebre separação e distinção entre os poderes Executivo (declara paz ou guerra, envia embaixadores e estabelece segurança), Legislativo (que produz, corrige e revoga leis) e Judiciário (pune crimes e julga querelas), os quais deveriam se autorregular. Em suas palavras, “todo homem que tem o poder é tentado a abusar dele”, de maneira que “é preciso que, pela disposição das coisas, o poder freie o poder”, evitando, assim, o despotismo. Montesquieu, então, buscava um equilíbrio estático, uma mistura de poderes tão hábil e prudente que se autorregule. Montesquieu acreditava que tal combinação permitiria ordenar e controlar a infinita multiplicidade e diversidade de formas de Estado existentes.

Kant (1724-1804)

Immanuel Kant (1724-1804).

O ponto fundamental do criticismo kantiano é a solução aplicada ao debate entre racionalistas e empiristas, a chamada Revolução Copernicana da Filosofia. Por um lado, os racionalistas cartesianos acreditavam que todo o conhecimento seguro provinha da razão, que trabalhava com categorias inatas, *a priori* (antes da experiência). Por outro lado, os empiristas baconianos acreditavam que todo conhecimento provinha das sensações, de modo que o homem nasce como uma tábula rasa.

A crítica kantiana deriva do seguinte fato: o filósofo alemão colocou a própria razão e as possibilidades reais de conhecimento em questão. Isto é, em vez de questionar como eu conheço os objetos, perguntou se o próprio conhecimento é possível. Isso é a chamada filosofia transcendental, aquela que põe a razão no próprio tribunal da razão. Se os iluministas criticaram, com as armas da razão, a economia, a política e a religião, Kant leva o pensamento ilustrado ao seu zênite: nele, a razão crítica a si mesma.

Em Kant, o sujeito, através de seu *a priori*, de seu aparato subjetivo, determina o objeto de seu conhecimento. Como assim? Em Kant, é como se todos nós estivéssemos com “óculos”, responsáveis pela nossa capacidade de conhecer. Eles encaixam todos os objetos em intuições (como o tempo e o espaço) e em categorias diversas (unidade, pluralidade, causalidade, entre outras). Não é possível ao homem pensar sem esses “óculos”. Kant oferece um mapa de nossas possibilidades de pensar, mostrando os conceitos e os princípios que tornam possível o pensamento. Ele critica, assim, a “ideologia da razão”.

Qual seria a consequência desse pensamento? Não temos condições de conhecer a realidade pura, “a coisa em si”, como ela realmente é. O mundo real, que Kant chama de o mundo dos *numenos* (coisa em si), é inalcançável para nós, impossível de ser plenamente conhecido pela nossa sensibilidade ou pelo nosso entendimento. Tudo o que conhecemos não é a realidade, mas o que Kant chama de fenômeno, isto é, o objeto na medida em que ele é apresentado, organizado e entendido pelo pensamento. A realidade em si não está condicionada ao sujeito – por isso, é impossível conhecê-la.

O filósofo prussiano, com isso, mostra-nos os limites da razão. Para Kant, os antigos metafísicos (Descartes, Tomás de Aquino ou Pascal) foram além dos limites da razão para provar a existência da alma, de Deus ou do começo do mundo. Como esses elementos não se encaixam em nossas categorias, não é possível produzir conhecimento sobre eles. O recuo da razão diante de si mesma acaba com a pretensão da metafísica clássica de conhecer “a coisa em si” – tal pretensão é chamada por Kant de dogmática. Kant, portanto, solucionou o debate entre racionalistas e empiristas mostrando que dados da experiência (empirismo) são “encaixados” em categorias e intuições *a priori* (racionalistas). Os elementos *a priori* e *a posteriori* do conhecimento são devidamente conciliados.

O Dualismo sujeito/objeto

Apesar das diferenças que vimos acima, de Descartes a Kant a filosofia buscou compreender o funcionamento do conhecimento humano, com Kant, a “faculdade do entendimento”.

Estas tentativas são chamadas de dualistas. O dualismo de Kant ou o problema do conhecimento em Kant, significa um sentido de oposição e ao mesmo tempo complementaridade entre o sujeito do conhecimento e o objeto que será conhecido. Ou seja, em Kant o dualismo significa uma relação entre o sensível, ou a faculdade da sensibilidade e a “mente”, a faculdade do entendimento. Neste esquema, Kant estabelece que a experiência e a razão são a origem do conhecimento. Nem somente apenas a experiência pode gerar conhecimento,

tampouco somente a razão, tomadas de forma isolada. Daí vem a ideia de dualismo. Kant dirá que o conhecimento é a síntese entre os dados da experiência com os dados da razão. Prosseguindo, somente podemos conhecer através desta relação entre sujeito e objeto.

Aqui entra a ideia do incognoscível, ou, a impossibilidade do conhecimento: se tomadas em isolados, sujeito e mundo não podem ser conhecidos. E mais: o produto do conhecimento é limitado pelas nossas capacidades igualmente limitadas, insuficientes perante o objeto. Isto significa, ainda, que Kant incluirá um terceiro elemento, produto da experiência e da consciência, que é a ideia de síntese do entendimento. A síntese kantiana é o resultado desta relação dualista sujeito (mente) / objeto, ou, na linguagem kantiana, a relação entre o *a priori* (ver o Glossário no final da apostila) e o *a posteriori*.

Exercícios Propostos

01- (UFPR 2010) A respeito do iluminismo, movimento filosófico que se difundiu pela Europa ao longo do século XVIII, considere as seguintes afirmativas:

I) Muitos filósofos franceses, entre eles Montesquieu, Voltaire e Diderot, foram leitores, admiradores e divulgadores da filosofia política produzida pelos ingleses, como John Locke com sua crítica ao absolutismo.

II) Quanto à organização do Estado, os filósofos iluministas não eram contra a monarquia, mas contra as ideias de que o poder monárquico fora constituído pelo direito divino e de que ele não poderia ser submetido a nenhum freio.

III) A descoberta da perspectiva e a valorização de temas religiosos marcaram as expressões artísticas durante o iluminismo.

IV) Em Portugal, o pensamento iluminista recebeu grande impulso das descobertas marítimas.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- B) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- C) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.

D) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.

E) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.

02- (IJA) Representava o pensamento das camadas populares, ao afirmar que a fonte do poder era o próprio povo. Em seu livro *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*, afirma que "o primeiro que concebeu a ideia de cercar uma parcela de terra e dizer 'isto é meu', e que encontrou gente suficientemente ingênua que lhe desse crédito, esse foi o autêntico fundador da sociedade civil. De quantos delitos, guerras, assassínios, desgraças e horrores teria livrado o gênero humano aquele que, arrancando as estacas e enchendo os sulcos divisórios, gritasse: 'cuidado, não deis crédito a esse trapaceiro, perecereis se esquecerdes que a terra pertence a todos'."

A que filósofo iluminista refere-se o texto?

- A) Voltaire
- B) Montesquieu
- C) Rousseau
- D) Denis Diderot
- E) Jean d'Alembert

03-(UECE) Identifique, nas sentenças a seguir citadas, aquela que expressa o pensamento de Montesquieu:

A) "É uma verdade eterna: qualquer pessoa que tenha o poder, tende a abusar dele. Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder".

B) "(...) é preciso (...) encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associação, de qualquer força comum, e pela qual, cada um, não obedeça senão a si mesmo, ficando assim tão livre quanto antes."

C) "O Estado está obrigado a proporcionar trabalho ao cidadão capaz, e ajuda e proteção aos incapacitados. Não se pode obter tais resultados a não ser por um Poder Democrático."

D) "A única maneira de erigir-se um poder, capaz de defendê-los contra a invasão e danos infligidos, uns contra os outros (...) consiste em conferir todo o poder e força a um só homem."

04-(MOD.ENEM) A pura lealdade na amizade, embora até o presente não tenha existido nenhum amigo leal, é imposta a todo homem, essencialmente, pelo fato

de tal dever estar implicado como dever em geral, anteriormente a toda experiência, na ideia de uma razão que determina a vontade segundo princípios a priori.

KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Barcarolla, 2009.

A passagem citada expõe um pensamento caracterizado pela

- A) eficácia prática da razão empírica.
- B) transvaloração dos valores judaico-cristãos.
- C) recusa em fundamentar a moral pela experiência.
- D) comparação da ética a uma ciência de rigor matemático.
- E) importância dos valores democráticos nas relações de amizade.

05- (PUC) "Todavia, o recurso ao STF é um procedimento legítimo que não vem a interferir, mas a reforçar o equilíbrio entre os poderes. Ao contrário do que afirmam os deputados, independência não é sinônimo de autonomia plena, mas de inter-relação e controle mútuo." ("Folha de S. Paulo", Editorial, 02.Nov.2005) O texto nos lembra, mais especificamente:

- A) Diderot.
- B) Voltaire.
- C) Montesquieu.
- D) Hobbes.
- E) Rousseau.

06- (UEL 2014) Leia o texto a seguir.

Kant, mesmo que restrito à cidade de Königsberg, acompanhou os desdobramentos das Revoluções Americana e Francesa e foi levado a refletir sobre as convulsões da história mundial. Às incertezas da Europa plebeia, individualista e provinciana, contrapôs algumas certezas da razão capazes de restabelecer, ao menos no pensamento, a sociabilidade e a paz entre as nações com vista à constituição de uma federação de povos – sociedade cosmopolita.

(Adaptado de: ANDRADE, R. C. "Kant: a liberdade, o indivíduo e a república". In: WEFORT, F. C. (Org.). *Clássicos da política*. v.2. São Paulo: Ática, 2003. p.49-50.)

Com base nos conhecimentos sobre a Filosofia Política de Kant, assinale a alternativa correta.

- A) A incapacidade dos súditos de distinguir o útil do prejudicial torna imperativo um governo paternal para indicar a felicidade.
- B) É chamado cidadão aquele que habita a cidade, sendo considerados cidadãos ativos também as mulheres e os empregados.
- C) No Estado, há uma igualdade irrestrita entre os membros da comunidade e o chefe de Estado.
- D) Os súditos de um Estado Civil devem possuir igualdade de ação em conformidade com a lei universal da liberdade.
- E) Os súditos estão autorizados a transformar em violência o descontentamento e a oposição ao poder legislativo supremo.

07-(UFSJ 2012) Sobre a questão do conhecimento na filosofia kantiana, é CORRETO afirmar que

- A) o ato de conhecer se distingue em duas formas básicas: conhecimento empírico e conhecimento puro.
- B) para conhecer, é preciso se lançar ao exercício do pensar conceitos concretos.
- C) as formas distintas de conhecimento, descritas na obra *Crítica da razão pura*, são denominadas, respectivamente, juízo universal e juízo necessário e suficiente.
- D) o registro mais contundente acerca do conhecimento se faz a partir da distinção de dois juízos, a saber: juízo analítico e juízo sintético ou juízo de elucidação.

08-(UNCISAL 2011) No século XVIII, o filósofo Emanuel Kant formulou as hipóteses de seu idealismo transcendental. Segundo Kant, todo conhecimento logicamente válido inicia-se pela experiência, mas é construído internamente por meio das formas a priori da sensibilidade (espaço e tempo) e pelas categorias lógicas do entendimento. Dessa maneira, para Kant, não é o objeto que possui uma verdade a ser conhecida pelo sujeito cognoscente, mas sim o sujeito que, ao conhecer o objeto, nele inscreve suas próprias coordenadas sensíveis e intelectuais. De acordo com a filosofia kantiana, pode-se afirmar que:

- A) a mente humana é como uma "tabula rasa", uma folha em branco que recebe todos os seus conteúdos da experiência.
- B) os conhecimentos são revelados por Deus para os homens.
- C) todos os conhecimentos são inatos, não dependendo da experiência.
- D) Kant foi um filósofo da antiguidade.

E) para Kant, o centro do processo de conhecimento é o sujeito, não o objeto.

09-(UEL 2011) Leia o texto a seguir.

Na Primeira Secção da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Kant analisa dois conceitos fundamentais de sua teoria moral: o conceito de vontade boa e o de imperativo categórico. Esses dois conceitos traduzem as duas condições básicas do dever: o seu aspecto objetivo, a lei moral, e o seu aspecto subjetivo, o acatamento da lei pela subjetividade livre, como condição necessária e suficiente da ação.

DUTRA, D. V. *Kant e Habermas: a reformulação discursiva da moral kantiana*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 29.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a teoria moral kantiana, é correto afirmar

- A) A vontade boa, enquanto condição do dever, consiste em respeitar a lei moral, tendo como motivo da ação a simples conformidade à lei.
- B) O imperativo categórico incorre na contingência de um querer arbitrário cuja intencionalidade determina subjetivamente o valor moral da ação.
- C) Para que possa ser qualificada do ponto de vista moral, uma ação deve ter como condição necessária e suficiente uma vontade condicionada por interesses e inclinações sensíveis.
- D) A razão é capaz de guiar a vontade como meio para a satisfação de todas as necessidades e assim realizar seu verdadeiro destino prático: a felicidade.
- E) A razão, quando se torna livre das condições subjetivas que a coagem, é, em si, necessariamente conforme a vontade e somente por ela suficientemente determinada.

10-(UNIOESTE 2011)

“Já desde os tempos mais antigos da filosofia, os estudiosos da razão pura conceberam, além dos seres sensíveis ou fenômenos, que constituem o mundo dos sentidos, seres inteligíveis particulares, que constituiriam um mundo inteligível, e, visto que confundiam (o que era de desculpar a uma época ainda inculta) fenômeno e aparência, atribuíram realidade unicamente aos seres inteligíveis. De fato, se, como convém, considerarmos os objetos dos sentidos como simples fenômenos, admitimos assim que lhes está

subjacente uma coisa em si, embora não saibamos como ela é constituída em si mesma, mas apenas conheçamos o seu fenômeno, isto é, a maneira como os nossos sentidos são afetados por este algo desconhecido”.

Immanuel Kant

Sobre a teoria do conhecimento kantiana, conforme o texto acima, seguem as seguintes afirmativas:

- I. Desde sempre, os filósofos atribuíram realidade tanto aos seres sensíveis quanto aos seres inteligíveis.
- II. Podemos conhecer, em relação às coisas em si mesmas, apenas seu fenômeno, ou seja, a maneira como elas afetam nossos sentidos.
- III. Porque podemos conhecer apenas seus fenômenos, as coisas em si mesmas não têm realidade.
- IV. Os filósofos anteriores a Kant não diferenciavam fenômeno de aparência, e, assim, consideravam que o fenômeno não era real.
- V. As intuições puras da sensibilidade e os conceitos puros do entendimento incidem apenas em objetos de uma experiência possível; sem as primeiras, os segundos não têm significação.

Das afirmativas feitas acima:

- A) apenas II e IV estão corretas.
- B) apenas II, IV e V estão corretas.
- C) apenas II, III, IV e V estão corretas.
- D) todas as afirmativas estão corretas.
- E) todas as afirmativas estão incorretas.

Capítulo VI – Ética e moral

No contexto filosófico, **ética e moral possuem diferentes significados**. A ética está associada ao estudo fundamentado dos valores morais que orientam o comportamento humano em sociedade, enquanto a moral são os costumes, regras, tabus e convenções estabelecidas por cada sociedade.

Os termos possuem origem etimológica distinta. A palavra “ética” vem do Grego “*ethos*” que significa “modo de ser” ou “caráter”. Já a palavra “moral” tem origem no termo latino “*morales*” que significa “relativo aos costumes”.

Ética é um conjunto de conhecimentos extraídos da investigação do comportamento humano ao tentar explicar as regras morais de forma racional, fundamentada, científica e teórica. É uma reflexão sobre a moral.

Moral é o conjunto de regras aplicadas no cotidiano e usadas continuamente por cada cidadão. Essas regras orientam cada indivíduo, norteando as suas ações e os seus julgamentos sobre o que é moral ou imoral, certo ou errado, bom ou mau.

No sentido prático, a finalidade da ética e da moral é muito semelhante. São ambas responsáveis por construir as bases que vão guiar a conduta do homem, determinando o seu caráter, altruísmo e virtudes, e por ensinar a melhor forma de agir e de se comportar em sociedade.

O filósofo Aristóteles acreditava que a ética é caracterizada pela finalidade e pelo objetivo a ser atingido, que seria viver bem, ter uma boa vida, juntamente e para os outros.

Neste sentido, pode-se considerar a ética como um tipo de postura e que se refere a um modo de ser, à natureza da ação humana. Trata-se de uma maneira de lidar com as situações da vida e do modo como estabelecemos relações com outra pessoa. Quais são as nossas responsabilidades pessoais em uma relação com o outro? Como lidamos com as outras pessoas em sociedade? Uma conduta ética pode ser um tipo de comportamento mediado por princípios e valores morais.

A palavra “ética” também pode ser definida como um conjunto de conhecimentos extraídos da investigação do comportamento humano na tentativa de explicar as regras morais de forma racional e fundamentada. Neste sentido, trata-se de uma reflexão sobre a moral. Desta maneira, pode-se afirmar que a ética é a parte da filosofia que estuda a moral, pois reflete e questiona sobre as regras morais.

A palavra “moral” é originária do termo latino “*Morales*”, que significa “relativo aos costumes”, isto é, aquilo que se consolidou como sendo verdadeiro do ponto de vista da ação. A moral pode ser definida como

o conjunto de regras aplicadas no cotidiano e que são utilizadas constantemente por cidadão. Tais regras orientam cada indivíduo que vive na sociedade, norteando os seus julgamentos sobre o que é certo ou errado, moral ou imoral, e as suas ações.

Desta maneira, a moral é fruto do padrão cultural vigente e engloba as regras tidas como necessárias para o bom convívio entre os membros que fazem parte de determinada sociedade. A moral é formada pelos valores previamente estabelecidos pela própria sociedade e os comportamentos socialmente aceitos e passíveis de serem questionados pela ética. Pode-se afirmar que, ao falarmos de moral, os julgamentos de certo ou errado dependerão do lugar onde se está.

Por fim, pode-se considerar que a ética engloba determinados tipos de comportamentos, sejam eles considerados corretos ou incorretos; já a moral estabelece as regras que permitem determinar se o comportamento é correto ou não.

Se considerarmos o sentido prático, a finalidade da ética e da moral é bastante semelhante, pois ambas são responsáveis por construir as bases que guiarão a conduta do homem, determinando o seu caráter e a sua forma de se comportar em determinada sociedade.

Exercícios Propostos

01-(UEL 2015) Leia o texto a seguir.

As leis morais juntamente com seus princípios não só se distinguem essencialmente, em todo o conhecimento prático, de tudo o mais onde haja um elemento empírico qualquer, mas toda a Filosofia moral repousa inteiramente sobre a sua parte pura e, aplicada ao homem, não toma emprestado o mínimo que seja ao conhecimento do mesmo (Antropologia).

KANT, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. de Guido A. de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial, 2009. p.73.

Com base no texto e na questão da liberdade e autonomia em Immanuel Kant, assinale a alternativa correta.

A) A fonte das ações morais pode ser encontrada através da análise psicológica da consciência moral, na qual se pesquisa mais o que o homem é, do que o que ele deveria ser.

B) O elemento determinante do caráter moral de uma ação está na inclinação da qual se origina, sendo as inclinações serenas moralmente mais perfeitas do que as passionais.

C) O sentimento é o elemento determinante para a ação moral, e a razão, por sua vez, somente pode dar uma direção à presente inclinação, na medida em que fornece o meio para alcançar o que é desejado.

D) O ponto de partida dos juízos morais encontra-se nos “propulsores” humanos naturais, os quais se direcionam ao bem próprio e ao bem do outro.

E) O princípio supremo da moralidade deve assentar-se na razão prática pura, e as leis morais devem ser independentes de qualquer condição subjetiva da natureza humana.

02-(UFSM 2015) A necessidade de conviver em grupo fez o homem desenvolver estratégias adaptativas diversas. Darwin, num estudo sobre a evolução e as emoções, mostrou que o reconhecimento de emoções primárias, como raiva e medo, teve um papel central na sobrevivência. Estudos antigos e recentes têm mostrado que a moralidade ou comportamento moral está associado a outros tipos de emoções, como a vergonha, a culpa, a compaixão e a empatia. Há, no entanto, teorias éticas que afirmam que as ações boas devem ser motivadas exclusivamente pelo dever e não por impulsos ou emoções. Essa teoria é a ética

A) deontológica ou kantiana.

B) das virtudes.

C) utilitarista.

D) contratualista.

E) teológica.

03-(UFSM 2015) O biólogo Edward Wilson sustenta que a teoria da evolução explica não apenas a evolução das características físicas predominantes em uma espécie, mas também a evolução de traços sociais (como a divisão social do trabalho, a evolução da linguagem e da moralidade). Se isso é verdade, então aquilo que hoje tendemos a considerar moralmente correto pode ser um produto de nosso passado evolutivo. Se nosso passado evolutivo tivesse sido diferente, é possível que nossa sensibilidade moral hoje também fosse diferente.

Observe as afirmações a seguir, considerando as que são compatíveis com o enunciado da questão.

I. O fato de hoje tendermos a valorizar atos de bondade e compaixão e a desvalorizar atos de crueldade é um traço biológico de nossa espécie que deve ter trazido vantagens adaptativas aos nossos antepassados.

II. Há um conjunto de normas morais que não mudam e que sempre foram adotadas universalmente.

III. A evolução moral está correlacionada com a capacidade adaptativa dos indivíduos e grupos ao ambiente em que vivem.

Está(ão) correta(s)

A) apenas I.

B) apenas II.

C) apenas I e III.

D) apenas II e III.

E) I, II e III.

04. (UNESP 2014) A condenação à violência pode ser estendida à ação dos militantes em prol dos direitos animais que depredaram os laboratórios do Instituto Royal, em São Roque. A nota emocional é difícil de contornar: 178 cães da raça beagle, usados em testes de medicamentos, foram retirados do local. De um lado, por mais que seja minimizado e controlado, há o sofrimento dos bichos. Do outro lado, está nosso bem maior: nas atuais condições, não há como dispensar testes com animais para o desenvolvimento de drogas e medicamentos que salvarão vidas humanas.

Direitos animais. *Veja*, 25.10.2013.

Sob o ponto de vista filosófico, os valores éticos envolvidos no fato relatado envolvem problemas essencialmente relacionados

A) à legitimidade do domínio da natureza pelo homem.

B) a diferentes concepções de natureza religiosa.

C) a disputas políticas de natureza partidária.

D) à instituição liberal da propriedade privada.

E) aos interesses econômicos da indústria farmacêutica.

05- (Ufsj 2012) Sobre a ética na Antiguidade, é CORRETO afirmar que:

- A) o ideal ético perseguido pelo estoicismo era um estado de plena serenidade para lidar com os sobressaltos da existência.
- B) os sofistas afirmavam a normatização e verdades universalmente válidas.
- C) Platão, na direção socrática, defendeu a necessidade de purificação da alma para se alcançar a ideia de bem.
- D) Sócrates repercutiu a ideia de uma ética intimista voltada para o bem individual, que, ao ser exercida, se espargiria por todos os homens.

06- A pura lealdade na amizade, embora até o presente não tenha existido nenhum amigo leal, é imposta a todo homem, essencialmente, pelo fato de tal dever estar implicado como dever em geral, anteriormente a toda experiência, na ideia de uma razão que determina a vontade segundo princípios a priori. KANT, I. Fundamentação da metafísica dos costumes. São Paulo: Barcarolla, 2009. A passagem citada expõe um pensamento caracterizado pela

- A) eficácia prática da razão empírica.
- B) transvaloração dos valores judaico-cristãos.
- C) recusa em fundamentar a moral pela experiência.
- D) comparação da ética a uma ciência de rigor matemático. e) importância dos valores democráticos nas relações de amizade.

Capítulo VII - A importância de Hegel para a filosofia alemã: O debate filosófico entre o filósofo idealista e o filósofo materialista (Karl Marx).

Introdução

Uma das primeiras associações mais imediatas que as pessoas fazem em relação a Hegel talvez seja em relação a Marx. Isso porque é dito que o pensamento marxista virou Hegel de “cabeça pra baixo”. O que isso significa? Veremos a seguir algumas das ideias principais do autor.

Os filósofos anteriores a Hegel, como Kant ou Descartes, postulavam comumente que havia uma essência eterna das coisas que

fundamentam o conhecimento humano. Hegel contraria essa ideia fazendo uma história do progresso da razão na humanidade. Ou seja, as verdades não são atemporais e elas caminham conforme uma lógica de crescimento. Portanto, a razão humana acompanha o desenvolvimento da humanidade. Sua filosofia sobre as ideias são, assim, centrais na teoria de Hegel. Há vários aspectos de seu pensamento a serem considerados a partir dessa questão.

1 – O papel do Idealismo

O idealismo é uma maneira de explicar que as coisas reais que existem são determinadas por uma ideia universal anterior. Hegel é reconhecido enquanto um idealista, mas não foi ele o primeiro e nem o único a tentar explicar que as ideias são anteriores às coisas, como fez Platão.

Por exemplo, para que seja construída uma casa, é necessário que exista antes uma ideia do que é uma casa. Essa ideia não foi um indivíduo ou outro que decidiu o que seria. Tratam-se, na verdade, de uma ideia universal que se estende a todos os indivíduos.

Entretanto, o idealismo de Hegel vai além, e é mais restritivo. Para Hegel, os conhecimentos úteis para explicar o mundo são aqueles verdadeiramente universais, baseados em ideias universais, como: qualidade, quantidade, existência, ser. Essas ideias tendem a se tornar cada vez mais universais à medida que a razão humana progride na história.

2 – A questão do Estado

“[A ideia do Estado] É a ideia universal como gênero e potência absoluta sobre os Estados individuais, o espírito que a si mesmo dá a sua realidade no progresso da história universal.”

Ao invés de estudar Estados concretos em suas particularidades, Hegel tenta analisar *o que é* o Estado, ou seja, a sua ideia universal. Sendo uma ideia, ela se desenvolve progressivamente ao longo da história, e o Estado é o resultado desse crescimento da razão humana.

O Estado, para Hegel, é a síntese das vontades singulares e imediatas dos indivíduos. Ele é o resultado do desenvolvimento de instâncias como a ideia da

família. Portanto, é no Estado que os indivíduos podem encontrar os seus deveres e também uma unidade dos desejos individuais.

Paradoxalmente ou não, é somente no Estado que a liberdade dos indivíduos também é contemplada. Isso porque, para os filósofos da época, a “liberdade” era uma questão central, e ela não poderia ser guiada simplesmente pelos desejos carnis e imediatistas do sujeito. A liberdade só ocorreria por meio da razão, ou seja, agindo racionalmente perante o mundo.

Por isso, o Estado é uma grande síntese de uma ideia universal que reúne as vontades individuais e permite a liberdade. Isso está no curso do desenvolvimento crescente da razão humana.

3-“O racional é real e o real é Racional”

Para Hegel, não existe algo que seja impossível de ser pensado. Assim, ele afirma que “o real é racional e o racional é real”. Não é possível separar o mundo do sujeito, o objeto e o conhecimento, o universal e o particular.

Em outras traduções do alemão, é dito que “o real é efetivo”. Em outras palavras, não há nenhum conhecimento sobre o mundo natural ou espiritual que não seja alcançável pela razão. A razão não é, portanto, um conhecimento das contingências, das particularidades ou da subjetividade, mas é o meio pelo qual é possível compreender a essência das coisas.

O real efetivo, para Hegel, está na unidade entre a essência e a existência, entre o interior e exterior, em uma relação dialética. Essa dialética é a própria forma como as ideias se desenvolvem, e é central na filosofia do autor.

3 – A dialética

Para Hegel, toda a realidade poderia ser compreendida por meio da dialética, alcançando a verdade mais universal por meio dela. A dialética

mostra como as ideias contraditórias dependem uma da outra e estão em constante atrito.

A dialética do senhor e do escravo é um bom exemplo, dado pelo próprio Hegel. Nessa metáfora, primeiro, o Senhor, que é uma consciência, submete o Escravo a um objeto. Entretanto, para que o Senhor continue um senhor, o Escravo precisa reconhecê-lo como tal. Assim, o Escravo é ao mesmo tempo objeto e também sujeito: o Senhor precisa do Escravo para ser Senhor.

Quando o Senhor precisa do reconhecimento do Escravo, ele acaba se fazendo também objeto. Assim, as posições de Senhor e Escravo, sujeito e objeto, são trocadas a todo momento, como em uma luta incessante.

Assim, a dialética é fundamentada na tese e na antítese. Na metáfora do Senhor e do Escravo, a afirmação de um eu (tese) precisa do reconhecimento do outro, de sua própria negação (antítese). Esse atrito entre a tese e a antítese culmina na síntese, a negação da negação, no desenvolvimento da história.

A dialética é, assim, a própria forma como as coisas ocorrem, e é também o meio pelo qual podemos alcançar a verdade. O desenvolvimento da história está na superação das contradições.

Desse modo, é possível notar como a dialética está nas demais teorias do autor, como na ideia do Estado. Essas ideias foram fundamentais para o desenvolvimento da filosofia ocidental, tornando Hegel uma figura muito importante. Listamos algumas das principais obras de Hegel para entrar em contato direto com o pensamento do autor.

- *A diferença entre os sistemas filosóficos de Fichte e Schelling* (1801)
- *Introdução à história da filosofia* (1805)
- *Fenomenologia do Espírito* (1807)
- *Ciência da Lógica* (1812)
- *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em esboço* (1817)
- *Linhas fundamentais da Filosofia do Direito* (1821)
- *Lições sobre a filosofia da história*

A filosofia de Hegel é importante não só para as pessoas interessadas em suas obras, mas também para quem deseja entender sobre a história da filosofia ou a influência de Hegel no pensamento de demais autores e autoras. Após sua morte, o filósofo continua ainda a impactar as ideias filosóficas.

4 – Neo hegelianos

Após a morte de Hegel, seus discípulos não possuíam uma interpretação unânime das obras do autor. Na época, havia pelo menos duas vertentes em conflito: os “hegelianos de direita” e os “hegelianos de esquerda”, por sua vez conhecidos também como neo-hegelianos.

Os hegelianos de direita utilizavam as ideias de Hegel para afirmar sua posição política. Se o real é racional e o sistema é um resultado da síntese da dialética – e significa, conseqüentemente, um progresso humano –, a miséria e a monarquia da Alemanha eram justificáveis. A filosofia de Hegel, nesse caso, oferecia um argumento para justificar o sistema que era dominante naquele momento. Os hegelianos de direita defendiam que a realidade em que se encontravam era, portanto, a mais racional possível naquele estado.

Em contrapartida, os neo-hegelianos, de esquerda, defendiam o caráter revolucionário no pensamento de Hegel. Ou seja, o movimento das ideias humanas nunca cessa e, pela dialética, deve haver uma antítese que leve o estado atual a um superior, uma síntese. Isso significava ir contra a monarquia alemã e não se conformar com a miséria que assolava a população.

O Estado prussiano era um dos alvos das críticas dos neo-hegelianos. Esses jovens foram expulsos de suas universidades por causa de seus posicionamentos; um deles em relação ao cristianismo, que era a religião oficial do governo. Os neo-hegelianos defendiam a unificação e a emancipação da nação alemã, que na época era dividida em diversas províncias.

Entre os neo-hegelianos mais famosos estão **Ludwig Feuerbach (1804-1872)** e **Karl Marx (1818-1883)**. Entretanto, há outros pouco difundidos e conhecidos, como David Friedrich Strauss, Max Stirner, Edgar Bauer e Bruno Bauer.

5 – Hegel X Marx

Karl Marx pode ser considerado um dos neo-hegelianos, ou hegelianos de esquerda, que defendiam uma interpretação revolucionária da filosofia de Hegel. Entretanto, Marx também realizou uma “inversão” do autor. Assim, Marx possui semelhanças mas também diferenças em relação a Hegel.

É dito que Marx realiza uma “inversão” de Hegel porque, se Hegel era um idealista em termos filosóficos, Marx defendeu em sua teoria um materialismo. Ou seja, se para Hegel as ideias vêm antes das coisas, para Marx, as relações sociais (ou as “coisas”) é que precedem as ideias.

Para Marx, a história humana se desenvolve a partir da ação concreta dos seres humanos em sociedade. Essa ação é motivada por necessidades concretas; humanos precisam comer, beber, proteger-se e vestir-se. Essa base material é de onde vem o Estado, a religião, a arte e a política.

Por isso Marx é um materialista, ao contrário de Hegel, que afirma que as ideias é que precedem as coisas existentes. Por exemplo, em Hegel, o Estado é uma síntese que unifica e supre as contradições entre os desejos individuais, sendo o lugar onde a liberdade humana pode se realizar.

Não é essa, notadamente, a defesa de Marx. Para ele, o Estado atende aos desejos das classes dominantes, e nunca conciliou qualquer necessidade material dos grupos oprimidos. Se pela lei do Estado todos são iguais, o que a realidade material demonstra é o contrário: há desigualdade social que não é solucionada pelo Estado, mas apenas mantida por ele. Nesse sentido, Marx se inspira na dialética de Hegel para propor os possíveis caminhos revolucionários. A contradição existente entre a classe dominante ou burguesa e a classe proletária deve fazer surgir uma nova síntese. O Estado e o capital fazem parte do sistema dominante, que a história humana exige que sejam superados.

Exercícios Propostos

01-(Ufu 2013) A dialética de Hegel

A) envolve duas etapas, formadas por opostos encontrados na natureza (dia-noite, claro-escuro, frio-calor).

B) é incapaz de explicar o movimento e a mudança verificados tanto no mundo quanto no pensamento.

C) é interna nas coisas objetivas, que só podem crescer e perecer em virtude de contradições presentes nelas.

D) é um método (procedimento) a ser aplicado ao objeto de estudo do pesquisador.

02- (Ufu 2012) O botão desaparece no desabrochar da flor, e poderia dizer-se que a flor o refuta; do mesmo modo que o fruto faz a flor parecer um falso ser-aí da planta, pondo-se como sua verdade em lugar da flor: essas formas não só se distinguem, mas também se repelem como incompatíveis entre si [...].

HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes, 1988.

Com base em seus conhecimentos e na leitura do texto acima, assinale a alternativa correta segundo a filosofia de Hegel.

A) A essência do real é a contradição sem interrupção ou o choque permanente dos contrários.

B) As contradições são momentos da unidade orgânica, na qual, longe de se contradizerem, todos são igualmente necessários.

C) O universo social é o dos conflitos e das guerras sem fim, não havendo, por isso, a possibilidade de uma vida ética.

D) Hegel combateu a concepção cristã da história ao destituí-la de qualquer finalidade benevolente.

03- (Ueg 2010) Hegel, prosseguindo na árdua tarefa de unificar o dualismo de Kant, substituiu o eu de Fichte e o absoluto de Schelling por outra entidade: a ideia. A ideia, para Hegel, deve ser submetida necessariamente a um processo de evolução dialética, regido pela marcha triádica da

A) experiência, juízo e raciocínio.

B) realidade, crítica e conclusão.

C) matéria, forma e reflexão.

D) tese, antítese e síntese.

E) objetivo, subjetivo e absoluto.

04- (Ufu 2007) Qual é a diferença entre o conceito de movimento histórico, em Hegel, e o de processo histórico, em Marx?

A) Para Hegel, através do trabalho, os homens vão construindo o movimento da produção da vida material e, assim, o movimento histórico. Para Marx, a

consciência determina cada época histórica, desenvolvendo o processo histórico.

B) Para Hegel, a História pode sofrer rupturas e ter retrocessos, por isso utiliza-se do conceito de movimento da base econômica da sociedade. Marx acredita que o modo de produção encaminhe para um objetivo final, que é a concretização da Razão.

C) Para Hegel, a História tem uma circularidade que não permite a continuidade. Para Marx, a História é construída pelo progresso da consciência dos homens que formam o processo histórico.

D) Para Hegel, a História é teleológica, a Razão caminha para o conceito de si mesma, em si mesma. Marx não tem uma visão linear e progressiva da História, sendo que, para ele, ela é processo, depende da organização dos homens para a superação das contradições geradas na produção da vida material, para transformar ou retroceder historicamente.

05- (Ufu 2005) Hegel, em seus cursos universitários de Filosofia da História, fez a seguinte afirmação sobre a relação entre a filosofia e a história: “O único pensamento que a filosofia aporta é a contemplação da história”.

HEGEL, G. W. F. *Filosofia da História*. 2 ed. Brasília: Editora da UnB, 1998, p. 17.

De acordo com a reflexão de Hegel, é correto afirmar que:

I. a razão governa o mundo e, portanto, a história universal é um processo racional.

II. a ação dos homens obedece a vontade divina que preestabelece o curso da história.

III. no processo histórico, o pensar está subordinado ao real existente.

IV. a ideia ou a razão se originam da força material de produção e reprodução da história.

Assinale a alternativa que contém somente assertivas corretas.

A) III e IV.

B) I e II.

C) II e III.

D) I e III.

06- (Ueg 2011) Para Hegel, a razão é a relação interna e necessária entre as leis do pensamento e as leis do real. Assim, ela é a unidade entre a razão subjetiva e a razão objetiva. Hegel denominou essa unidade de espírito absoluto.

Dessa forma, um evento real pode expressar e ser resultado das ideias que o precedem. Um exemplo da objetivação dessas ideias é o seguinte evento:

- A) a subida de Adolf Hitler ao poder na Alemanha, representando os ideais sionistas germânicos.
- B) a Queda de Dom Pedro I do trono brasileiro, representando a crise do sistema colonial português.
- C) a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder, representando o ideal iluminista de igualdade social.
- D) a coroação de Dom Pedro II no trono brasileiro, representando a vitória dos ideais puritanos de moral.
- E) a ascensão de Benito Mussolini ao regime fascista italiano.

07- (IFPE-2016) O termo "idealismo" foi inserido na tradição filosófica por volta do século XVII, fazendo referência à doutrina Platônica das ideias. Porém, ao longo do período moderno, esse termo é ressignificado e bastante difundido. Ele passa a ser empregado principalmente em dois sentidos: epistemológico e romântico. Nesse último sentido, foi bastante disseminado na Alemanha no período pós-kantiano, dando origem à corrente do Idealismo Alemão.

Sobre esse Idealismo, é correto afirmar que:

- A) é chamado também de Idealismo Absoluto, pois tem por finalidade frisar a tese de que o Eu ou Espírito é o princípio único de tudo e que fora dele não existe nada.
- B) seu fundador foi o filósofo Alemão Georg Hegel que detém papel inapreciável no movimento idealista alemão.
- C) pode ser chamado também de Idealismo Transcendental, que faz referência ao termo usado no período medieval para explicar o conceito de ente (ens) como a noção mais comum (communissima).
- D) ele pode ser denominado de Idealismo Objetivo, porque reduzira toda a realidade a um único princípio, a Substância, e entendera a própria substância como Objeto.
- E) Hegel foi seu maior expoente, e a principal característica do seu idealismo era demonstrar o movimento da realidade do infinito e a sua resolução no finito.

08-(IFPE-2016) Georg Hegel foi o filósofo mais famoso da Alemanha durante a primeira metade do século XIX. Sua influência no movimento

idealista alemão foi decisiva e inspiradora para sua geração e a que o sucedera. A sua obra mais famosa é a Fenomenologia do Espírito (1807). Sobre o aspecto geral dessa obra, é correto afirmar que Hegel:

- A) recorre ao método dialético como forma de descrição de uma realidade dinâmica e independente do progresso do espírito.
- B) usa o método fenomenológico com o objetivo de trilhar os vários momentos do espírito em direção à consciência de si.
- C) acompanha o itinerário que vai da formação do indivíduo à ciência, ou ainda do homem ocidental à Filosofia.
- D) destaca a harmonia racional do real em sua manifestação estática e uniforme por meio do progresso da consciência até o saber absoluto.
- E) buscou demonstrar, por meio de uma análise sistemática da cultura ocidental, que a razão é exterior à história.

Cap. VIII - Teorias Socialistas (Socialismo Utópico, Anarquismo e Karl Marx)



Introdução

Socialismo refere-se a qualquer uma das várias teorias de organização econômica que advogam a administração e propriedade pública ou coletiva dos meios de produção e distribuição de bens, propondo-se a construir uma sociedade caracterizada pela igualdade de oportunidades e meios para todos os indivíduos, com um método isonômico de compensação. Atualmente, teorias socialistas são partes de posições da esquerda política, relacionadas com as atuações do Estado de bem-estar social e o sucesso obtido pelo Modelo nórdico.

O socialismo moderno surgiu no final do século XVIII, tendo origem na classe intelectual e nos movimentos políticos da classe trabalhadora, que criticavam os efeitos da industrialização e da propriedade privada sobre a sociedade. Karl Marx afirmava que a luta de classes era responsável pela nossa realidade social, e que este conflito inevitavelmente resultaria no socialismo através de uma revolução do proletariado, tornando-se uma fase de transição do capitalismo para um novo modelo de sociedade que não seria dividido em classes sociais hierárquicas, num modelo essencialmente comunista.

A maioria dos socialistas possui a opinião de que o capitalismo concentra injustamente a riqueza e o poder nas mãos de um pequeno segmento da sociedade - denominado por Marx de Burguesia - que controla o capital e deriva a sua riqueza da exploração de outras classes sociais, criando uma sociedade desigual, que não oferece oportunidades iguais de maximização de suas potencialidades a todos.

Friedrich Engels, um dos fundadores da teoria socialista moderna, e o socialista utópico Henri de Saint Simon defendem a criação de uma sociedade que permita a aplicação generalizada das tecnologias modernas de racionalização da atividade econômica, eliminando o caos na produção do capitalismo. Isto permitiria que a riqueza e o poder fossem distribuídos com base na quantidade de trabalho despendido na produção, embora não haja concordância entre os socialistas sobre como e em que medida isso poderia ser alcançado. O socialismo não é uma filosofia de doutrina e programa fixos; seus ramos defendem um certo grau de intervencionismo social e racionalização econômica (geralmente sob a forma de planejamento econômico), às vezes opostas entre si, como o socialismo de estado e o socialismo libertário. Uma característica da divisão do movimento socialista é entre os reformistas, chamados de socialistas democráticos, e revolucionários sobre como uma economia socialista deveria ser estabelecida. Alguns socialistas defendem a nacionalização completa dos meios de produção, distribuição e troca, outros defendem o controle estatal do capital no âmbito de uma economia de mercado.

1. Tipos de Socialismo

1.1-Socialismo Utópico

Reação operária aos efeitos da Revolução Industrial fez surgir críticos ao progresso industrial que propunham reformulações sociais e a construção de uma sociedade mais justa. Os primeiros socialistas, ao formularem profundas críticas ao progresso industrial, ainda estavam impregnados de valores liberais. Atacavam os grandes proprietários, mas tinham, em geral, muita estima pelos pequenos, acreditando ser possível haver um acordo entre as classes sociais. Elaboraram soluções que não chegaram, porém, a constituir uma doutrina, e sim modelos idealizados, sendo por isso chamados de utópicos.

Um dos principais teóricos dessa fase inicial do socialismo era o conde francês Claude de Saint-Simon, que havia aderido à revolução de 1789. Um racionalista, como a maioria de seus contemporâneos, propôs, em Cartas de um habitante de Genebra (1802), a formação de uma sociedade em que não haveria ociosos (como ele considerava os militares, os religiosos, os nobres e os magistrados) nem a exploração econômica de grupos de indivíduos por outros. Propôs, ainda, a divisão da sociedade em três classes: os sábios, os proprietários e os que não tinham posses. O governo seria exercido por um conselho formado por sábios e artistas.

Outro teórico da fase inicial do socialismo foi o francês Charles Fourier, que, ao lado de Pierre Leroux, teria sido um dos primeiros a utilizar a palavra "socialismo". Filho de comerciantes, era herdeiro da ideia de Jean-Jacques Rousseau de que o homem é naturalmente bom, mas a sociedade e as instituições o pervertem. Acreditava ser possível reorganizar a sociedade a partir da criação de falanstérios, fazendas coletivas agroindustriais. Nunca conseguiu o apoio de empresários para levar o projeto adiante, apesar de alegar que os falanstérios superariam a desarmonia capitalista, surgida da divisão do trabalho e do papel anárquico exercido pelo comércio na sociedade. Após sua morte, alguns falanstérios surgiram no continente americano, como os de Réunione da Falange Norte-americana nos Estados Unidos e o do Sai no Brasil.

A expressão "socialismo" foi consagrada por Robert Owen na anglosfera a partir de 1834. Jovem administrador de uma fábrica de algodão em Manchester, observou de perto as condições desumanas de trabalho e se revoltou com as perspectivas do desenvolvimento industrial. Defendendo a impossibilidade de se formar um ser humano superior (o "Novo Homem") no interior de um sistema egoísta e explorador como o capitalismo, buscou a criação de uma comunidade ideal, de igualdade absoluta. Na Escócia, onde assumiu o controle de algumas fábricas de algodão em New Lanark por 25 anos, Owen chegou a aplicar suas ideias, implantando uma comunidade de alto padrão, na qual

as pessoas trabalhavam dez horas por dia e tinham acesso à instrução de alto nível. O sucesso da cooperativa e suas críticas à propriedade privada e à religião, no entanto, levaram Owen a abandonar a Grã-Bretanha e se refugiar nos Estados Unidos, onde fundou a comunidade de New Harmony no estado da Indiana. Após presenciar, em seu retorno ao Reino Unido, a falência de suas cooperativas, dedicou-se, no fim da vida, à organização de sindicato

1.2 Anarquismo

Outra corrente socialista surgida no século XIX foi o anarquismo. Pregava a supressão de toda e qualquer forma de governo, defendendo a liberdade de forma geral. O principal precursor desta doutrina é Pierre-Joseph Proudhon, que se vale dos pressupostos do socialismo utópico (sendo considerado um socialista utópico por alguns historiadores para criticar os abusos do capitalismo em sua obra *O que é a propriedade?* (1840). Respeita a pequena propriedade e propõe a criação de cooperativas e de bancos que concedessem empréstimos a juros zero aos empreendimentos produtivos, além de crédito gratuito aos trabalhadores. Proudhon foi o primeiro anarquista autoproclamado, apesar de ser considerado um socialista utópico pelos marxistas, rótulo que jamais aceitou.

Ao propor a criação de uma sociedade sem classes, sem exploração, sem Estado, formada por homens livres e iguais, Proudhon inaugurou o anarquismo. Ele propunha a destruição dos Estados nacionais e sua substituição pelas "repúblicas de pequenos proprietários". Suas propostas inspiraram, principalmente, o teórico russo Mikhail Bakunin, que se tornou líder do chamado "anarquismo terrorista". Defendia que a violência era a única forma de se alcançar uma sociedade livre de Estados e de desigualdades, um mundo de felicidades e liberdades para os operários.

O anarquismo, também conhecido como "comunismo libertário", e o socialismo científico de Marx coincidem quanto ao objetivo final: atingir o comunismo, estágio em que não existem mais divisões de classes, exploração, e nem mesmo o Estado. Entretanto, para os marxistas, antes dessa meta, faz-se necessária uma fase intermediária, a ditadura do proletariado. Já na concepção dos anarquistas, as classes, as instituições e as tradições devem ser erradicadas imediatamente, tendo, como finalidade, a aniquilação do Estado. As críticas mútuas entre anarquistas e marxistas

levaram a uma convivência de choques e divergências, comprovada pelas rivalidades que ocorreram posteriormente nos países onde ambas as facções coexistiram na luta contra a ordem estabelecida, tais como na Rússia após a Revolução e na Espanha durante a Guerra Civil.

1.3 Socialismo Científico

Paralelamente às propostas do socialismo utópico, surgiu o socialismo científico, cujos teóricos propunham compreender a realidade e transformá-la mediante a análise dos mecanismos econômicos e sociais do capitalismo, constituindo, assim, uma proposta revolucionária do proletariado. Daí se origina o termo "científico", uma vez que seus teóricos se baseavam numa análise macro-histórica e filosófica da sociedade, e não apenas nos ideais de justiça social.

O maior teórico dessa corrente foi o filósofo e economista alemão Karl Marx, que contou com a contribuição do compatriota Friedrich Engels em muitas de suas obras. No Manifesto Comunista (1848), Marx e Engels esboçaram as proposições do socialismo científico, que seriam definidas de forma completa em *O Capital*, obra mais conhecida de Marx, que causaria uma verdadeira revolução na economia e nas ciências sociais. Entre os princípios expostos na obra, destacam-se uma interpretação socioeconômica da história, conhecida como materialismo histórico, os conceitos de luta de classes, de mais-valia e de revolução socialista.

Segundo o materialismo histórico, toda sociedade é determinada, em última instância, por suas condições socioeconômicas, chamadas de "infra" e "superestrutura". Adaptadas a ela, as instituições, a política, a ideologia e a cultura como um todo compõem o que Marx chamou de "infraestrutura e superestrutura". Um exemplo claro da relação entre essas estruturas é a Revolução Francesa: naquele momento, era necessário transformar a ultrapassada ordem político-jurídica do Antigo Regime (a "superestrutura") para manter a "infraestrutura" vigente.

Para Karl Kautsky, teórico marxista e um dos fundadores da social-democracia, a sociedade sempre é mais forte que a natureza humana ("natureza humana" entendida por ele como sendo o indivíduo). Segundo Kautsky: "mas se o socialismo é uma necessidade social, então, se entrasse em conflito com a natureza humana, esta seria a derrotada, e não o socialismo."

A luta de classes, na análise marxista, é o agente capaz de transformar a sociedade. O antagonismo entre dominadores e dominados induz às lutas e às transformações sociais. Em termos sociais, se trata do motor da história humana, só terminando com o aparecimento da sociedade comunista perfeita, onde desapareceriam a exploração de classes e as injustiças sociais. Já o conceito de mais-valia corresponde ao valor não remunerado do trabalho do operário, que é apropriado pelos capitalistas.

Contra a ordem estabelecida pela sociedade burguesa, Marx considerava inevitável a ação política do operariado organizado, a revolução socialista, que iria inaugurar a construção de uma nova sociedade. Num primeiro momento, o controle do Estado ficaria na mão da ditadura do proletariado, quando ocorreria a socialização dos meios de produção através da eliminação da propriedade privada. Numa etapa posterior, a meta seria o comunismo perfeito, onde todas as desigualdades sociais e econômicas, além do próprio Estado, acabariam.

1.4 Socialismo Cristão

Durante a Revolução Industrial, uma série de teóricos cristãos, como Robert Lamennais, Adolph Wagner e J. D. Maurice, entre outros, lançaram apelos às classes dominantes para que aliviassem os sofrimentos das classes trabalhadoras. Nasceu, dessa forma, o socialismo cristão, uma tentativa de aplicar os ensinamentos de Cristo sobre amor e de respeito ao próximo aos problemas sociais gerados pela industrialização. A grande mobilização operária levou a cúpula da Igreja Católica a definir oficialmente seu papel nos novos problemas sociais.

Em 1891, o papa Leão XIII lançou a encíclica *Rerum Novarum*, em que expunha o pensamento social do catolicismo. Nela, reavivava o papel da Igreja como instrumento de reforma e justiça social. Reconhecia o direito à propriedade privada e rejeitava o fortemente socialismo científico ateu de Marx, mas condenava a ganância capitalista e a exploração desumana da força de trabalho. O papa propunha que os empregadores reconhecessem os direitos fundamentais dos proletários, como a limitação da jornada de trabalho, o descanso aos fins de semana, o estabelecimento de salários dignos, as férias remuneradas, entre outros. A encíclica recomendava também a intervenção do Estado no mercado privado a fim de

melhorar as condições de vida dos trabalhadores nos setores da habitação e da saúde.

Após a publicação dessa encíclica, a Igreja não mais se desligou da questão social e de suas concepções políticas, caráter reforçado sobretudo após o concílio Vaticano II (1962-1965). É comum confundirem a expressão "socialismo cristão", uma teoria política com cunho cristão, baseada na igualdade dos homens perante Deus, com a visão da Igreja Católica sobre o aspecto social e político dos povos (Doutrina Social da Igreja).

2 – Críticas ao Socialismo

Entre os principais críticos do socialismo, encontram-se John Stuart Mill, Alexis de Tocqueville, Bernard-Henri Lévy, Karl Popper, Joseph Schumpeter, Carl Menger Ludwig von Mises, Max Weber, Michael Voslensky, Friedrich Hayek, Eugen von Böhm-Bawerk, Milovan Djilas, Milton Friedman, Eric Voegelin, Murray Rothbard, Václav Havel e Pitirim Sorokin.

Os economistas liberais e libertários pró-capitalismo veem a posse privada dos meios de produção e o mercado de câmbio como entidades naturais e direitos morais, fundamentais para independência e liberdade. As maiores críticas ao sistema socialista baseiam-se na distorção do sistema de preços, o que impossibilitaria um planejamento econômico eficiente. Além disso, críticos alegam que, num sistema socialista, haveria redução de incentivos, redução de prosperidade [baixa viabilidade e efeitos sociais e políticos negativos. Hayek escreveu, em *O Caminho da Servidão*, que qualquer tentativa de controlar a economia implica numa concentração de poder estatal e na diminuição da liberdade política. O socialismo terminaria sendo um sistema econômico em que um indivíduo ou grupo de indivíduos controla os demais membros da sociedade mediante a coerção e a compulsão organizada. Exemplos de governos totalitários nesses moldes foram a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), especialmente durante o regime de Josef Stalin, a China de Mao Tse-tung e outros experimentos na África e na Ásia. Em sua defesa, os socialistas argumentam que esses países, apesar de se considerarem socialistas, nunca teriam aderido ao socialismo pois, na prática, ele nunca teria existido. Também existem os socialistas-libertários, que são simultaneamente a favor da derrubada da propriedade privada, do capital e do Estado, vista como única forma de assegurar simultaneamente a ampla liberdade e igualdade. Ainda

segundo Hayek, o planejamento econômico proposto pelos socialistas é menos eficiente no provimento do bem-estar social que o livre mercado.[carece de fontes]

Os economistas neoclássicos criticam o estatismo e a centralização de capital, alegando que faltam incentivos às instituições estatais para agirem de forma eficiente como as empresas capitalistas. Como as estatais não trabalham com tantas restrições orçamentárias, elas podem acabar por prejudicar a economia geral e causar efeitos negativos no bem-estar da sociedade. A Escola Austríaca completa o argumento afirmando que apenas o livre mercado pode informar à sociedade sobre a alocação mais racional dos recursos e do uso mais produtivo dos bens de capital. Para os austríacos, o planejamento econômico socialista é inviável pela impossibilidade de realizar um cálculo econômico devido à falta de parâmetro e de um livre sistema de preços.

Karl Popper afirmava que o historicismo marxista não poderia ser considerado uma teoria científica, pois não é falseável pela experiência humana, considerando este historicismo como inimigo da sociedade aberta, por ser ontologicamente impossível negá-lo.

Exercícios Propostos

01-(UEL 2016) A ópera-balé Os Sete Pecados Capitais da Pequena Burguesia, de Kurt Weill e Bertold Brecht, composta em 1933, retrata as condições dessa classe social na derrocada da ordem democrática com a ascensão do nazismo na Alemanha, por meio da personagem Anna, que em sete anos vê todos os seus sonhos de ascensão social ruírem. A obra expressa a visão marxista na chamada doutrina das classes.

Em relação à doutrina social marxista, assinale a alternativa correta.

A) A alta burguesia é uma classe considerada revolucionária, pois foi capaz de resistir à ideologia totalitária através do controle dos meios de comunicação.

B) A classe média, integrante da camada burguesa, foi identificada com os ideais do nacional-socialismo por defender a socialização dos meios de produção.

C) A pequena burguesia ou camada lumpen é revolucionária, identificando a alta burguesia como sua inimiga natural a ser destruída pela revolução.

D) A pequena burguesia ou classe média é uma classe antirrevolucionária, pois, embora esteja mais próxima das condições materiais do proletariado, apoia a alta burguesia.

E) O proletariado e a classe média formam as classes revolucionárias, cuja missão é a derrubada da aristocracia e a instauração do comunismo.

02-(Espcex (Aman) 2016) Observe as ideias de três pensadores da Idade Moderna.

Adam Smith (escocês), em sua obra A riqueza das nações, afirmava que a única fonte de riqueza era o trabalho, e não a terra.

- A ideia central da doutrina de Karl Marx (alemão) é que a “história das sociedades humanas é a história da luta de classes”.

- Thomas Malthus (inglês), em sua obra Ensaio sobre o princípio da população, escreveu que a natureza impõe limites ao progresso material, já que a população cresce em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos aumenta em progressão aritmética.

Pode-se afirmar que:

A) os três pensadores defendem o liberalismo clássico.

B) as três ideias propõem a ditadura do proletariado.

C) Adam Smith propõe o liberalismo clássico, Thomas Malthus e Karl Marx, o socialismo utópico.

d) Thomas Malthus e Adam Smith defendem o pensamento liberal clássico e Karl Marx foi um dos autores do socialismo científico.

e) Karl Marx e Adam Smith são considerados anarquistas, e Thomas Malthus, socialista utópico.

03-(UECE 2014) O século XIX foi marcado pelo surgimento de correntes de pensamento que contestavam o modelo capitalista de produção e propunham novas formas de organizar os meios de produção e a distribuição de bens e riquezas, buscando uma sociedade que se caracterizasse pela igualdade de oportunidades. No que diz respeito a essas correntes, assinale a afirmação verdadeira.

A) O socialismo cristão buscava aplicar os ensinamentos de Cristo sobre amor e respeito ao próximo aos problemas sociais gerados pela industrialização, mas

apesar de vários teóricos importantes o defenderem, a Igreja o rejeitou através da Encíclica Rerum Novarum, lançada pelo Papa Leão XIII.

B) No socialismo utópico, a doutrina defendida por Robert Owen e Charles Fourier, prevaleciam as ideias de transformar a realidade por meio da luta de classes, da superação da mais valia e da revolução socialista.

C) O socialismo científico proposto por Karl Marx e Friedrich Engels, através do manifesto Comunista de 1848, defendia uma interpretação socioeconômica da história dos povos, denominada materialismo histórico.

D) O anarquismo do russo Mikhail Bakunin defendia a formação de cooperativas, mas não negava a importância e a necessidade do Estado para a eliminação das desigualdades.

03- (UNICAMP 2011) A história de todas as sociedades têm sido a história das lutas de classe. Classe oprimida pelo despotismo feudal, a burguesia conquistou a soberania política no Estado moderno, no qual uma exploração aberta e direta substituiu a exploração velada por ilusões religiosas. A estrutura econômica da sociedade condiciona as suas formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, ao contrário, são as relações de produção que ele contrai que determinam a sua consciência.

Adaptado de K. Marx e F. Engels, Obras escolhidas. São Paulo: Alfa Ômega, s./d., vol 1, p. 21-23, 301-302.

As proposições dos enunciados acima podem ser associadas ao pensamento conhecido como:

A) materialismo histórico, que compreende as sociedades humanas a partir de ideias universais independentes da realidade histórica e social.

B) materialismo histórico, que concebe a história a partir da luta de classes e da determinação das formas ideológicas pelas relações de produção.

C) socialismo utópico, que propõe a destruição do capitalismo por meio de uma revolução e a implantação de uma ditadura do proletariado.

D) socialismo utópico, que defende a reforma do capitalismo, com o fim da exploração econômica e a abolição do Estado por meio da ação direta.

04- (UFG 2010) Leia o texto a seguir.

Viva o Esporte Proletário!

A necessidade de esporte para a juventude é um fato incontestável. A burguesia se aproveita desse fato para canalizar todos os jovens das fábricas para seus clubes.

Que fazem os jovens nos clubes burgueses?

Defendem as cores desses clubes. Se o clube é de uma fábrica, é o nome e a cor da fábrica que defendem; a burguesia cultiva neles a paixão e a luta contra a juventude de outras empresas [...]

Todo operário footballer deve ingressar nos clubes proletários.

O trabalhador gráfico. 25 jun. 1928. Apud DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. Indústria, trabalho e cotidiano. Brasil – 1889 a 1930. São Paulo: Atual, 1991. p. 71. (Adaptado).

O fragmento do jornal conclama a uma prática organizativa própria do movimento anarquista brasileiro, segundo a qual

A) o exercício físico seria o meio para o fortalecimento do espírito dos militantes.

B) a militância política deveria ser exercida em todas as dimensões da vida do trabalhador.

C) a participação dos cidadãos nos clubes de futebol das fábricas reforçaria a harmonia social.

D) a aliança proletário-burguesa deveria ser buscada por intermédio das práticas desportivas.

E) os militantes deveriam conscientizar os operários de que o futebol é um esporte alienante.

05- (UFC-CE) A respeito do anarquismo, é correto afirmar que:

A) como doutrina, defendia a necessidade de eliminar qualquer forma de intervenção estatal.

B) seus teóricos defendiam a intervenção do Estado na economia com o apoio do operariado.

C) condenava a violência como meio de ação, angariando, assim, o apoio da Igreja católica.

D) a sua difusão representou a primeira ruptura surgida no Partido Comunista da Rússia.

E) o movimento restringiu-se aos países da América do Sul.

06-(IJA) O termo anarquismo tem origem grega, e não consiste em um sinônimo de desordem ou baderna. Sua significação mais simples é “sem governo” e, na verdade, resume a oposição política a qualquer forma de poder que limite as liberdades individuais. Os indivíduos na sociedade anarquista devem adotar formas de cooperação voluntária e autodisciplina, capazes de estabelecer um equilíbrio ideal entre a ordem social e as liberdades do indivíduo.

Rainer Sousa, Portal Mundo Educação.

Apesar de partilhar de algumas premissas comuns, o anarquismo é composto por diversas correntes de pensamento, que inclusive diverge em pontos importantes. Dos nomes apresentados abaixo, qual deles não é representante do pensamento e prática anarquista.

- A) Enrico Malatesta.
- B) Mikhail Bakunin.
- C) Pierre-Joseph Proudhon.
- D) Friedrich Engels.
- E) Piotr Kropotkin.

07-(IJA) "Os sofrimentos dos combatentes e da retaguarda levaram-nos a associar espontaneamente o regime capitalista e a guerra, a considerar que esta guerra não era a 'sua guerra'; o prestígio das classes dirigentes, que não souberam evitar o conflito, nem abreviá-lo ou poupar as vidas humanas, debilitou-se tanto mais quanto o enriquecimento rápido e espetacular de toda uma parte dessas classes contrastava com o luto e a aflição das massas. Por um momento submergidos, no início das hostilidades, pela vaga nacionalista, os conflitos de classe reaparecem, mais vigorosos e exacerbados por quatro anos de miséria. As classes dirigentes têm consciência do fato, e o medo do contágio revolucionário cria em seu meio um intenso terror que se manifesta na vontade de destruir este novo Estado, onde, pela primeira vez, o socialismo transporta-se do terreno da teoria para o das realidades. A união do mundo branco está rompida; doravante não haverá mais neutros; conscientemente ou não, é em relação à Revolução Russa - objeto de receios e repulsa para uns, de esperança para outros - que se classificam governos, partidos e simples particulares."

CROUZET, M.-HISTÓRIA GERAL DAS CIVILIZAÇÕES. ÉPOCA CONTEMPORÂNEA

A partir da descrição do autor, é correto afirmar que:

- A) o socialismo seria a única solução para evitar uma luta de classes.
- B) o medo do socialismo levaria o empresariado a apoiar ações contrárias, e isso provocou, mais tarde, o estabelecimento do fascismo e do nazismo.
- C) a passagem das idéias do socialismo à prática levou toda a Europa a se conscientizar do perigo comum.
- D) a união do mundo branco rompeu-se e, após a Revolução Russa, provocou reflexos imediatos na libertação dos povos coloniais.
- E) a Europa saiu da guerra mais nivelada politicamente, pois a guerra acabou com as grandes fortunas, dando chances para uma estabilização sócio-econômica.

08-(IJA) "A queda da burguesia e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis (...). Os proletários nada têm a perder com ela, a não ser as próprias cadeias. E têm um mundo a ganhar. Proletários de todos os países, univos". Esse trecho, extraído do Manifesto Comunista de Marx e Engels, foi escrito no contexto histórico marcado

- A) pelo acirramento das contradições políticas, econômicas e sociais decorrentes do processo conhecido como Revolução Industrial.
- B) pelos conflitos entre trabalhadores e patrões que começaram a pontuar os países capitalistas a partir da ocorrência da Revolução Russa.
- C) pela afirmação dos Estados Unidos como potência imperialista com interesses econômicos e políticos em várias regiões do planeta.
- D) pelo confronto entre vassalos e suseranos, no momento de ápice da crise do modo de produção feudal e de enfraquecimento da autoridade religiosa.
- E) pelo incremento das contestações populares às diretrizes políticas implantadas pelos regimes autoritários que floresceram na Europa, na primeira metade do século XX.

Exercícios de Revisão

01-(SEDUC-PI/2010) A Epistemologia, enquanto ramo da Filosofia que reflete sobre as características, elementos e possibilidades do conhecimento, tem sua história marcada pelo confronto de posições rivais acerca da origem do conhecimento e dos critérios para considerá-lo verdadeiro. A esse respeito, assinale a alternativa que **NÃO** corresponde a aspectos dessa disputa.

A) O Racionalismo de René Descartes afirma que conhecemos através de faculdades intelectuais inatas, e critica o conhecimento baseado na experiência sensível, alegando a falta de confiabilidade dos sentidos e apontando a frequência com que eles provocam erros e ilusões que inviabilizam o conhecimento verdadeiro.

B) O Empirismo afirma que a mente dos indivíduos é uma estrutura vazia que só conhece pelas impressões adquiridas no contato dos sentidos com o mundo exterior, como defende John Locke, para quem nossas ideias devem seu conteúdo ao contato com as coisas que as produzem, sendo impossível que a própria mente as elabore.

C) O Criticismo de Immanuel Kant procura superar o reducionismo racionalista e empirista valorizando o papel da experiência (sensibilidade) e da razão (entendimento) no processo cognitivo, demonstrando que não há uma fonte ou determinação única desse processo, mas uma articulação dessas duas faculdades que são responsáveis por nossa capacidade de tornar os objetos inteligíveis quando são afetadas por eles.

D) Mesmo a proposta de Kant ainda é tributária de uma noção de conhecimento a priori, pois supõe a existência de entidades teóricas (os conceitos) que são responsáveis pela unificação e ordenação das representações formadas pela articulação da experiência com a razão.

E) Uma boa proposta para compreender o conhecimento deve sustentar que o mesmo é composto na maior parte por categorias inatas, acrescido de conceitos adquiridos através da experiência sensível e da educação formal na qual o indivíduo adquire a habilidade de explicar os objetos.

02- (SEDUC-SP/2007) Descartes acreditava “nada saber” em física se não obtivesse o equivalente de uma certeza matemática. Nesse ponto, Locke toma Descartes ao pé da letra: estando estabelecido que uma tal certeza, na física, está fora de alcance, dela não podemos saber nada, propriamente falando. Essa resignação é o suficiente para mostrar que, muito embora a evidência demonstrativa não possa ser transferida para questões de fato, ela pode continuar desempenhando o papel de escala de apreciação.

Gérard Lebrun

Com base na comparação entre Locke e Descartes feita por Lebrun, é correto afirmar:

A) Apesar de empirista, Locke mantém a posição cartesiana que situa na demonstração matemática o modelo do conhecimento por excelência.

B) Ao reconhecer que a demonstração matemática não tem lugar na física, Locke rompe com o quadro epistemológico de Descartes.

C) A demonstração matemática não encontra lugar no quadro epistemológico desenhado por Locke, pois ela é destituída de fundamento empírico.

D) A física moderna, em vez da matemática, é que fornece o modelo de conhecimento tanto para o empirismo de Locke quanto para o racionalismo de Descartes, pois nela combinam-se a demonstração matemática e a testabilidade empírica.

E) Por ter compreendido Descartes de forma literal, Locke empreendeu uma crítica superficial ao cartesianismo, limitada à mera recusa das ideias inatas.

03-(SEDUC-SP/2007) Há já algum tempo me apercebi de que, desde meus primeiros anos, recebera muitas opiniões falsas como verdadeiras, e de que aquilo que depois eu fundei em princípios tão mal assegurados, não podia ser senão mui duvidoso e incerto; de modo que me era necessário tentar seriamente, uma vez em minha vida, desfazer-me de todas as opiniões a que até então dera crédito, e começar tudo novamente desde os fundamentos se quisesse estabelecer algo de firme e de constante nas ciências.

A partir desse texto que abre as *Meditações Metafísicas* de Descartes, é correto afirmar que:

A) a filosofia cartesiana toma como ponto de partida a dúvida metódica e só admite como verdadeiro o conhecimento que a ela for capaz de resistir.

B) o cartesianismo é uma modalidade moderna da filosofia cética, já que nega a evidência de todo o conhecimento que o precedeu.

C) a filosofia de Descartes não é capaz de demonstrar a verdade das teses que propõe, já que desde o início se pauta pela dúvida.

D) o cartesianismo tem aspirações modestas e recusa a possibilidade de fundar um conhecimento certo e indubitável.

E) a filosofia de Descartes pretende passar todo conhecimento pelo crivo da dúvida apenas para assegurar a veracidade da tradição metafísica que a precedeu.

04-(ENEM 2015) Todo o poder criativo da mente se reduz a nada mais do que a faculdade de compor, transpor, aumentar ou diminuir os materiais que nos fornecem os sentidos e a experiência. Quando pensamos em uma montanha de ouro, não fazemos mais do que juntar duas ideias consistentes, ouro e montanha, que já conhecíamos. Podemos conceber um cavalo virtuoso, porque somos capazes de conceber a virtude a partir de nossos próprios sentimentos, e podemos unir a isso a figura e a forma de um cavalo, animal que nos é familiar.

HUME, D. *Investigação sobre o entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1995.

Hume estabelece um vínculo entre pensamento e impressão ao considerar que:

- A) os sentimentos ordenam como os pensamentos devem ser processados na memória
- B) o espírito é capaz de classificar os dados da percepção sensível.
- C) as ideias fracas resultam de experiências sensoriais determinadas pelo acaso.
- D) os conteúdos das ideias no intelecto têm origem na sensação.
- E) as ideias têm como fonte específica o sentimento cujos dados são colhidos na empiria.

05-(Ueg 2012) David Hume nasceu na cidade de Edimburgo, em pleno Século das Luzes, denominação pela qual ficou conhecido o século XVIII. Para investigar a origem das ideias e como elas se formam, Hume parte, como a maioria dos filósofos empiristas, do cotidiano das pessoas. Do ponto de vista de um empirista,

- A) não existem ideias abstratas.
- B) não existem ideias inatas.
- C) não existem ideias a posteriori.
- D) não existem ideias formadas pela experiência.

06-(IJA-2015) Em termos filosóficos, Nicolau Maquiavel (1469-1527) é apresentado como o descobridor da política como categoria independente da

moral teológica. A ruptura de Maquiavel com a moralidade do cristianismo significa que:

- A) a virtude (*virtù*) política está associada à maldade e ao uso indiscriminado da força bruta.
- B) a ética ou a moral da política moderna deve ser a do mundo pagão, que se destina à realização do bem público, antes de tudo.
- C) a ação política deve estar pautada nos preceitos da razão humana, que determinam a priori o que é bom ou mal, justo ou injusto.
- D) as virtudes cristãs – a humildade, a misericórdia, a fé em Deus, o amor ao próximo são, em si mesmas, ruins e sem importância.
- E) o elemento decisório da política não é Deus, mas sim a força incontrolável do acaso, a eventualidade da “fortuna”.

07-(UFF 2010) De acordo com o filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679), em seu estado natural, os seres humanos são livres, competem e lutam entre si. Mas como têm em geral a mesma força, o conflito se perpetua através das gerações, criando um ambiente de tensão e medo permanentes. Para Hobbes, criar uma sociedade submetida à lei e na qual os seres humanos vivam em paz e deixem de guerrear entre si, pressupõe que todos os homens renunciem a sua liberdade original e deleguem a um só deles (o soberano) o poder completo e inquestionável. Assinale a modalidade de governo que desempenhou importante papel na Filosofia Política Moderna e que é associada à teoria política de Hobbes.

- A) Monarquia censitária
- B) Monarquia absoluta
- C) Sistema parlamentar
- D) Despotismo esclarecido
- E) Sistema republicano

08-(IJA-2016) Thomas Hobbes e John Locke fazem parte da mesma escola filosófica, a do direito natural ou jusnaturalista, que se baseia no trinômio “estado de natureza”, “contrato social” e “estado civil”. Apesar de divergirem em relação a esses conceitos, Hobbes e Locke convergem quanto à ideia de que:

- A) os indivíduos renunciam à liberdade irrestrita de que gozam no estado de natureza para ganhar do soberano a segurança.
- B) o contrato social consiste num pacto de submissão entre indivíduos livres e iguais.

- C) os governados são portadores do direito natural de resistir às arbitrariedades do governante no estado civil.
- D) o trabalho é o legitimador da propriedade privada no estado de natureza.
- E) a autoridade soberana deve ser dividida no estado civil entre o rei e o parlamento.

09-(UFU/1999) Para John Locke (1632-1704), filósofo político inglês, os direitos naturais do homem eram:

- A) família, propriedade e religião.
- B) liberdade, propriedade e servidão.
- C) propriedade, servidão e família.
- D) liberdade, igualdade e propriedade.
- E) família, religião e pátria.

10-(MOD.ENEM) A importância do argumento de Hobbes está em parte no fato de que ele se ampara em suposições bastante plausíveis sobre as condições normais da vida humana. Para exemplificar: o argumento não supõe que todos sejam de fato movidos por orgulho e vaidade para buscar o domínio sobre os outros; essa seria uma suposição discutível que possibilitaria a conclusão pretendida por Hobbes, mas de modo fácil demais. O que torna o argumento assustador e lhe atribui importância e força dramática é que ele acredita que pessoas normais, até mesmo as mais agradáveis, podem ser inadvertidamente lançadas nesse tipo de situação, que resvalará, então, em um estado de guerra.

RAWLS, J. *Conferências sobre a história da filosofia política*. São Paulo: WMF, 2012 (adaptado).

O texto apresenta uma concepção de filosofia política conhecida como

- A) alienação ideológica.
- B) microfísica do poder.
- C) estado de natureza.
- D) contrato social.
- E) vontade geral.

11-(IJA-2015) O pensamento filosófico-político de Jean Jacques Rousseau (1712-1778) tem como fundamento sua crítica à sociedade da época, segundo ele marcada pela injustiça e pela servidão. Para reparar esses males, Rousseau propõe uma:

- A) república democrática representativa.
- B) monarquia absoluta de direito divino
- C) república na qual o poder soberano, uma vez instituído, torna-se poder absoluto.
- D) associação política de notáveis (aristocracia).
- E) monarquia constitucional ou mista, que reúna o rei, a aristocracia (câmara dos lordes) e o povo (câmara dos comuns).

12-(MACKENZIE/SP) Assinale a alternativa em que aparecem as principais ideias de Jean Jacques Rousseau em sua obra O Contrato Social.

- A) Cada homem é inimigo do outro, está em guerra com o próximo e por esta razão cria o Estado para sua própria defesa e proteção.
- B) O Estado é uma realidade em si e é necessário conservá-lo, reforçá-lo e eventualmente reformá-lo, reconhecendo uma única finalidade: sua prosperidade e grandeza.
- C) O governante deve dar um bom exemplo para que os súditos o sigam. Através da educação e de rituais, os homens de capacidade aprenderiam e transmitiriam os valores do passado.
- D) Que as classes dirigentes tremam ante a ideia de uma revolução! Os trabalhadores devem proclamar abertamente que seu objetivo é a derrubada violenta da ordem social tradicional.
- E) A única esperança de garantir os direitos de cada indivíduo é a organização da sociedade civil, cedendo todos os direitos à comunidade, para que seja politicamente justo o que a maioria decidir.

13-(IJA-2015) Em *O espírito das leis*, Montesquieu (1698-1755) reflete sobre a questão política das formas de governo, partindo da afirmação célebre de que “as leis constituem as relações necessárias que derivam da natureza das coisas”. Nessa perspectiva, o pensador francês considera que:

- A) as leis políticas e civis podem ser derivadas ou deduzidas das leis divinas.
- B) a infinita diversidade de leis e costumes do mundo humano não corresponde às espécies de governo, já que são apenas três: a republicana, a monárquica e a despótica.
- C) o conteúdo das leis humanas não pode ser extraído da observação experimental e sim da razão.

D) as leis do mundo físico (clima, fertilidade do solo) se aplicam às formas de governo – o despotismo corresponde ao clima quente e a monarquia “moderada” é típica dos países de clima frio.

E) a política e a sociedade são regidas por leis sociais e naturais, sobre as quais os seres humanos não desempenham nenhum papel ativo.

14-(ENEM-2012) É verdade que nas democracias o povo parece fazer o que quer; mas a liberdade política não consiste nisso. Deve-se ter sempre presente em mente o que é independência e o que é liberdade. A liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem; se um cidadão pudesse fazer tudo o que elas proíbem, não teria mais liberdade, porque os outros também teriam tal poder.

MONTESQUIEU, B. *Do Espírito das Leis*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997. (adaptado).

A característica de democracia ressaltada por Montesquieu diz respeito:

A) ao status de cidadania que o indivíduo adquire ao tomar as decisões por si mesmo.

B) ao condicionamento da liberdade dos cidadãos à conformidade às leis.

C) à possibilidade de o cidadão participar no poder e, nesse caso, livre da submissão às leis.

D) ao livre-arbítrio do cidadão em relação àquilo que é proibido, desde que ciente das consequências.

E) ao direito do cidadão exercer sua vontade de acordo com seus valores pessoais.

15- (IJA-2015) Em sua obra *Crítica da Razão Pura*, o filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804) compara a revolução copernicana com a mudança operada por ele próprio na relação entre sujeito e objeto no processo cognitivo. Analise as afirmativas abaixo sobre essa “revolução”, que Kant teria causado na filosofia.

I. Tanto racionalistas quanto empiristas concentravam-se em questões referentes aos objetos do conhecimento. Kant inverte os termos e coloca a própria razão humana no centro, como ponto de partida do questionamento.
2. Em resposta à controvérsia entre racionalistas e empiristas, que tomavam como centro de suas argumentações a própria razão humana, Kant revoluciona a filosofia tomando como ponto de partida a realidade exterior.

3. O que Kant defendia é que o sujeito possui as condições de possibilidade de conhecer qualquer coisa, ou seja, possui as “regras” através das quais os objetos podem ser reconhecidos.

4. O que o homem pode conhecer é profundamente marcado pela maneira – humana – pela qual conhecemos.

5. As leis do conhecimento, para Kant, estariam nos objetos do mundo, e não no próprio homem.

Assinale a alternativa que indica as afirmativas corretas.

A) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.

B) São corretas apenas as afirmativas 2 e 5.

C) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.

D) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.

E) São corretas apenas as afirmativas 2, 4 e 5.

16-(IJA-2016) Na obra *Crítica da Razão Pura*, Immanuel Kant, examinando o problema do conhecimento humano, distinguiu duas formas básicas do ato de conhecer. Assinale a alternativa correta.

A) O conhecimento religioso e o conhecimento ateu.

B) O conhecimento mítico e o conhecimento cético.

C) O conhecimento sofisticado e o conhecimento ideológico.

D) O conhecimento empírico e o conhecimento puro.

E) O conhecimento fanático e o conhecimento tolerante.

17-(SEDUC-2013) Considerando os conceitos de ética e moral, assinale a opção correta.

A) A moral é um elemento da cultura de um povo, que deve ser respeitada sem sofrer transformações históricas. Portanto, a ética não pode questionar a cultura e suas concepções sobre o agir e o viver humano.

B) Fundamentalmente, a ética é uma experiência e a moral, uma reflexão.

C) A ética e heteronomia são questões de adaptação às regras exteriores da convivência social, por conveniência ou por receio de repressões sociais.

D) A moral é autônoma. A ética é uma questão de questionamento sobre o sentido da moralidade humana em geral.

E) Enquanto a moral é uma prática que segue os costumes de uma cultura, a ética é uma parte da filosofia e busca investigar criticamente o sentido da moralidade humana em geral.

18-(ENEM 2010 2ª aplicação) A ética exige um governo que amplie a igualdade entre os cidadãos. Essa é a base da pátria. Sem ela, muitos indivíduos não se sentem —em casal, experimentam-se como estrangeiros em seu próprio lugar de nascimento.

SILVA, R. R. Ética, defesa nacional, cooperação dos povos. OLIVEIRA, E. R (Org.) Segurança & defesa nacional: da competição à cooperação regional. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2007 (adaptado).

Os pressupostos éticos são essenciais para a estruturação política e integração de indivíduos em uma sociedade. De acordo com o texto, a ética corresponde a:

- A) valores e costumes partilhados pela maioria da sociedade.
- B) preceitos normativos impostos pela coação leis jurídicas.
- C) normas determinadas pelo governo, diferentes das leis estrangeiras.
- D) transferência dos valores praticados em casa para a esfera social.
- E) proibição da interferência de estrangeiros em nossa pátria.

19-(IJA-2015) Considerando a ética teleológica eudemonológica da tradição platônico-aristotélica e a da tradição cristã, assinale a opção correta.

- A) Essas tradições identificam a felicidade com o prazer. Para elas, a felicidade é simplesmente um sentimento subjetivo de prazer.
- B) De acordo com essas tradições, a felicidade não é somente uma questão de sentimento subjetivo, mas é também uma questão de escolha individual. A felicidade comunitária e a social são desconsideradas tanto na ética quanto na política.
- C) Para essas tradições, a ética é vista utilitariamente, ou seja, a felicidade ou o bem maior para o viver humano coincide, de forma necessária e exclusiva, com o útil e o prazeroso.
- D) A felicidade, entendida como bem-viver, é pensada de maneira ontológica como o prosseguimento pleno da realização da essência do homem. O caminho para alcançar a felicidade, por sua vez, é a virtude. Além

disso, a felicidade e a virtude tem um papel importante na consideração ética, tanto na história biográfica dos indivíduos, quanto na vida histórica coletiva das comunidades e sociedades humanas.

E) Segundo essas tradições, a ética é uma questão de dever. Sua preocupação central é com as normas do viver ou do conviver humano.

20-(ENEM 2011) O brasileiro tem noção clara dos comportamentos éticos e morais adequados, mas vive sob o espectro da corrupção, revela pesquisa. Se o país fosse resultado dos padrões morais que as pessoas dizem aprovar, pareceria mais com a Escandinávia do que com Bruzundanga (corrompida nação fictícia de Lima Barreto).

FRAGA, P. *Ninguém é inocente*. Folha de S. Paulo. 4out. 2009 (adaptado).

O distanciamento entre – reconhecer e – cumprir efetivamente o que é moral constitui uma ambiguidade inerente ao humano, porque as normas morais são

- A) decorrentes da vontade divina e, por esse motivo, utópicas.
- B) parâmetros idealizados, cujo cumprimento é destituído de obrigação.
- C) amplas e vão além da capacidade de o indivíduo conseguir cumpri-las integralmente.
- D) criadas pelo homem, que concede a si mesmo a lei a qual deve se submeter.
- E) cumpridas por aqueles que se dedicam inteiramente a observar as normas jurídicas.

21- (IJA-2015) A respeito da ética aristotélica, assinale a opção correta.

- A) Para Aristóteles, é suficiente que o homem busque o bem de modo universal, sem se preocupar com o modo como o bem pode se dar na viabilidade da ação, que acontece a cada vez na particularidade de cada situação.
- B) Em uma perspectiva aristotélica, a virtude da prudência é bastante significativa para reger a vida prática do homem, pois ela possibilita descobrir o que pode conduzir o homem a felicidade. É ela que decide sobre o que é ser valoroso e justo, tanto no nível individual quanto no comunitário-social-político.
- C) Para Aristóteles, agir é mais importante que pensar. A vida prática, política, vale mais que a vida teórica, dedicada ao pensamento, a busca da verdade por causa da própria verdade.
- D) Na concepção de Aristóteles, a razão tem um significado apenas teórico, ela não tem um papel diretivo na vida prática do homem.

E) Na ética aristotélica, as paixões são necessariamente más e, para o homem conduzir uma vida racional, ele deve anular a força das paixões em sua vida.

22-(**SEDUC-2013**) O pensamento ético cristão, nomeadamente em Agostinho e Tomas, retoma a ética platônico-aristotélica, mas a redimensiona no horizonte da compreensão bíblica. Considerando esse assunto, assinale a opção correta acerca da referida ética crista.

A) A felicidade é o fim último do homem; e a virtude, o meio para o homem alcançar a felicidade. Além disso, a felicidade suprema pode ser alcançada nesta vida.

B) O homem é imagem e semelhança de Deus, dotado de inteligência, livre-arbítrio e de domínio sobre os seus atos. Ele abraçara não somente as virtudes naturais, mas também as virtudes sobrenaturais da graça, como fé, esperança e caridade.

C) Virtude e uma questão de dever e, dessa forma, não possui relação com felicidade, visto que o cumprimento do dever é penoso para o homem, e a felicidade é um sentimento de contentamento pleno.

D) A justiça e a prudência são as virtudes supremas; além destas virtudes, que estão ao alcance do homem, não há outras.

E) A felicidade consiste no prazer e no bem-estar material.

23- (**IJA-2015**) Com relação a ética kantiana, assinale a opção correta.

A) A vontade é boa quando o homem age movido por suas paixões, e não quando quer e age movido apenas pela consideração ou pelo respeito ao dever.

B) A boa vontade é um meio para um fim, valendo tanto quanto os resultados efetivos que ela alcança.

C) A boa vontade pode ser entendida a partir do dever e do querer autônomo. Dever é a necessidade de uma ação feita por respeito a lei moral. A lei moral, porém, é dada pela racionalidade prática do sujeito. Ter boa vontade e seguir o imperativo categórico da razão.

D) Submissão ao dever e autonomia do querer se contradizem. Logo, são incompatíveis para funcionar como princípios éticos ao mesmo tempo.

E) O homem não pode conhecer objetivamente, do ponto de vista da Crítica da razão pura, nem a liberdade, nem a imortalidade da alma, nem a

existência de Deus. Logo, esses três temas devem ser excluídos da ética, na perspectiva de uma Crítica da razão prática.

24- (**MACKENZIE/SP**) Os primeiros socialistas, ao formularem profundas críticas ao progresso industrial, estavam ainda impregnados de valores liberais. Atacando os grandes proprietários, mas tendo, em geral, muita estima pelos pequenos, esses teóricos acreditavam que pudesse haver um acordo entre as classes.

Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo

Os historiadores acima estão se referindo aos:

A) socialistas científicos.

B) socialistas utópicos.

C) anarquistas.

D) marxistas.

E) socialistas liberais

25- (**IJA-2016**) Na segunda metade do século XIX, surgiu o “socialismo científico”, cujo teórico mais importante foi Karl Heinrich Marx. São elementos fundamentais do pensamento marxista, **EXCETO**:

A) o materialismo dialético.

B) a interpretação econômica da história

C) o conceito de luta de classes.

D) a teoria da mais-valia.

E) o princípio de não-intervenção estatal

26- (**FGV**) Na distinção entre 'socialistas utópicos e socialistas científicos', são representantes dos primeiros:

A) L. Blanc, R. Owen e M. Bakunin.

B) C. Fourier, Saint-Simon e F. Engels.

C) M. Bakunin, Proudhon e A. Bebel.

D) R. Owen, F. Engels e A. Bebel.

E) L. Blanc, Saint-Simon e Proudhon.

27- (**UEM 2010**) Hegel criticou o inatismo, o empirismo e o kantismo. Endereçou a todos a mesma crítica, a de não terem compreendido o que há de mais

fundamental e essencial à razão: o fato de ela ser histórica. Com base nessa afirmação, assinale o que for correto.

- 01) Ao afirmar que a razão é histórica, Hegel considera a razão como sendo relativa, isto é, não possui um caráter universal e não pode alcançar a verdade.
- 02) Não há para Hegel nenhuma relação entre a razão e a realidade. Submetida às circunstâncias dos eventos históricos, a razão está condenada ao ceticismo, isto é, “ao duvidar sempre”.
- 04) A identificação entre razão e história conduz Hegel a desenvolver uma concepção materialista da história e da realidade, negando entre ambas a possibilidade de uma relação dialética.
- 08) No sistema hegeliano, a racionalidade não é mais um modelo a ser aplicado, mas é o próprio tecido do real e do pensamento. O mundo é a manifestação da ideia, o real é racional, e o racional é o real.
- 16) Karl Marx, ao afirmar, na *Ideologia alemã*, que não é a história que anda com as pernas das ideias, mas as ideias é que andam com as pernas da história, critica, ao mesmo tempo, o idealismo e a concepção da história de Hegel e dos neo-hegelianos.

Somatório=

28- (Ufpa 2009) No início do século dezenove, mais precisamente com Hegel, a arte é concebida no interior do domínio do absoluto, isto é, da verdade enquanto tal e dos elementos que a expõem. Tendo em vista essa concepção, é correto afirmar:

- A) O absoluto não se expressa, de uma vez por todas, no domínio artístico.
- B) Ao apresentar o absoluto sob forma sensível, isto é, concreta e singular, a obra de arte não efetiva a transfiguração da realidade.
- C) Na atividade artística, apenas alguns de seus traços essenciais estão ligados ao ser verdadeiro.
- D) A beleza é, enquanto produto da arte, manifestação sensível do absoluto.
- E) Na arte, a totalidade que se torna aparição cumpre suficientemente suas determinações.

29-(Unicentro 2010) Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s). Em seu livro *História da Filosofia*, Hegel (1770-1831) declara que a filosofia moderna pode ser considerada o nascimento da

filosofia propriamente dita, porque nela, segundo Hegel, pela primeira vez, os filósofos afirmam que:

- I. A filosofia é independente e não se submete a nenhuma autoridade que não seja a própria razão como faculdade plena de conhecimento. Isto é, os modernos são os primeiros a demonstrar que o conhecimento verdadeiro só pode nascer do trabalho interior realizado pela razão, graças a seu próprio esforço. Só a razão conhece e somente ela pode julgar a si mesma.
- II. A filosofia moderna realiza a primeira descoberta da subjetividade propriamente dita porque nela o primeiro ato do conhecimento, do qual dependerão todos os outros, é a reflexão e consciência de si reflexiva.
- III. A filosofia moderna é a primeira a reconhecer que, sendo todos os seres humanos seres conscientes e racionais, todos têm igualmente o direito ao pensamento e a verdade. Segundo Hegel, essa afirmação do direito ao pensamento, unida à ideia da recusa de toda censura sobre o pensamento e palavra, seria a realização filosófica do princípio da individualidade como subjetividade livre que se relaciona livremente com a verdade.
- IV. A filosofia moderna está tão intimamente vinculada aos fundamentos da práxis humana que a ação não pode ser ignorada na determinação de seus critérios filosóficos. Para Hegel, os modernos foram os primeiros a entender que esta prática, no entanto, não deve ser considerada apenas no sentido restrito da conduta pessoal, mas na acepção mais abrangente de experiência humana em seus vários aspectos, desde histórico até o nível psicológico.

- A) Apenas I, III e IV.
- B) Apenas I II e III.
- C) Apenas I.
- D) Apenas II III e IV.
- E) Apenas IV.

30-(UFPE) O conceito de Dialética tomou parte nas preocupações filosóficas de pensadores, como Hegel, Engels e Marx. Sobre o conceito de dialética em Hegel, é CORRETO afirmar que se trata da

- A) Ciência das leis gerais do movimento, tanto do mundo externo como do pensamento humano.
- B) Marcha do pensamento que procede por contradição, passando por três fases - tese, antítese e síntese -, reproduzindo o próprio movimento do Ser absoluto ou Idéia.

- C) Sistematização do chamado materialismo histórico.
- D) Organização política e econômica que torna comuns os bens de produção.
- E) Situação do filósofo cujo pensamento supõe comprometimento com a situação social e política vivida.

Trechos de Textos Selecionados

PICO DELLA MIRANDOLA

Ao homem nascente o Pai conferiu sementes de toda a espécie e germes de toda a vida, e segundo a maneira de cada um os cultivar assim estes nele crescerão e darão os seus frutos. Se vegetais, tomar-se-á planta. Se sensíveis, será besta. Se racionais, elevar-se-á a animal celeste. Se intelectuais, será anjo e filho de Deus, e se, não contente com a sorte de nenhuma criatura, se recolher no centro da sua unidade, tornado espírito uno com Deus, na solitária caligem do Pai, aquele que foi posto sobre todas as coisas estará sobre todas as coisas. Quem não admirará este nosso camaleão?

Discurso sobre a dignidade humana. 2008, p.57 e 59.

GIORDANO BRUNO

Mas, por ser eu delineador do campo da natureza, por estar preocupado com o alimento da alma, interessado pela cultura do espírito e dedicado à atividade do intelecto, eis que os visados me ameaçam, os observados me assaltam, os atingidos me mordem, os desmascarados me devoram. E não é só um, não são poucos, são muitos, são quase todos.(...) mas por amor a verdadeira sabedoria e por dedicação à verdadeira contemplação eu me afadigo, me sacrifico, me atormento. Eis o que irão comprovar os argumentos informado por imagens não falsas, as quais, como verdadeiras embaixatrizes, desprendem-se das coisas da natureza e se tornam presentes àqueles que as procuram,(...) Eis, pois, que agora vos apresento a minha especulação acerca do infinito, do universo e dos mundos inumeráveis.

(Epístola Preambular escrita por BRUNO: 1584) BRUNO. Giordano, Sobre o infinito, o universo e os mundos.

Tradução: Aristides Lobo, Helda Barraco e Nestor Deola. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p.3-4.

ERASMO DE ROTTERDÃ

“Não espereis que, de acordo com o costume Elogio da loucura dos retóricos vulgares, eu vos dê a minha definição e muito menos a minha divisão. Com efeito, o que é definir? É encerrar a ideia de uma coisa nos seus justos limites. E o que é dividir? É separar uma coisa em suas diversas partes. Ora, nem uma nem outra me convém. Como poderia limitar-me, quando o meu poder se estende a todo o gênero humano?

E, como poderia dividir-me, quando tudo concorre, em geral, para sustentar a minha divindade? Além disso, porque haveria de me pintar como sombra e imagem numa definição quando estou diante dos vossos olhos e me vedes em pessoa?”

O Elogio da Loucura, (em grego Morias Engomion (Μωρίας Εγκόμιον), latim Stultitiae Laus) é um ensaio escrito em 1509 por Erasmo de Roterdão e publicado em 1511.

THOMAS MORUS

"Suponham um ano mau e estéril, em que milhares de pessoas morreram de fome. Atrevo-me a dizer que, no fim dessa época de fome encontrar-se-ia, se se tivesse procurado nos celeiros dos ricos, tal quantidade de provisões que, divididas entre os que morreram de inanição, ninguém teria sentido os efeitos da escassez. Vedes, pois, que, sem esse senhor onipotente, o dinheiro, todos teriam o sustento garantido sem que o dinheiro se interpusse entre nós e a subsistência, como uma chave que, em vez de nos abrir as portas da abundância, as fecha."

MAQUIAVEL

Se for governada por uma república, não há melhor modo de tornar maus os teus cidadãos e de dividir a tua cidade do que ter a posse de uma cidade dividida; porque cada parte procurará obter favores, e cada uma delas angariará amigos com vários tipos de corrupção, de modo que disso provirão dois grandes inconvenientes; um

é que eles nunca serão teus amigos, visto que os podes bem governar, porque o governo variará com frequência, ora com um humor, ora com outro; o segundo inconveniente é que o favorecimento de partidos mantém necessariamente a tua república dividida (Maquiavel, 2007a, p. 404-405).

As graves e naturais inimizades que existem entre as pessoas do povo e os nobres, causadas porque estes querem mandar e aqueles não querem obedecer, são os motivos de todos os males que surgem nas cidades, porque desta diversidade de humores nutrem-se todas as outras coisas que perturbam as repúblicas. Foi isso o que manteve Roma desunida; isso, se lícito for igualar pequenas e grandes coisas, manteve Florença dividida; diversos foram os efeitos resultantes numa e noutra cidade, convenha-se, porque as inimizades que no início surgiram em Roma entre o povo e os nobres definiram-se discutindo, e em Florença, combatendo; as de Roma com a lei, as de Florença, com a morte e com o exílio de muitos cidadãos terminaram; as de Roma, sempre a virtude militar aumentaram, as de Florença, de todo apagaram-na; as de Roma, de uma igualdade entre os cidadãos a uma grandíssima desigualdade conduziram, as de Florença, de uma desigualdade a uma assombrosa igualdade reconduziram (Maquiavel, 2007b, p. 136).

DESCARTES

O discurso do Método

“A primeira é nunca aceitar nada como verdadeiro se eu não tenho evidente conhecimento de sua veracidade: isto é, cuidadosamente evitar conclusões precipitadas e pré-concepções, e não incluir nada em meus julgamentos que não se apresente tão claro e distinto de maneira que eu não tenha como duvidar. A segunda, é dividir cada uma das dificuldades e examinar, em tantas partes quanto possível e possa requerer para poder resolver melhor. A terceira, é dirigir meus pensamentos de maneira ordenada, começando com os mais simples e fáceis objetos conhecidos para ascender pouco a pouco, degrau por degrau, ao conhecimento do mais complexo, e supor alguma ordem mesmo entre objetos que não têm uma ordem natural de precedência. Por último, obter, através de enumerações tão completas e revisões tão compreensivas, a certeza de não haver deixado e esquecido nada para trás” (Discurso sobre o Método, Parte II).

HOBBS

Da primeira e segunda Leis Naturais e dos Contratos.

O Direito da Natureza, a que os autores geralmente chamam *Jus Naturale*, é a liberdade que cada homem possui de usar o seu próprio poder, da maneira que quiser, para a preservação da sua própria natureza, ou seja, da sua vida; e consequentemente de fazer tudo aquilo que o seu próprio julgamento e razão lhe indiquem como meios mais adequados a esse fim.

Por Liberdade entende-se, conforme a significação própria da palavra, a ausência de impedimentos externos, impedimentos que muitas vezes tiram parte do poder que cada um tem de fazer o que quer, mas não podem obstar a que use o poder que lhe resta, conforme o que o seu julgamento e razão lhe ditarem.

Uma Lei de Natureza (*Lex Naturalis*) é um preceito ou regra geral, estabelecido pela razão, mediante o qual se proíbe a um homem fazer tudo o que possa destruir a sua vida ou privá-lo dos meios necessários para a preservar, ou omitir aquilo que pense melhor contribuir para a preservar. Porque, embora os que têm tratado deste assunto costumem confundir *Jus e Lex*, o direito e a lei, é necessário distingui-los um do outro.

Pois o Direito consiste na liberdade de fazer ou de omitir, ao passo que a Lei determina ou obriga a uma dessas duas coisas. De modo que a lei e o direito se distinguem tanto como a obrigação e a liberdade, as quais são incompatíveis quando se referem à mesma questão.

E dado que a condição do homem (conforme foi declarado no capítulo anterior) é uma condição de guerra de todos contra todos, sendo neste caso cada um governado pela sua própria razão, e nada havendo de que possa lançar mão que não lhe ajude na preservação da sua vida contra os seus inimigos, segue-se que numa tal condição todo homem tem direito a todas as coisas, até mesmo aos corpos uns dos outros. Portanto, enquanto perdurar este direito natural de cada homem a todas as coisas, não poderá haver para nenhum homem (por mais forte e sábio que seja) a segurança de viver todo o tempo que geralmente a natureza permite aos homens viver. Consequentemente, é um preceito ou regra geral da razão: Que todo homem deve se esforçar pela paz, na medida em que tenha esperança de a conseguir, e caso não a consiga pode procurar e usar todas as ajudas e vantagens da guerra. A primeira parte desta regra encerra a primeira e fundamental lei de natureza, isto é, procurar a paz, e segui-la. A segunda encerra a súpula do direito de natureza, isto é, por todos os meios que pudermos, defendermo-nos a nós mesmos.

Desta lei fundamental de natureza, mediante a qual se ordena a todos os homens que se esforcem para conseguir a paz, deriva esta segunda lei: Que um homem concorde, quando outros também o façam, e na medida em que tal considere necessário para a paz e para a defesa de si mesmo, em resignar ao seu direito a todas as coisas, contentando-se, em relação aos outros homens, com a mesma liberdade que aos outros homens permite em relação a si mesmo. Porque enquanto cada homem detiver o seu direito de fazer tudo quanto queira todos os homens se encontrarão numa condição de guerra. Mas se os outros homens não resignarem ao seu direito, assim como ele próprio, não há razão para que alguém se prive do seu, pois isso equivaleria a oferecer-se como presa (coisa a que ninguém é obrigado), e não a dispor-se para a paz. É esta a lei do Evangelho: Faz aos outros o que queres que te façam a ti. E esta é a lei de todos os homens: *Quod tibi fieri non vis, alteri ne feceris*.

Resignar a um direito a alguma coisa é o mesmo que privar-se da liberdade de impedir outro de beneficiar-se do seu próprio direito à mesma coisa. Pois quem renuncia ou resigna ao seu direito não dá a nenhum outro homem um direito que este já não tivesse antes, porque não há nada a que um homem não tenha direito por natureza; neste caso, apenas se afasta do caminho do outro, para que ele possa gozar do seu direito original, sem que haja obstáculos da sua parte, mas não sem que haja obstáculos da parte dos outros. De modo que o efeito redundante a um homem da desistência de outro ao seu direito é simplesmente uma diminuição equivalente dos impedimentos ao uso do seu próprio direito original.

LOCKE

SEGUNDO TRATADO SOBRE O GOVERNO CIVIL

Da Propriedade

(...)

Deus, que deu o mundo aos homens em comum, deu-lhes também a razão, para que se servissem dele para o maior benefício de sua vida e de suas conveniências. A terra e tudo o que ela contém foi dada aos homens para o sustento e o conforto de sua existência. Todas as frutas que ela naturalmente

produz, assim como os animais selvagens que alimenta, pertencem à humanidade em comum, pois são produção espontânea da natureza; e ninguém possui originalmente o domínio privado de uma parte qualquer, excluindo o resto da humanidade, quando estes bens se apresentam em seu estado natural; entretanto, como foram dispostos para a utilização dos homens, é preciso necessariamente que haja um meio qualquer de se apropriar deles, antes que se tornem úteis ou de alguma forma proveitosos para algum homem em particular. Os frutos ou a caça que alimenta o índio selvagem, que não conhece as cercas e é ainda proprietário em comum, devem lhe pertencer, e lhe pertencer de tal forma, ou seja, fazer parte dele, que ninguém mais possa ter direito sobre eles, antes que ele possa usufruí-los para o sustento de sua vida.

Ainda que a terra e todas as criaturas inferiores pertençam em comum a todos os homens, cada um guarda a propriedade de sua própria pessoa; sobre esta ninguém tem qualquer direito, exceto ela. Podemos dizer que o trabalho de seu corpo e a obra produzida por suas mãos são propriedade sua. Sempre que ele tira um objeto do estado em que a natureza o colocou e deixou, mistura nisso o seu trabalho e a isso acrescenta algo que lhe pertence, por isso o tornando sua propriedade. Ao remover este objeto do estado comum em que a natureza o colocou, através do seu trabalho adiciona-lhe algo que excluiu o direito comum dos outros homens. Sendo este trabalho uma propriedade inquestionável do trabalhador, nenhum homem, exceto ele, pode ter o direito ao que o trabalho lhe acrescentou, pelo menos quando o que resta é suficiente aos outros, em quantidade e em qualidade.

HUME

“Admite-se universalmente que existe uma grande uniformidade entre as ações dos homens em todas as nações em todas as idades, e que a natureza humana permanece sempre a mesma em seus princípios e operações. Os mesmos motivos sempre produzem as mesmas ações. os mesmos eventos resultam das mesmas causas. A ambição, a avareza, o amor-próprio, a vaidade, a amizade, a generosidade, o espírito público: estas paixões misturadas em vários graus e distribuídas através da sociedade têm sido desde o começo do mundo, e ainda são, a origem de todas as ações e empreendimentos que já foram observados entre os homens. Quereis empreendimentos que já foram observados entre os homens. Quereis conhecer os sentimentos, inclinações e modo de vida dos gregos e romanos? Estudai bem o temperamento e as ações dos franceses e ingleses: não podereis enganar-vos muito se transferirdes para os primeiros a maioria das

observações que tiverdes feito sobre os segundos. o gênero humano é mais ou menos o mesmo em todas as épocas e lugares, de modo que a História nada tem de novo ou de estranho para nos informar sob este particular. Sua principal utilidade é apenas descobrir os princípios constantes e universais da natureza humana, mostrando homens em todas as variedades de circunstâncias e situações e fornecendo-nos materiais a partir dos quais podemos fazer nossas observações e nos tornarmos familiarizados com os motivos comuns da ação e da conduta humana. Esses relatos de guerras, intrigas, facções e de revoluções constituem um grande acúmulo de experiências mediante os quais o filósofo político ou moral fixa os princípios de sua ciência, da mesma maneira que o médico ou filósofo da natureza familiariza-se com a natureza das plantas, dos minerais e dos outros objetos exteriores por meio de experiências que montam a respeito deles."

ESPINOSA

Apêndice da Ética I

“Ora, todos os preconceitos que aqui me proponho a expor dependem de um único, a saber, que os homens pressupõem, em geral, que todas as coisas naturais agem, tal como eles próprios, em função de um fim, chegando até mesmo a dar como assentado que o próprio Deus dirige todas as coisas tendo em vista algum fim preciso, pois dizem que Deus fez todas as coisas em função do homem, e fez o homem, por sua vez, para que este lhe prestasse culto. É esse preconceito, portanto, que, antes de mais nada, considerarei, procurando saber, em primeiro lugar, por que a maioria dos homens se conforma a esse preconceito e por que estão todos assim tão naturalmente propensos a abraçá-lo. Mostrarei, depois, sua falsidade e, finalmente, como dele se originaram os preconceitos sobre o bem e o mal, o mérito e o pecado, o louvor e a desaprovação, a ordenação e a confusão, a beleza e a feiura, e outros do mesmo gênero. Não é este, entretanto, o lugar para deduzi-los da natureza da mente humana. Será suficiente aqui que eu tome como fundamento aquilo que deve ser reconhecido por todos, a saber, que todos os homens nascem ignorantes das causas das coisas e que todos tendem a buscar o que lhes é útil, estando conscientes disso. Com efeito, disso se segue, em primeiro lugar, que, por estarem conscientes de suas volições e de seus apetites, os homens se creem livres, mas nem em sonho pensam nas causas que os dispõem a ter essas vontades e apetites, porque as ignoram. Segue-se, em segundo lugar, que os homens agem, em tudo, em função de

um fim, quer dizer, em função da coisa útil que apeteçam. É por isso que, quanto às coisas acabadas, eles buscam, sempre, saber apenas as causas finais, satisfazendo-se, por não terem qualquer outro motivo para duvidar, em saber delas por ouvir dizer. Se, entretanto, não puderem saber dessas causas por ouvirem de outrem, só lhes resta o recurso de se voltarem para si mesmo e refletirem sobre os fins que habitualmente os determinam a fazer coisas similares e, assim, necessariamente, acabam por julgar a inclinação alheia pela sua própria. Como, além disso, encontram, tanto em si mesmos, quanto fora de si, não poucos meios que lhes é útil, como, por exemplo, os olhos para ver, os dentes para mastigar, os vegetais e os animais para alimentar-se, o sol para iluminar, o mar para fornecer-lhes peixe, etc., eles são, assim, levados a considerar todas as coisas naturais como se fossem meios para sua própria utilidade. E, por saberem que simplesmente encontraram esses meios e que não foram eles que assim os dispuseram, encontraram razão para crer que deve existir alguém que dispôs esses meios para que eles os utilizassem.”

G.W. LEIBNIZ

Teodiceia

Objecção. Quem quer que seja que não escolha o melhor ou é porque não tem o poder suficiente, ou o conhecimento suficiente, ou a bondade suficiente.

Deus não escolheu o melhor ao criar este mundo. Logo, não tem o poder suficiente, ou o conhecimento suficiente, ou a bondade suficiente.

Resposta. Nego a premissa menor, isto é, a segunda premissa, deste silogismo; e o nosso oponente prova-a deste modo.

Prossilogismo. Quem quer que seja que faça coisas que contenham mal, as quais poderiam ter sido feitas sem conterem mal, ou cuja sua criação poderia ter sido omitida, não escolhe o melhor.

Deus criou um mundo que contém mal; um mundo que, julgo eu, poderia ter sido criado sem conter mal, ou cuja criação poderia ter sido omitida.

Logo, Deus não escolheu o melhor.

Resposta. Concedo a premissa menor deste prossilogismo; pois temos de admitir que existe mal neste mundo que Deus fez, e que seria possível fazer um mundo sem mal, ou mesmo não ter criado mundo algum, pois a sua criação depende do livre-arbítrio de Deus.

Mas nego a premissa maior, isto é, a primeira das duas premissas do prossilogismo, e posso contentar-me exigindo simplesmente a sua demonstração. Mas de modo a tornar a coisa mais clara, pretendi justificar essa negação mostrando que a melhor

opção nem sempre é aquela que procura evitar o mal, uma vez que o mal pode ser acompanhado por um bem maior. Por exemplo, um general de um exército irá preferir uma grande vitória com ligeiros ferimentos a uma condição em que não haja ferimentos nem vitória. [...] Uma imperfeição nas partes pode ser necessária para uma maior perfeição do todo. Nisto segui a opinião de S. Agostinho, que afirmou centenas de vezes que Deus permitiu o mal de modo a produzir o bem, isto é, um bem maior, e a opinião de Tomás de Aquino (em *Libr II. sent. dist. 32, qu. I, art. 1*), de que a permissão do mal tende para o bem do universo. Mostrei que os antigos chamaram à queda de Adão feliz culpa, um pecado feliz, porque ele tem sido recuperado com imensa vantagem pela encarnação do Filho de Deus, o qual deu ao universo algo de uma nobreza tal que de outro modo não poderia ter existido entre as criaturas. Para possibilitar uma total compreensão, acrescentei, seguindo muitos bons autores, que foi de acordo com a ordem e o bem geral que Deus permitiu a certas criaturas a oportunidade de exercerem a sua liberdade mesmo quando anteviu que elas iriam virar-se para o mal, mas que ele poderia perfeitamente retificar; porque não é apropriado que, de modo a impedir o pecado, Deus esteja sempre agir de modo extraordinário. Para derrubar esta objecção, portanto, é suficiente mostrar que um mundo com mal pode ser melhor que um mundo sem mal; mas fui mais longe neste trabalho, e cheguei mesmo a provar que este universo tem de ser, na realidade, melhor do que qualquer outro universo possível.

O Bem e a Vontade de Deus - G.W. Leibniz, *Discurso de Metafísica*, 1686, trad. de Paula Mateus, §2

[E]stou muito longe da opinião daqueles que sustentam que não há princípios do bem ou da perfeição na natureza das coisas ou nas ideias que Deus tem a seu respeito, e que afirmam que as obras de Deus são boas apenas pela razão formal de terem sido criadas por Deus. Se esta posição fosse verdadeira, Deus, sabendo que é o autor das coisas, não teria de olhar depois para elas e de constatar que são boas, como o testemunha a Sagrada Escritura.

[...] [A] excelência é reconhecida nas próprias obras, mesmo que não consideremos a sua evidente dependência do seu autor. Isto é confirmado pelo facto de que é ao examinar as obras que descobrimos quem é o artífice.

Elas têm de conter em si a sua marca. [...] Ao dizer-se que as coisas são boas simplesmente devido à vontade de Deus, e não por estarem de acordo com o padrão do bem, parece que se destrói inadvertidamente todo o amor a Deus e toda a sua glória. Afinal, por que haveremos de o louvar pelo que fez, se ele seria igualmente louvável se tivesse feito o contrário? Onde estará a sua justiça e a sua sabedoria se ele teve apenas um certo poder despótico, se a vontade arbitrária toma o lugar da razoabilidade [...]? Além disso, parece que todo o ato de querer alguma coisa pressupõe uma razão para a querer – e esta razão, obviamente, tem de preceder o ato. É por isso que considero muito estranhas as opiniões de certos filósofos, que dizem que as verdades eternas da metafísica e da geometria, e conseqüentemente os princípios do bem, da justiça e da perfeição, não passam de efeitos da vontade de Deus. Parece-me que essas verdades e princípios se seguem do seu entendimento, que não depende da sua vontade.

DAVID HUME

Ética Não Deriva da Razão

[C]omo a moral influencia as ações e emoções, segue-se que não pode derivar da razão, pois a razão por si, como já provámos, nunca pode exercer tal influência. A moral excita paixões e produz ou impede ações. A razão por si é totalmente impotente neste aspecto. Logo, as regras da moral não são conclusões da nossa razão.

Julgo que ninguém irá negar a correção desta inferência, e a única maneira de a recusar é negar o princípio em que esta se baseia.

Enquanto se admitir que a razão não exerce qualquer influência nas nossas paixões e ações, não vale a pena alegar que a moral é descoberta só através de uma dedução da razão. [...] A razão é a descoberta da verdade ou falsidade. A verdade ou falsidade consiste num acordo ou desacordo [com a realidade].

Logo, aquilo que não é susceptível deste acordo ou desacordo não pode ser verdadeiro ou falso, e nunca pode ser um objeto da nossa razão. Ora, é evidente que as nossas paixões, volições e ações não são susceptíveis de tal acordo ou desacordo – são fatos e realidades originais, completas em si mesmas, e não implicam qualquer referência a outras paixões, volições e ações. Logo, não se podem considerar verdadeiras ou falsas, contrárias ou conformes à razão.

Este argumento serve de duas maneiras o nosso propósito. Prova diretamente que as ações não têm valor por serem conformes à razão, nem desvalor por lhes serem contrárias; e prova a mesma verdade mais indiretamente, mostrando-nos que, como a razão não pode impedir ou produzir imediatamente qualquer ação,

contradizendo-a ou aprovando-a, não pode ser a fonte da distinção entre o bem e o mal morais, que têm essa influência.

Logo, as distinções morais não resultam da razão. A razão é totalmente inativa, e nunca pode ser a fonte de um princípio tão ativo como a consciência ou sentido moral.

David Hume, Tratado sobre a Natureza Humana, 1740, trad. de Pedro Galvão, pp. 294-6

IMMANUEL KANT

A Vontade Boa

Não é possível pensar em seja o que for no mundo, ou até fora dele, que se possa considerar bom sem qualificação exceto a vontade boa. A inteligência, a perspicácia, o discernimento e sejam quais forem os talentos do espírito que se queira nomear são sem dúvida bons e desejáveis, em muitos aspectos, tal como as qualidades do temperamento como a coragem, a determinação, a perseverança. Mas podem também tornar-se extremamente más e prejudiciais se a vontade, que dará uso a estes dons da natureza e que na sua constituição especial se chama «carácter», não for boa. O mesmo acontece com os bens da fortuna; poder, riquezas, honra e até a saúde, e o completo bem-estar e satisfação relativamente à nossa condição a que se chama «felicidade» suscitam o orgulho e muitas vezes desse modo a arrogância, a não ser que exista uma vontade boa para corrigir a sua influência no espírito e desse modo também retificar todo o princípio da ação e torná-lo universalmente conforme ao seu fim. [...] Uma vontade é boa não por causa dos seus efeitos ou do que consegue alcançar, nem por ser apropriada para alcançar um dado fim; é boa unicamente através da sua vontade, isto é, é boa em si. Quando é considerada em si, é muito mais estimada do que seja o que for que alguma vez ela poderia produzir meramente para favorecer qualquer inclinação, ou mesmo a soma de todas as inclinações. Mesmo que esta vontade, devido a um destino especialmente desafortunado ou à provisão mesquinha da natureza madrastra, seja completamente desprovida de poder para cumprir o seu propósito; se com o maior esforço nada conseguisse, contudo, alcançar e só a vontade boa permanecesse (não, é claro, como um mero desejo, mas como a convocação de todos os meios ao nosso alcance) – mesmo assim a vontade boa, como uma jóia, brilharia com a sua própria luz como algo que tem todo o seu valor em si. A sua utilidade e esterilidade nunca podem aumentar ou diminuir o seu

valor.

Immanuel Kant, Fundamentação da Metafísica dos Costumes, 1785, trad. de Aires Almeida et al., pp. 68-69

MONTESQUIEU

O espírito das leis

Há, em cada Estado, três espécies de poderes: o poder legislativo, o poder executivo das coisas que dependem dos direitos das gentes, e o poder executivo das que dependem do direito civil. Pelo primeiro, o príncipe, ou o magistrado, elabora leis para um certo tempo ou para sempre, e corrige ou revoga as existentes. Pelo segundo, faz a paz ou a guerra, envia ou recebe embaixadas, instaura a segurança, impede as invasões. Pelo terceiro, pune os crimes, ou julga as pendências entre particulares. Chamaremos a este último o poder de julgar e ao outro simplesmente o poder executivo do Estado. A liberdade política num cidadão é aquela tranqüilidade de espírito que provém da opinião que cada um tem de sua segurança; e, para que se tenha essa liberdade, é preciso que o governo seja tal que um cidadão não possa temer outro cidadão. Quando se reúne na mesma pessoa, ou no mesmo corpo de magistratura, o poder legislativo e o poder executivo, não existe liberdade; porque pode-se temer que o próprio monarca, ou o próprio senado, faça leis tirânicas para executá-las tiranicamente. Também não existe liberdade, se o poder de julgar não estiver separado do poder legislativo e do poder executivo. Se estivesse ligado ao poder legislativo, o poder sobre a vida e a liberdade dos cidadãos seria arbitrário: pois o juiz seria legislador. Se estivesse unida ao poder executivo, o juiz poderia ter a força de um opressor.

HEGEL

“O princípio motor do conceito, enquanto ele não só dissolve as particularizações do universal, mas, também, enquanto as produz, eu chamo de dialética, – dialética, portanto, não no sentido de que ela dissolve, confunde e conduz daqui para lá e de lá para cá um objeto, uma proposição, dados ao sentimento, à consciência imediata em geral, e só tem a ver com a derivação do seu contrário – uma modalidade negativa de dialética, tal como ela frequentemente aparece também em Platão... A dialética superior do conceito não consiste em produzir e apreender a determinação

meramente como barreira e como contrário, mas, sim, em produzir e apreender a partir dela o conteúdo e o resultado positivos, enquanto por essa via, unicamente, a dialética é desenvolvimento e progredir imanente. Esta dialética não é, pois, um fazer externo de um pensar subjetivo, mas a alma própria do conteúdo, que organicamente faz brotar os seus ramos e os seus frutos. Para este desenvolvimento da ideia, enquanto atividade própria da sua razão, o pensar enquanto subjetivo apenas olha, sem adicionar ingrediente algum de sua parte. Considerar algo racionalmente não significa acrescentar de fora uma razão ao objeto e, por este intermédio, elaborá-lo, senão que o objeto é por si racional; aqui é o espírito na sua liberdade, o ápice da razão autoconsciente, que se dá efetividade e se gera como mundo existente; a ciência tem somente a tarefa de trazer à consciência esse trabalho próprio da razão da coisa.” (Grundlinien der Philosophie des Rechts, Werke 7 § 31, anotação)

MARX

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem. Critiquei o lado mistificador da dialética hegeliana há quase trinta anos, quando ela ainda estava na moda. Mas quando eu elaborava o primeiro volume de *O capital*, os enfadonhos, presunçosos e medíocres epígonos que hoje pontificam na Alemanha culta acharam-se no direito de tratar Hegel como o bom Moses Mendelssohn tratava Espinosa na época de Lessing: como um “cachorro morto”. Por essa razão, declarei-me publicamente como discípulo daquele grande pensador e, no capítulo sobre a teoria do valor, cheguei até a coquetear aqui e ali com seus modos peculiares de expressão. A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento. Nele, ela se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico.

PROUDHON

Advento da Liberdade

Para determinar a liberdade, portanto, não reuniremos sem discernimento a comunidade e a propriedade, o que seria um ecletismo absurdo. Procuramos por um método analítico o que cada uma delas contém de verdadeiro, de conforme ao voto da natureza e às leis da sociabilidade, eliminamos o que elas contêm de elementos estranhos; e o resultado dá uma expressão adequada à forma natural da sociedade humana, em uma palavra, a liberdade. A liberdade é igualdade, porque a liberdade não existe senão no estado social, e fora da igualdade não há sociedade. A sociedade é anarquia, porque ela não admite o governo da vontade, mas somente a autoridade da lei, isto é, da necessidade. A liberdade é variedade infinita, porque ela respeita todas as vontades, nos limites da lei. A liberdade é proporcionalidade, porque ela deixa toda amplitude à ambição do mérito e à emulação da glória. A liberdade é essencialmente organizadora; para assegurar a igualdade entre os homens, o equilíbrio entre as nações, é preciso que a agricultura e a indústria, os centros de instrução de comércio e de armazenamento sejam distribuídos segundo as condições geográficas e climáticas de cada país, a espécie de produtos, o caráter e os talentos naturais dos habitantes etc., em proporções tão justas, tão sábias, tão bem combinadas, que lugar algum apresente nem excesso nem ausência da população, de consumo e de produto. Aí começa a ciência do direito público e do direito privado, a verdadeira economia política.

Glossário

A priori – O que está além da experiência, no caso de Kant, o espaço e o tempo e por eles as intuições e juízos analíticos;

A posteriori – De acordo com Kant, os juízos sintéticos que tem predicados não contidos no sujeito;

Baluarte – Obra defensiva, fortificação;

Caligem – Obscuridade, nebulosidade;

Cartesiano – Excessivamente sistemático; Advindo do pensamento de Descartes;

Censitário – Relativo ao exercício da cidadania, contagem da maioria;

Dedução – Inferência lógica que vai do universal ao particular;

Demiurgo – O artesão divino organizador do universo segundo os gregos;

Despótico – Poder absoluto de um rei que não respeita as leis.

Exortação – Conselho, advertência, encorajamento.

Epistemologia – Julgamento dos métodos do processo científico.

Gnosiologia – Parte da filosofia que investiga as origens do conhecimento humano;

Heteronomia – Sujeição de indivíduos a vontades exteriores a ele mesmo;

Ideologia – Sistema de ideias que legitima o poder de um grupo político;

Iluminismo – Movimento cultural filosófico europeu baseado na liberdade política e econômica.

Inanição – Fraqueza e debilidade;

Inferência – A verdade de uma proposição em relação a outras verdades pré-estabelecidas.

Juízo - Conexão entre conceitos;

Liberalismo – Filosofia política baseada na liberdade econômica;

Materialismo – Doutrina que identifica a matéria e os seus movimentos como realidade fundamental.

Monarquia - Forma de governo onde o governante permanece no poder até sua morte;

Monismo – Doutrina pela qual a realidade é constituída de um único fundamento elementar;

Prossilogismo – Conclusão pela qual um silogismo serve de premissa para outro;

República – Coisa pública, Estado onde há o consenso do direito;

ser-aí – Desenvolvimento pleno, abstrato e indeterminado do existente;

síntese – Para Hegel, é a suprassunção entra as ideias anteriores unidas e superadas.

teleologia – Ciência ética dos fins das virtudes;

transcendental – Para Kant, as condições acerca das possibilidades do conhecimento.

utopia – Não lugar ou cidade ideal imaginária.

Referências

ANDRADE, R. C. “Kant: a liberdade, o indivíduo e a república”. In: WEFORT, F. C. (Org.). **Clássicos da política**. v.2. São Paulo: Ática, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant**. Trad. de Alfredo Fait. 3.ed. Brasília: Editora da UNB, 1984. p. 14.

BORNHEIM, Gerd. **Introdução ao filosofar**. Porto Alegre: Editora Globo, 1970,

BRUNO. Giordano. **Sobre o infinito, o universo e os mundos**. Trad. Aristides Lobo, Helda Barraco e Nestor Deola. São Paulo: Abril Cultural, 1978

CROUZET, M. História geral das civilizações. A época contemporânea. In: _____. **História Geral das civilizações**. São Paulo: Difel, 1969. t. VII, v. 1, 2, 3, 4.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Indústria, trabalho e cotidiano**. Brasil – 1889 a 1930. São Paulo: Atual, 1991.

PICO DELLA MIRANDOLA, G. **Discurso sobre a dignidade do homem**. Tradução e introdução de Maria de Lurdes Sirgado Ganho. Lisboa: Edições 70, 2008.

DUTRA, D. V. **Kant e Habermas: a reformulação discursiva da moral kantiana**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

FRAGA, P. **Ninguém é inocente**. Folha de S. Paulo. 4out. 2009

ESPINOSA, Baruch. **Ética**. Trad. de Tomaz Tadeu, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Vozes, 1988.

HOBBS,Leviatã, I, XIII. In: MARÇAL, Jairo (org.). **Antologia de textos filosóficos**. Curitiba:SEED,2009.

HUME, David. **Tratado sobre a Natureza Humana**, trad. de Pedro Galvão, 1740.

HUME, D. **Investigação sobre o entendimento humano**. São Paulo: Abril Cultural, 1995.

HUME, D. **Tratado da Natureza Humana**. Trad. De Serafim da Silva Fontes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. São Paulo: Barcarolla, 2009a.

KANT, I. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Trad. de Guido A. de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial, 2009b.

LEBRUN, Gérard. **O que é o poder?** Brasília: Ed. Brasiliense, 1981.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Editora Vozes

LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Nova Cultural, 1988,

LEIBNIZ. G.W. **A Teodiceia**, trad. de Célia Teixeira, 1710.

_____. **Discurso de Metafísica**, trad. de Paula Mateus. 1686.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. Brasília: EdUnB, 1979

_____. **O Príncipe**. Trad. de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **História de Florença**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARX; ENGELS, **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa Ômega, s./d., vol 1,

MONTESQUIEU, B. **Do Espírito das Leis**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

PROUDHON. Advento da Liberdade In: Proudhon, Pierre-Joseph, In _____ **A propriedade é um roubo**: seleção e notas de Daniel Guérin; tradução de Suely Bastos. — Porto Alegre: L&PM, 2014.

RAWLS, J. **Conferências sobre a história da filosofia política**. São Paulo: WMF, 2012

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia: Do humanismo a Descartes**. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2004.

ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social**. 5. edição. São Paulo: Nova Cultural, 1991, p.43).

SILVA, R. R. **Ética, defesa nacional, cooperação dos povos**. OLIVEIRA, E. R (Org.) **Segurança & defesa nacional: da competição à cooperação regional**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2007.

VICENTINO, Claudio ; DORIGO, Gianpaolo. **História Geral do Brasil**. São Paulo, Editora Scipione, vol .1 2014.